

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO MARCOS POYER MELO

DE TORDESILHAS A MADRID: O GOVERNO COLONIAL E A DIPLOMACIA
PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL (1494 – 1750)

UBERLÂNDIA – MG

2023

JOÃO MARCOS POYER MELO

**DE TORDESILHAS A MADRID: O GOVERNO COLONIAL E A DIPLOMACIA
PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL (1494 – 1750)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo

UBERLÂNDIA - MG

2023

**DE TORDESILHAS A MADRID: O GOVERNO COLONIAL E A DIPLOMACIA
PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL (1494 – 1750)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 26 de janeiro de 2023

Profª. Dra. Sandra Aparecida Cardozo (IERI-UFU)

Prof. Me. Erwin Pádua Xavier (IERI-UFU)

Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi (IG-UFU)

Dedico esta monografia à minha mãe, Liane A.
Poyer e minha namorada, Aline K. da Silva.

Em memória de meus avós, Ezio José Poyer e
Dorilde Batistella Poyer

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Liane, e minha namorada, Aline, por tudo!

Aos meus amigos paranaenses, em especial, *Alexandre Denardin, Heitor Eduardo Tulio e Vitor Devequi Dallazem*, pelo companheirismo, desde 2017.

Aos amigos e amigas que conheci em Uberlândia, pela recepção sem igual no ano de 2018 assim como pelo companheirismo desde então.

Aos meus familiares, por serem uma parte especial do meu mundo.

A minha orientadora, Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo, pela confiança e paciência em nossos encontros semanais de discussão.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora, Prof. Me. Erwin Pádua Xavier (IERI-UFU) e Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi (IG-UFU), pela atenção aos detalhes assim como pelas acatadas sugestões.

A todos os professores do IERI pelas valiosas sugestões ao longo dos anos de curso, que muito contribuíram para o aprimoramento do meu trabalho.

Aos funcionários do IERI, em especial à Guilherme, pela constante atenção.

À Nossa Senhora Aparecida, pelos pedidos realizados. A Deus, pelo dom da vida.

O Amazonas para exceder em bem-aventurança
o Ganges, o Euphrates e o Nilo, só lhe falta que
a sua nascente se achasse no Paraíso.

James Orton¹

¹ ROSA, Henrique A. Santa. **História do Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Lauro Sodré, 1926.

RESUMO

Os agentes lusitanos, atuando no Brasil no combate às esquadras das nações inimigas, rivais nas empreitadas coloniais, dispenderam uma enorme quantidade de energia no intuito de incorporar o território além de Tordesilhas em seu império colonial. A incorporação da região Oeste e Norte do Brasil foi empreendida em meio a batalhas, sendo esse um dos mais marcantes feitos da rica história colonial portuguesa. A expulsão dos estrangeiros, sejam eles franceses, ingleses, holandeses ou irlandeses e, mais tarde, em meio a negociações, a limitação da soberania dos espanhóis na região, ainda ressoam como exemplos da determinação e astúcia do povo lusitano. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar qual foi o papel do governo colonial assim como da diplomacia portuguesa na incorporação e posterior radicação da soberania portuguesa sobre os territórios além Tordesilhas. O trabalho se presta a evidenciar, em especial, os acontecimentos referentes ao segundo século de colonização, ou seja, século XVII, que justificaram a utilização do princípio do *uti possidetis* na confecção do Tratado de Madrid, de 1750. Desse modo, o estudo demonstra quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos portugueses na conquista e incorporação do território além Tordesilhas, em especial da região amazônica, ao império colonial português. O processo de incorporação deu-se majoritariamente por meio de batalhas, assim como pela construção de fortificações, papel capitaneado pelo governo colonial, enquanto a ratificação se deu pela assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, fruto direto da atuação diplomática portuguesa. Por fim, destaca-se que compreender o empenho português entre os séculos XVI e XVIII, em conquistar, incorporar e ratificar a presença da região em seu império colonial é uma condição *sine qua non* para entender a própria história diplomática do Brasil, isso porquê o Tratado de Madrid é a pedra fundamental da história diplomática brasileira.

Palavras-Chave: Tratado de Tordesilhas (1494); Tratado de Madrid (1750); Governo Colonial Português; Diplomacia Portuguesa; Definição territorial.

ABSTRACT

The Lusitanian agents, acting in Brazil in the fight against fleets of enemy nations, rivals in the colonial endeavors, expended an enormous amount of energy in order to incorporate the territory beyond Tordesillas into their colonial empire. The incorporations of the Western and Northern regions of Brazil were undertaken in the midst of battles, serving as one of the most remarkable achievements of the rich Portuguese colonial history. The expulsion of foreigners, be they French, English, Dutch or Irish and later, in the midst of negotiations, the limitation of the sovereignty of the Spaniards in the region, still resonate as examples of the determination and cunning of the Lusitanian people. In this sense, the present work aims to highlight both the role of the colonial government as well as Portuguese diplomacy in the incorporation and subsequent ramification of sovereignty over territories beyond Tordesillas. The work lends itself to highlight, in particular, the events related to the second century of colonization, that is, the seventeenth century, which justified the use of the principle of *uti possidetis* in the drafting of the Treaty of Madrid of 1750. In this way, the study demonstrates the main difficulties faced by the Portuguese in the conquest and incorporation of the territory beyond Tordesilhas, especially the Amazon region, to the Portuguese colonial empire. The process of incorporation took place mostly through battles as well as the construction of fortifications, a role led by the colonial government, while ratification took place through the signing of the Treaty of Madrid of 1750, a direct result of Portuguese diplomatic action. Finally, it is highlighted that understanding the Portuguese commitment of the centuries between the 16th and 18th centuries, in conquering, incorporating and ratifying the presence of the region in its colonial empire is a *sine qua non* condition for understanding the diplomatic history of Brazil itself, which is why the Treaty of Madrid is the cornerstone of Brazilian diplomatic history.

Key-words: Treaty of Tordesillas (1494); Treaty of Madrid (1750); Amazon; Portuguese Empire; Portuguese Colonial Government; Portuguese diplomacy.

RESUMEN

Los agentes lusitanos, actuando en Brasil para combatir las flotas de naciones enemigas, rivales en las empresas coloniales, gastaron una enorme cantidad de energía para incorporar el territorio más allá de Tordesillas a su imperio colonial. La incorporación de las regiones Oeste y Norte de Brasil se llevó a cabo en medio de batallas, siendo esta una de las más notables conquistas de la rica historia colonial portuguesa. La expulsión de extranjeros, bien sea franceses, ingleses, holandeses o irlandeses, y más tarde, en medio de negociaciones, la limitación de la soberanía de los españoles en la región, aún resuenan como ejemplos de la determinación y astucia del pueblo lusitano. En este sentido, el presente trabajo pretende destacar el papel del gobierno colonial, así como de la diplomacia portuguesa en la incorporación y posterior ratificación de su soberanía sobre los territorios más allá de Tordesillas. El trabajo pretende destacar, en particular, los hechos relacionados con el siglo II de la colonización, es decir, el siglo XVII, que justificaron el uso del principio de *uti possidetis* en la elaboración del Tratado de Madrid, de 1750. De esta forma, el estudio demuestra cuáles fueron las principales dificultades enfrentadas por los portugueses en la conquista e incorporación del territorio más allá de Tordesilhas, especialmente la región amazónica, al imperio colonial portugués. El proceso de incorporación se llevó a cabo principalmente a través de batallas, así como la construcción de fortificaciones, papel liderado por el gobierno colonial, mientras que la ratificación se produjo a través de la firma del Tratado de Madrid, en 1750, resultado directo de la acción diplomática portuguesa. Finalmente, se destaca que comprender el compromiso portugués entre los siglos XVI y XVIII, en conquistar, incorporar y ratificar la presencia de la región en su imperio colonial, es una condición *sine qua non* para comprender la historia diplomática de Brasil, pues el Tratado de Madrid es la piedra angular de la historia diplomática brasileña.

Palabras clave: Tratado de Tordesillas (1494); Tratado de Madrid (1750); Gobierno Colonial Portugués; diplomacia portuguesa; Definición territorial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Linha de Demarcação fixada pela Bula Inter cetera de 4 de maio de 1493.....	27
Figura 2- Representação da Linha de demarcação de Tordesilhas firmado no dia 7 de junho de 1494	30
Figura 3- Mapa que representa das posições cartográficas que já haviam sido atingidas pelos exploradores portugueses quando da Restauração (1640).....	61
Figura 4- Mapa que representa a fronteira ratificada pelo Tratado de Madrid (1750).....	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PERÍODO DE DEFINIÇÃO	16
2.1 Antecedentes ibéricos	16
2.2 Antecedentes imediatos do tratado de Tordesilhas	23
2.3 O Tratado de Tordesilhas (1494).....	28
3. PERÍODO DE INCORPORAÇÃO.....	32
3.1 Primeiro século de colonização.....	32
3.2 Segundo século de colonização	39
3.2.1 Expulsão dos franceses	39
3.2.2 Invasões holandesas, irlandesas e inglesas	49
3.2.3 Contramedidas ibéricas.....	56
3.3 Terceiro Século De Colonização	63
3.3.1 A insistência francesa	63
4. PERÍODO DE RATIFICAÇÃO	71
4.1 Antecedentes ibéricos	71
4.2 Antecedentes imediatos do Tratado de Madrid (1750)	74
4.3 O Tratado de Madrid (1750)	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

1. INTRODUÇÃO

Os agentes lusitanos, atuantes no Brasil no combate às esquadras das nações inimigas, rivais nas empreitadas coloniais, dispenderam enorme esforço no intuito de incorporar a região Oeste e Norte do Brasil contemporâneo, ao seu império. Esse dispêndio de energia ocorreu, principalmente, em termos de conquistas militares (guerras), quando se empenharam em expulsar os holandeses, ingleses, irlandeses e franceses, entre os séculos XVI e XVIII. Neste período, ao expulsar aqueles que eram vistos como “estrangeiros” e fortificar a foz do Amazonas, os portugueses garantiram, em grande medida, a posse do território amazônico, num tempo em que nenhum dos tratados de limites ainda englobava diretamente a região. Isso porque, por um longo período de mais de dois séculos (1494 a 1750), as fronteiras americanas eram reguladas não por tratados específicos e sim aproveitando-se do Tratado de Tordesilhas.

O Tratado de Tordesilhas, não foi desenhado para definir os limites do território das duas coroas na América, visto que, quando de sua assinatura, não era conhecida a existência de um continente entre a Europa e a Ásia². Além disso, como veremos no primeiro capítulo do trabalho, mesmo após os europeus se darem conta da existência de um continente, visto que a fronteira, segundo Tordesilhas era do tipo geodésica, ou seja, não levava em conta fatores geográficos físicos, ela não pôde ser demarcada. Por nunca ter sido demarcado, Tordesilhas foi reiteradamente ignorado, seja no Sul, mas principalmente no Norte e no Centro-oeste. Não existia, com isso, limite à ação dos exploradores portugueses que, como foi o caso de Pedro Teixeira, patrocinado pela Coroa, chegou mesmo a alcançar o rio Napo, onde hoje é o Equador. Foi por meio da entrada de Teixeira que o limite máximo de expansão dos portugueses no Norte foi atingido, na povoação chamada Franciscana, no ano de 1638.

Um limite formal à expansão lusitana na América somente foi definido em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri. Foi por meio de Madrid, também chamado pelos hispânicos de “Tratado de Permuta”, que os territórios ocidentais, em especial americanos, das duas coroas, foram delimitados. Nesse acordo, as coroas fizeram uma acomodação de demandas territoriais, em uma compensação mundial pelo desrespeito mútuo do Tratado de Tordesilhas. Os

² Foi somente após a repercussão das duas cartas de Américo Vespúcio, a primeira de 1504, intitulada *Novus Mundos*, e a segunda, de 1506, intitulada *Lettera a Soderini*, que a hipótese da existência de um novo continente passou a ser factível. Com isso, o argumento de que não existia um tratado específico para englobar a América, tem absoluto senso.

portugueses haviam desrespeitado Tordesilhas nas terras americanas, quando se expandiram pela Amazônia, Centro-oeste e pelo Sul, enquanto os espanhóis o descumpriram quando ocuparam e exploraram regiões portuguesas na Ásia, em suas diversas ilhas de especiarias. O Tratado de Madrid tem absoluta importância pois foi ele que, após dois séculos e meio de indefinição, estabeleceu as fronteiras entre os dois reinos ibéricos, tendo sido o tratado que desenhou o território brasileiro como o conhecemos hoje.

O tratado foi inovador em vários sentidos, sendo que três deles se sobressaem. O primeiro deles, e mais importante, foi a utilização do princípio do direito privado “uti possidetis” em uma questão de direito público. Os tomadores de decisão portugueses já desconfiavam, desde a década de 1720, que a maior parte do Território de sua colônia americana encontrava-se a Oeste de Tordesilhas. Para justificar essa incorporação, o argumento utilizado foi o de que aqueles territórios, principalmente os amazônicos, já haviam sido incorporados ao seu império por meio, principalmente, da ação militar portuguesa na região. Outra inovação do Tratado foi a utilização de acidentes geográficos, como montanhas e rios, para se definir as fronteiras, uma ideia de vanguarda e que fazia total sentido em vista das dificuldades encontradas no delineamento de Tordesilhas. Ou seja, ao invés de optarem por um balizamento geodésico, que indicava um paralelo ou meridiano para servir de fronteira, rios e outros acidentes geográficos passaram a servir de fronteira entre os territórios, em uma delimitação do tipo fisiográfica.

Por fim, a terceira dentre as inovações foi a de propor uma compensação global pelos desrespeitos perpetrados. A permuta levava em conta que os portugueses haviam aumentado sua colônia no continente americano em detrimento do território espanhol, enquanto os espanhóis haviam ultrapassado os limites na Ásia, em prejuízo aos portugueses. Sendo assim, a sugestão de Alexandre de Gusmão, para o Tratado de 1750, foi que houvesse uma permuta, ou seja, os portugueses ficariam com o território que haviam invadido na América e os Espanhóis na Ásia em uma espécie de “*mea culpa*” de ambas as coroas. Os madrilenhos concordaram com a proposição de Gusmão, levando a cabo a permuta, absolutamente influenciados pela carta geográfica que viria a ser conhecida como “Mapa das Cortes”, que maquiava as longitudes em favor de Portugal. A utilização da carta, embora tenha auxiliado os espanhóis a acatarem os termos negociados, quando das definições causaria um sem número de problemas. Devido às distorções em termos de latitude, os locais que haviam sido estipulados para a colocação dos marcos não condiziam com os acidentes geográficos delimitados no Tratado, o que gerou inúmeras discussões entre os demarcadores, atrasando e mesmo inviabilizando a demarcação.

Sendo assim, o trabalho tem por objetivo evidenciar qual foi o papel do governo colonial e da diplomacia portuguesa na incorporação e posterior ratificação da soberania lusitana sobre os territórios além Tordesilhas. Nesse sentido, o trabalho está dividido em três grandes partes. A primeira delas é chamada de Período de Definição, a segunda de Período de Incorporação, enquanto a terceira de Período de Ratificação, com o Tratado de Madrid (1750). Em relação à primeira parte, chamada Período de Definição, ela tem por objetivo apresentar a unificação dos reinos ibéricos e o aflorar das rivalidades entre eles. Esse primeiro período tratará em especial do Tratado de Tordesilhas e suas particularidades, a exemplo da sua assinatura sem que existisse ciência de onde passaria de fato a linha, criando um sem número de problemas para os anos subsequentes. Após isso, em uma fase denominada de Período de Incorporação, os três séculos de colonização da parte meridional da América portuguesa serão evidenciados. Trata-se da mais importante parte do trabalho, visto que foi por meio do empenho português em incorporar o Centro-Oeste, mas em especial a região Norte (Amazonia), que a justificativa do *uti possidetis* pôde ser utilizada.

A primeira parte da seção trata do primeiro século de colonização, fazendo menção aos insucessos das tentativas ibéricas de colonização. Os espanhóis, que tinham direito à região por Tordesilhas, não conseguiram instalar-se definitivamente na região, nem mesmo os portugueses. A segunda parte, por sua vez, trata das invasões francesas, mas também inglesas, holandesas e irlandesas, assim, como das contramedidas ibéricas. Ou seja, a subseção trata das tentativas bem sucedidas de colonização, capitaneadas por povos europeus não ibéricos, assim como evidencia o empenho português em remediar as perdas territoriais para as nações inimigas. A terceira parte, por sua vez, referente ao terceiro século de colonização, século XVIII, trata em especial da insistência francesa em apossar-se da banda norte do Rio Amazonas. Os franceses foram os europeus mais empenhados em subtrair a soberania portuguesa da região, seja por meios militares, mas também por meios diplomáticos. Os portugueses, por meio de seu governo colonial e de sua estrutura diplomática, foram efetivos em ambos os terrenos. No ano de 1697, conseguiram expulsar as tropas francesas do Cabo Norte e, no ano de 1713, granjearam um acordo no qual os portugueses foram reconhecidos como os únicos soberanos da banda norte do Amazonas.

O último capítulo do trabalho, chamado Período de Ratificação, trata da homologação da posse da Amazônia por Portugal, a que se deu com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. A ideia de redigir um acordo de fronteiras pairava no imaginário das cortes há um bom tempo. Muitos diplomatas e plenipotenciários, durante os primeiros anos do século XVIII, haviam sido enviados por ambas as coroas para engendrar um acordo, todos sem sucesso. Uma

acomodação das demandas entre as duas coroas, que possibilitou o início das atividades, somente foi ocorrer na segunda metade da década de 1740; desse modo, os trabalhos iniciaram-se. Iniciados os trabalhos, destaca-se que as estratégias portuguesas prevaleceram e um acordo bastante favorável à monarquia lusitana foi assinado. Os portugueses conseguiram ratificar a incorporação dos territórios além Tordesilhas, principalmente amazônicos, devido principalmente ao papel que havia sido desempenhado pelo governo colonial, mas também devido ao empenho do corpo diplomático português.

2. PERÍODO DE DEFINIÇÃO

2.1 Antecedentes ibéricos

O Tratado assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, no ano de 1494, é o culminar de um longo período de 79 anos de expansão marítima portuguesa e o ratificar da soberania lusitana sobre o Périplo Africano. Portugal, sob o comando de João I de Avis, patrono da dinastia que havia ascendido ao trono na batalha de Aljubarrota, no ano de 1385, pondo fim à dinastia Henriquina, foi o primeiro Estado a se unificar. A ascensão de João I ao trono, argumenta o historiador Antônio Sérgio (1979, p. 29), em *“Breve Interpretação da História de Portugal”*, “assinalou a queda da cavalaria da península ibérica e, para Portugal, a vitória da classe que inspiraria os Descobrimentos”.

Em relação aos descobrimentos, pode-se dizer que Portugal carregava uma série condicionantes que favoreciam a expansão, os quais Luís Adão da Fonseca, em livro chamado *“Os Descobrimentos e a Formação do Oceano Atlântico”* (1999, p. 15), propôs-se a elencar. Para o autor, uma primeira característica que pode ter feito de Portugal precursor da era dos descobrimentos foi o desenvolvimento de uma marinha, seja ela de corso, pirataria, pesca ou mesmo relativa à navegação mercantil durante a sua primeira dinastia, ou seja, a Dinastia Henriquina, que havia governado Portugal desde a independência em 1139 até a batalha de Aljubarrota. Aliada ao desenvolvimento da marinha, a posição portuguesa, com uma geografia favorável, de frente para o atlântico, com um porto, Lisboa, de grande calado, figura igualmente como um diferencial português. Outro ponto destacado pelo autor diz respeito a um continuísmo por parte dos monarcas portugueses, que sempre estiveram presentes, compreendendo as exigências financeiras e sociais ligadas à navegação. Por fim, a grande ligação do projeto de cruzadas religiosas contra os infiéis nas estratégias nacionais, sempre belicistas relacionadas à expansão da fé católica (FONSECA, 1999).

Fonseca (1999) descreve características de ordem prática, ou seja, a geografia favorável, o conhecimento das rotas e das práticas navais, enquanto Charles R. Boxer (2011, p. 33), em seu livro *“O Império Marítimo Português”*, busca compreender os “impulsos fundamentais *por trás* do que se conhece como a ‘Era dos Descobrimentos’”. Ou seja, Boxer estava interessado em compreender o que justificava os descobrimentos e, para isso, elencou quatro fatores: religiosos, econômicos, estratégicos e políticos. Desse modo, para o autor, pode-se dizer que “em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus”, os quatro motivos foram: “(1) o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais” (BOXER, 2011, p.

33). O citado fervor de cruzada relacionado ao combate aos muçulmanos, de fato, foi o primeiro impulso português, pois, em 1415, apenas quatro anos após o “Tratado de Ayllón” (1411)³, que pôs fim ao Estado de Guerra com Castela, deu-se início à expansão ultramarina portuguesa (NEWITT, 2012).

Nas palavras de Malyn Newitt (2012, p. 18, tradução nossa), autor de *“The Portuguese in West Africa, 1415–1670”*⁴, “em 1415 Portugal embarcou em uma luta prolongada para estender seu território e poder político em Marrocos. Foi uma política que não foi definitivamente abandonada até a morte de Dom Sebastião e a destruição do exército português em 1578”. Em uma expedição organizada secretamente, o rei e os príncipes portugueses empreenderam consideráveis esforços em vista de atacar a cidade de Ceuta, que era o final de uma grande rede comercial construída pelos mouros. A tomada de Ceuta, como demonstra Prestage (1943, p. 39) já vinha sendo planejada desde pelo menos 1410, antes mesmo do tratado com a Espanha, haja vista a nomeação pelo João XXIII⁵, após um pedido de D. João I, do confessor da rainha como Bispo do Marrocos, em 1413.

É válido recordar que, durante toda a Idade Média e início da Idade Moderna, acima do poder dos reis estava a autoridade papal. O papado tinha o poder de ratificar as ações empreendidas pelos reis. Sobre o papel da Cúria Romana desse período, Hélio Vianna, em *História das Fronteiras do Brasil* (1948, p.29), argumenta que ela constituía “verdadeira autoridade super-nacional, [sendo que] sua ascendência moral era reconhecida e proclamada, inclusive através do pagamento de tributos e do envio de embaixadas de submissão e respeito”. Sendo assim, a jurisdição papal tinha especial validade no caso de descobertas ultramarinas, em especial após a proclamação do Édito de Constantino, que dava ao papa “a soberania de todas as ilhas do mundo, já que as novas descobertas feitas naquelas épocas passavam por ser senão ilhas e não continentes” (OCTAVIO, 1930, apud RIO-BRANCO, 1953, p. 3). Além disso:

Admitia-se, então, que somente à Cúria Romana competia distribuir, entre os príncipes católicos, a missão cristianizadora a ser desenvolvida, violenta ou pacificamente, em terras dos infiéis. Essa atribuição acarretava, portanto, o reconhecimento da respectiva soberania, sobre as zonas que conquistassem (VIANNA, 1965 p.19).

³ O Tratado de Ayllón foi um acordo de paz assinado entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela no dia 31 de outubro de 1411 em Ayllón (Segóvia). Os espanhóis eram partidários de Leonor Teles, esposa de Fernando I de Portugal (1345-1383), que era filho legítimo de Pedro I, rei de Portugal (1320-1367), com isso apoiaram uma nobreza legalista. Os demais nobres, capitaneados por irmão João, que viria a ser João I de Avis (1357-1433) rebelaram-se contra dona Leonor, com isso iniciou-se a guerra. A guerra durou de 1383 até 1385 com a batalha de Aljubarrota e foi vencida pelos revolucionários, a paz com Espanha, contudo, somente veio em 1411, com a assinatura do O Tratado de Ayllón.

⁴ Os portugueses na África Ocidental, 1415–1670.

⁵ Mesmo título que recebeu o Cardeal Roncalli, quando foi bispo de Roma, entre 1958 e 1963.

Esse poder papal, como argumenta Adriano Moreira, em artigo intitulado “Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494”, publicado no ano de 1994, dividia-se em três aspectos, sendo eles a legitimação da expansão dos príncipes cristãos, a expansão temporal e a definição da missão colonial (MOREIRA, 1994, p. 16-17). Em diferentes momentos, os portugueses, durante o século XV, fizeram uso dessas prerrogativas, como, por exemplo, no ano de 1415, imediatamente após a conquista de Ceuta, o monarca português D. João I, chamado “O de Boa Memória”, obteve do papa Martinho V, no ano de 1418, a bula *Sane charissimus*, por meio da qual toda a empresa marroquina seria considerada uma cruzada, ou seja, uma batalha contra os infiéis, com todas as consequências dessa classificação.

No ano de 1436, dando prosseguimento às conquistas, D. Duarte, conhecido como “O Eloquentes”, recorreu ao papa Eugênio IV, demandando que as terras por ele conquistadas dos infiéis ficassem sob guardo da coroa portuguesa. O papa emitiu, em 8 de setembro de 1436, a bula *Rex Regum*, indicando que “ficariam sujeitas a D. Duarte e seus sucessores as terras por êle conquistadas dos infiéis” (VIANNA, 1965, p. 19-20). Em 1442, o papa, por meio da bula *Etsi suscepti*, confirmou a D. Henrique e a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo o que estava escrito na bula anterior, além de ter autorizado à administração portuguesa legar a exploração a terceiros. Foi essa bula que possibilitou a exploração das ilhas de Madeira, Porto Santo, Açores e Cabo Verde no sistema de capitâneas hereditárias.

O mesmo Eugênio IV publicou, no ano de 1443, outra bula, de nome *Rex Regum* (como aquela de 1433). Essa foi a primeira bula que propõe uma restrição ao expansionismo português, ao limitar a caracterização de cruzada aos atos de D. Afonso V, novo monarca português, que ficou conhecido pela insígnia de “Africano”, a territórios retidos de infiéis. Essa diferenciação foi demandada por João II de Castela e Leão para deixar fora da expansão portuguesa aqueles territórios que “houvessem pertencido a seus antepassados”, ou seja, o território do arquipélago das Canárias, que serviria de balizador para o tratado de 1479 (VIANNA, 1965, p. 20).

Na década seguinte outras duas bulas foram emitidas em favor de Portugal, a chamada *Romanus Pontifex*, que foi emitida por Nicolau V, em benefício do mesmo rei dito “Africano”. Essa bula, de 1454, concedia à monarquia portuguesa a “jurisdição espiritual das terras que se localizavam desde o cabo Não até a Índia”. Um ano mais tarde, em 13 de março de 1455, o novo papa, Calisto III, por meio da bula *Inter coetera*, ratifica as bulas anteriores, além de especificar as localidades sobre as quais Portugal exerceria jurisdição, sendo “as ilhas do oceano, as zonas desde os cabos Bojador e Não, por toda a Guiné, e além, até os índios” (VIANNA, 1965, p. 20).

Além da anteriormente citada bula, que dava posse hereditária aos reis de Espanha das ilhas descobertas por seus antepassados, o acordo, assinado no ano de 1479, limitava ainda mais as posses portuguesa no Atlântico. Trata-se do Tratado de Alcáçovas-Toledo, que colocou fim ao conflito entre as duas coroas ibéricas após a morte de Henrique IV. Por meio de Alcáçovas-Toledo, os espanhóis conseguiram a posse das ilhas Canárias, além de terem garantido à coroa de Castela todas as terras a norte do paralelo 27° N. Sobre o “Tratado de Paz de Alcáçovas”, Diana Pardal (2019, p.12) escreve que as primeiras cláusulas do tratado tratam da causa principal do conflito, ou seja, a disputa pelo trono de Castela após a morte de Henrique IV⁶.

Sendo assim, ratificam a legitimidade de Fernando II e D. Isabel e de seus sucessores ao trono de Castela e de Leão; do mesmo modo, D. Afonso V, e o príncipe D. João são reconhecidos como reis de Portugal e dos Algarves. O tratado versa ainda sobre os territórios atlânticos, ou seja, pelo tratado de Alcáçovas-Toledo, as “terras da Guiné e as suas minas de ouro, mas também todas as ilhas de Cabo Verde, da Madeira, dos Açores; e todas as ilhas e terras a descobrir e conquistar até às Índias” ficariam para os reis de Portugal, enquanto o “reino de Castela e de Leão ficaria com as ilhas das Canárias” e todas as descobertas ao norte do paralelo 27° N (PARDAL, 2019, p. 24).

Outras duas bulas foram assinadas em favor dos monarcas portugueses. No ano de 1481, o papa Xisto IX publicou a bula *Aeterni Regis*, aprovando a continuidade da expansão ultramarina portuguesa. Foi essa a bula que, nas palavras de Figueiredo Ribeiro (2006, p. 33), “consagrou estrategicamente [a atuação do governo português na] ‘construção geopolítica do atlântico meridional’”. No ano de 1486, Inocência VIII, sucessor do papa Xisto IX, além de ter aplaudido o empenho português em expandir-se pela costa africana, ainda incitou D. João II, chamado de “Príncipe Perfeito”, a continuar seus descobrimentos e expandir a fé católica.

A bula de Inocência foi a última a ser publicada no século XV que trazia qualquer benefício a Portugal, sendo que, imediatamente após o seu papado, quem assumiu a cadeira de Pedro foi o aragonês Alexandre Borgia (VIANNA, 1965, p. 21). O papa Borgia foi um importante personagem na virada do século, principalmente para a coroa espanhola. Foi por meio das ações do papa Alexandre VI que os privilégios que por um século Portugal recebeu

⁶ Henrique IV por muito postulou que a filha de sua mulher com um amante, Joana, era a verdadeira herdeira do trono. Joana, La Beltrajana (em referência a Beltrán de la Cueva, amante da rainha e pai de Joana) casou-se com Afonso V, rei de Portugal, sendo que, após a morte de Henrique, o monarca português iniciou uma guerra contra Castela. O conflito durou de 1474, ano da morte de Henrique IV, até 1479, data da assinatura do Tratado das Alcáçovas-Toledo e terminou com a humilhação de Afonso V e a exaltação de Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

foram um por um desfeitos. É válido destacar que o conclave que escolheu Rodrigo Bórgia para ser papa ocorreu imediatamente antes da viagem de Cristóvão Colombo, no ano de 1492.

Em relação a Colombo, embora tenha nascido em Gênova, pode-se dizer que foi em terras portuguesas que ele primeiro teve contato com muitas obras de geógrafos clássicos, como Ptolomeu, assim como do islâmico Alfragan, ou mesmo especialistas contemporâneos, como a de Paolo dal Pozzo Toscanelli, com quem Colombo manteve uma breve correspondência, no ano de 1481. A leitura e a correspondência com Toscanelli influenciaram e muito em sua ideia de circum-navegação. Além do contato com livros e geógrafos, as terras de Portugal ainda deram a Colombo uma esposa. O navegador casou-se no ano de 1477 com Filipa Pestrelo e Moniz, filha de um dos fundadores dos assentamentos na ilha da Madeira e irmã do Governador hereditário de Porto Santo. Embora da baixa nobreza, Filipa introduziu Colombo em um círculo mais refinado, que envolvia mercadores, nobres e clérigos, um estrato social que Colombo, como navegador descomissionado e sem fama, não poderia fazer parte (BROWN, 2013).

Pelos contatos que fez após o casamento, Colombo conseguiu uma audiência com o monarca português, D. João II, no ano de 1484. O monarca, que havia ascendido ao trono no ano de 1481 e tinha, então, 24 anos, estava determinado a expandir seu domínio marítimo. O rei contava com um corpo de especialistas a seu dispor em Lisboa, no recém criado Comitê Marítimo, que continha cartógrafos, astrônomos, navegantes e autoridades eclesiásticas, além de uma Junta de Matemáticos. Foi a essa audiência que Colombo, então com 33 anos, apresentou sua proposta de navegar a ocidente para chegar no oriente. Em sua proposta, Colombo utilizou-se dos cálculos de Alfragan para corroborar sua demanda, argumentando que seria necessário navegar aproximadamente 3.862 km a oeste para atingir o Oriente. A distância verdadeira, contudo, era de 17.702 km, ou seja, Colombo errou em aproximadamente 14 mil km a verdadeira distância. Sobre a audiência de Colombo, Stephen R. Brown escreveu que:

Embora a ideia de atravessar o Atlântico já vigorasse pelo menos desde 1474, diversos fatores trabalharam contra a proposta de Colombo, em 1484. A corte portuguesa tinha acesso a estudiosos bem fundamentados em todas as áreas apresentadas por Colombo, além de outras fontes, tanto antigas quanto contemporâneas. Com os recursos do Estado ao seu dispor, esses especialistas possuíam todas as obras relevantes — muito mais do que um homem com os meios e a posição social de Colombo poderia adquirir ou ler. Os membros da Junta eram bastante sofisticados na cultura da época e possuíam um conhecimento minucioso de cosmografia e geografia; [além disso] estavam todos bem conscientes da apresentação seletiva dos fatos e opiniões feita por Colombo. Eram também capazes de avaliar a improbabilidade de seu sucesso, mesmo que o conhecimento de que dispunham fosse fatalmente falho, por se basear nas antigas proposições da geografia, numa visão de mundo que não dava margem à existência de continentes desconhecidos dos antigos. Os membros da Junta presumiram que a distância para atravessar o oceano era grande demais para um navio singrar em segurança sem falta de provisões e de água doce.

A junta portuguesa, dessa forma, negou o financiamento de Colombo sob o argumento de que “as palavras de Colombo eram simplesmente vaidosas, simplesmente baseadas na imaginação” (BROWN, 2013, p. 74). Como argumento técnico, o conselho indicou que outras estimativas do contorno da terra haviam sido feitas e as de Colombo pareciam ser pequenas demais. Após a negação portuguesa e a morte da esposa, no ano de 1485, Colombo e seu filho Diogo pegaram navio em direção à Espanha. Em território espanhol, Colombo desembarcou em Palos de la Frontera e, após deixar o filho com a irmã da ex-esposa, foi buscar uma audiência com a família real espanhola.

Após fazer muitas amizades com pessoas importantes, dentre elas o padre confessor de Isabel, Colombo conseguiu, no ano de 1486, sua primeira audiência com os monarcas. Após apresentar a ideia, Colombo conseguiu a simpatia da monarca. Mesmo tendo conseguido a simpatia da monarca, uma reunião da monarca com seu conselho somente pôde ser realizada um ano mais tarde, em vista do início dos combates contra os mouros no sul do país. A reunião realizou-se em Salamanca e novamente o comitê avaliou que “o mundo não poderia ser tão pequeno quanto Colombo alegava” (BROWN, 2013, p. 74). Com isso, novamente Colombo teve sua ideia recusada, além disso, seu soldo foi retirado.

Ao contrário do que havia ocorrido com Dom João I, os monarcas espanhóis, nas palavras de Stephen R. Brown (2016, p. 74), “ofereceram a ele um ramo de oliveira”, ou seja, disseram que “quando Granada finalmente fosse derrotada, os monarcas poderiam estar dispostos a reconsiderar a proposta”. Descontente com a incerteza, Colombo mandou que seu irmão, Bartolomeu, procurasse apresentar a empresa de Colombo para os reis da Inglaterra e da França, enquanto ele, no final do ano do ano de 1487, escreveu novamente ao monarca português.

Colombo escreveu a D. João II de Portugal pedindo outra chance de apresentar seu projeto, solicitando também um salvo-conduto para voltar a Portugal, visto que havia fugido do reino, anos mais cedo, extremamente endividado. O fracasso da viagem de Fernão Dulmo, um capitão que havia sido contratado pelo monarca português, em um ato de “traição, ou pelo menos de interesse inescrupuloso”, para viajar a Oeste em busca das Índias, como era o plano de Colombo, mas que fracassou em vista de “ventos contrários, e uma tormenta assustadora” (BROWN, 2013, p. 74).

Nesse sentido, Colombo recebeu, em 1488, uma carta do rei português, que oferecia seus cumprimentos ao genovês e indicava que seus conhecimentos seriam de grande proveito ao reino. Em dezembro de 1488, Colombo e seu irmão Bartolomeu chegam a Lisboa para ter uma segunda audiência com o monarca português, mas deparam-se com o retorno da expedição

de Bartolomeu Dias, de uma expedição que já havia partido há mais de dois anos e retornavam com a notícia de que haviam, enfim, contornado a África. Nesse momento, Colombo percebeu que seu projeto outra vez seria negado e deixou Lisboa, local a que somente retornaria em 1493, sob bandeira espanhola.

Os anos que seguiram desde a viagem que fez a Lisboa até que a monarca espanhola o chamou para viajar a Madrid foram extremamente excruciantes para Colombo, argumenta Stephen R Brown. Segundo Brown (2013, p.78), essa espera foi “uma terrível, contínua, dolorosa e prolongada batalha; uma batalha material de armas não teria sido tão afiada e horrenda como a que ele teve de suportar”. No ano de 1491, quando enfim os espanhóis estavam na iminência de desalojar os mouros de seu último reduto, Colombo foi chamado pela monarca. A conversa ocorreria em Santa Fé, mas não teve audiência, visto que, logo após sua chegada, um incêndio ocorreu no local e a atenção voltou-se para o fogo ao invés de pensar em uma expedição ultramarina.

Após a queda de Granada, Colombo outra vez foi chamado e, desta vez, uma audiência diante do comitê ocorreu, sendo que mais uma vez seus planos foram recusados, sob os mesmos argumentos. Após a notícia, Colombo saiu de Santa Fé em direção à França, onde buscava vender sua ideia ao monarca francês, mas um dos conselheiros chamou a atenção de Isabel para o fato de que a expedição custaria o mesmo que uma recepção diplomática, visto que a maioria dos pagamentos seriam posteriores, o que fez Isabel mudar de ideia. Um mensageiro foi enviado ao encalço de Colombo e convenceu-o de voltar (BROWN, 2013).

A rainha sabia que os nobres que ela tinha colocado em batalha contra os mouros poderiam causar problema sem outro objetivo de conquista. A monarca já havia passado por isso no princípio do reinado, quando uma guerra civil estava instaurada e, para aliviar a tensão dos nobres após o fim da guerra civil, a monarca colocou-os para guerrear contra os mouros. Para evitar que esses problemas voltassem, passaram a incitar a nobreza a participar das descobertas ultramar, como faziam os vizinhos portugueses. Em vista da proibição da navegação austral, seja pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo, que criava uma barreira à navegação espanhola ao sul do paralelo 27° N, assim como pela bula de 21 de junho de 1481 (anteriormente citada, emitida pelo papa Sisto IV, chamada *Aeterni Regis*), que sancionou os capítulos 27 e 28 do Tratado, o caminho seria navegar entre oeste e meio-dia (FIGUEIREDO RIBEIRO, 2006, p. 33).

Sendo assim, a expedição de Colombo fazia absoluto sentido para a estratégia real e dessa maneira, foi realizada. Além de incitar expedições, Isabel e Fernando investiram muito dinheiro para fazer o aragonês Rodrigo Borgia papa, após a morte de Inocêncio III. Os reis

tiveram sucesso nessas suas empreitadas, visto que de Palos de La Fronteira zarpou, em três de agosto de 1492, a expedição de Colombo e em onze de agosto do mesmo ano, Rodrigo Borgia tornou-se o 214º papa, nomeado Alexandre VI.

Os três navios de Colombo, Pinta, Niña e Santa Maria, zarparam e, depois de três meses de uma calma viagem depois, no dia 12 de outubro, chegaram no “Novo Mundo”. Os exploradores pernoitaram no mar e, na manhã seguinte, após acharem um local entre os recifes que puderam fundear, chegaram às praias de uma ilha que imediatamente Colombo a batizou de São Salvador. Foi nesse momento que o navegador, pela primeira vez, entrou em contato com os nativos, que demonstraram cortesia e amizade. Essa foi a primeira vez que o termo “índio” foi utilizado para descrever os nativos da América, uma caracterização errônea por parte do explorador, que acreditava estar nas proximidades da Índia. Após explorar a região, que hoje é a parte insular da América Central, passando nessa região três meses, Colombo, deixando um forte construído com as madeiras da caravela Niña, e 36 homens guarnecendo o forte, os dois navios que sobraram rumaram em direção à Europa (BROWN, 2013).

2.2 Antecedentes imediatos do tratado de Tordesilhas

A viagem de retorno de Colombo foi extremamente complicada. Os exploradores zarparam no dia 18 de janeiro de 1493 e, aproximadamente três semanas depois, no dia 12 de fevereiro, quando estavam se aproximando dos Açores, uma tempestade vitimou a expedição. Por mais de duas semanas os navios ficaram à mercê das ondas, sendo que o temor de um naufrágio foi tanto que fez Colombo escrever um relato de sua viagem, selá-lo com cera e jogá-lo ao mar, para fazer lembrar sua aventura.

O relato nunca foi encontrado, mas não seria necessário, visto que a tripulação conseguiu aportar em Portugal no dia 4 de março de 1493, menos de dois meses depois de deixar a região das descobertas. Colombo, com sua caravela danificada, subiu o Tejo e aportou em Lisboa, onde foi convidado pelo rei para uma audiência. O encontro com o rei seria no interior, visto que Lisboa estava em meio a um surto de peste. Colombo viajou para o interior com uma comitiva carregada de muitos souvenirs, além de diversos nativos. A recepção foi um momento tenso, visto que o rei tinha plena convicção de que as terras descobertas por Colombo estavam em seu hemisfério, de acordo com Saragoça.

Dom João II , Rei de Portugal, na audiência que concedeu a Cristóvão Colombo quando este arribou a Lisboa, de volta da viagem em que descobriu a América, ao ouvir do navegante genovês que havia atingido a Índia ficou mui confuso e creio verdadeiramente que esta terra descoberta lhe pertencia. Foi assim convencido que o

Rei lusitano declarou a Colombo que: *aquella conquista si appartenesse a lui*⁷, ao que lhe contestou o navegante que havia recebido ordens dos Reis Católicos *para que non andasse alla Mina di Portogallo, ne in Guinea*⁸ e o que lhe havia sido ordenado *egli haveva interamente osservato*⁹ (SOARES, 1939, p. 61).

A convicção do rei de Portugal era tanta que ordenou, de imediato, que o General Don Francisco de Almeida, Conde de Abrantes, enviasse uma armada para aquela região. Contudo, retrocedendo sobre o que havia decidido, achou melhor mandar que Ruy de Sande fosse a Espanha pleitear com os Reis Católicos respeito pelo paralelo das ilhas canárias, visto que esse seria o *“término de la navegación de los Castellanos, porque los mares y tierras más meridionales pertenecian a Portugal”*¹⁰ (SOARES, 1939, p. 62).

Os reis católicos responderam que já haviam enviado a Lisboa seu embaixador, Lope de Herrera, e que ele seria responsável pelas tratativas primárias sobre o tema. Uma das questões que Herrera fez imediatamente após chegar foi pedir que o monarca português “não enviasse armadas aos mares dos descobrimentos té se determinar se era da sua conquista, e que para prática do caso, poderia mandar seus embaixadores” (SOARES, 1939, p. 62).

Os reis católicos haviam sido informados do intento de mandar uma esquadra para a região dos descobrimentos pelo Duque de Medinasidónia, que se candidatou para seguir no encalço dos portugueses com suas caravelas, se a mobilização chegasse às vias de fato (SOARES, 1939, p. 62). O monarca português prometeu a Herrera não enviar nenhuma esquadra para as regiões descobertas por 60 dias, além de ter feito partir para a Espanha dois embaixadores, Pero Dias e Rui de Pina, em busca de ratificar uma divisão dos mares de acordo com o paralelo das Canárias. Nas palavras de Soares (1939, p. 62 e 63):

*Efetivamente partiram para Espanha os Embaixadores Pero Dias e Ruy de Pina os quais tratando com os Reis Católicos propuséram que seriam buen medio el Mar Oceano se partiese entre las dos Coronas, por una línea tomada desde las Canarias contra el Poniente, por ramos de línea, derecha, i que todos los Mares, Islas i Tierras, desde aquella línea, derecha, al Poniente hasta al Norte, fuesen de los Reinos de Castilla i de Leon, fuera de las Islas que entonces poseia el Rei de Portugal en aquella Parte; i que todos aquellos Mares, Islas e Tierras restantes, que se hallasen desde aquella línea, ácia el Meio, dia, fuesen del Rei de Portugal, salvando las Islas de Canaria, que eran de la Corona de Castello A lo qual los Reis Católicos respondieron que aquel no era médio porque todo el Mar Oceano no pertecenia al Rei de Portugal. E así se quedó por entoces el negocio... pero porfiando el Rei de Portugal en que se tomase as sientos en estas diferencias. D. Fernando recusou tal porque proposta.*¹¹

⁷ Aquela conquista não pertence a ele.

⁸ Para que não fosse a Mina (Castelo de São Jorge da Mina) de Portugal nem a Guiné.

⁹ Ele tinha inteiramente observado.

¹⁰ Término da navegação dos espanhóis, porque os mares e terras mais meridionais pertenciam a Portugal.

¹¹ Propusemos que o Mar Oceano seja um bom meio se dividido entre as duas Coroas, por uma linha traçada desde as Canárias contra o Oeste, por linhas de linhas, à direita, e que todos os Mares, Ilhas e Terras, a partir dessa linha, à direita, a Oeste a Norte, pertenciam aos Reinos de Castela e Leão, fora das Ilhas que o Rei de Portugal então possuía naquela Parte; e que todos os restantes Mares, Ilhas e Terras, que se acharam daquela linha, para o Meio,

Os reis espanhóis, que tinham noção dos títulos que legitimavam as palavras do monarca português, nas palavras de Hélio Vianna (1965, p. 21): “apressaram-se a promover a sua revogação, valendo-se do prestígio de que gozavam na Cúria Romana”. O referido prestígio advinha, como vimos anteriormente, da proximidade que os monarcas espanhóis tinham com Alexandre VI, além do bom assessoramento dos monarcas pelo cardeal Carvajal, representante de Isabel e Fernando na Cúria. Nesse sentido, imediatamente após a chegada de Colombo e sua audiência com os monarcas, que ocorreu no dia 15 de março de 1493, os Reis Católicos pediram que o santo padre ratificasse suas novas posições. A ratificação veio por meio da bula *Inter coetera*, que foi datada como sendo de 3 de maio, mas que foi divulgada em abril. A referida bula concedia a Isabel e Fernando:

Todas e cada uma das sobreditas terras e ilhas desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro, as quais não estejam constituídas sob o atual domínio temporal de nenhuns Príncipes Cristãos” Isto fazia “porque de todas as obras a mais agradável a divina providência é que a salvação da alma humana seja assegurada em todos os países e as nações bárbaras sejam sub jugadas e convertidas à Fé Católica (VIANNA, 1956, p. 22).

A primeira bula de nome *Inter cetera*, como visto, foi expedida em abril, mas a data contida no documento fazia menção a 3 de maio. A segunda bula *Inter cetera*, por sua vez, foi expedida em junho, mas novamente datada de maneira diversa, indicando 4 de maio, um dia após a publicação da primeira bula. O conteúdo da segunda bula tinha por objetivo distinguir as concessões espanholas e portuguesa, e ficou conhecida como bula da partição, nos seguintes termos:

Todas (essas) ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio Dia, fazendo e construindo uma linha desde o Polo Ártico, a saber do Setentrião, até ao Polo Antártico, a saber Meio Dia, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e o Meio Dia, de tal modo que todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir desde a sobredita linha para o Ocidente e o Meio Dia não tenham sido possuídas atualmente por outro Rei ou Príncipe Cristão até ao dia da Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo, próximo pretérito, a partir da qual começa o presente ano de 1493, quando foram pelos vossos Emissários e Capitães achadas algumas ilhas antes ditas (VIANNA, 1956, p. 22).

A segunda bula de nome *Inter cetera* alterava a forma de divisão dos territórios descobertos e por descobrir. Antes a divisão seguia o Tratado de Alcáçovas-Toledo, assinado no ano de 1479, que indicava que o paralelo 27° N era o elo de divisão. Após, contudo, a

dia, pertenciam ao Rei de Portugal, excepto as Ilhas Canárias, que pertenciam à Coroa de Castella. Ao que responderam os Reis Católicos que não era médio porque todo o Mar Oceano não pertencia ao Rei de Portugal. E foi assim que o negócio ficou para então... mas o Rei de Portugal insistiu para que se arrependesse dessas divergências.

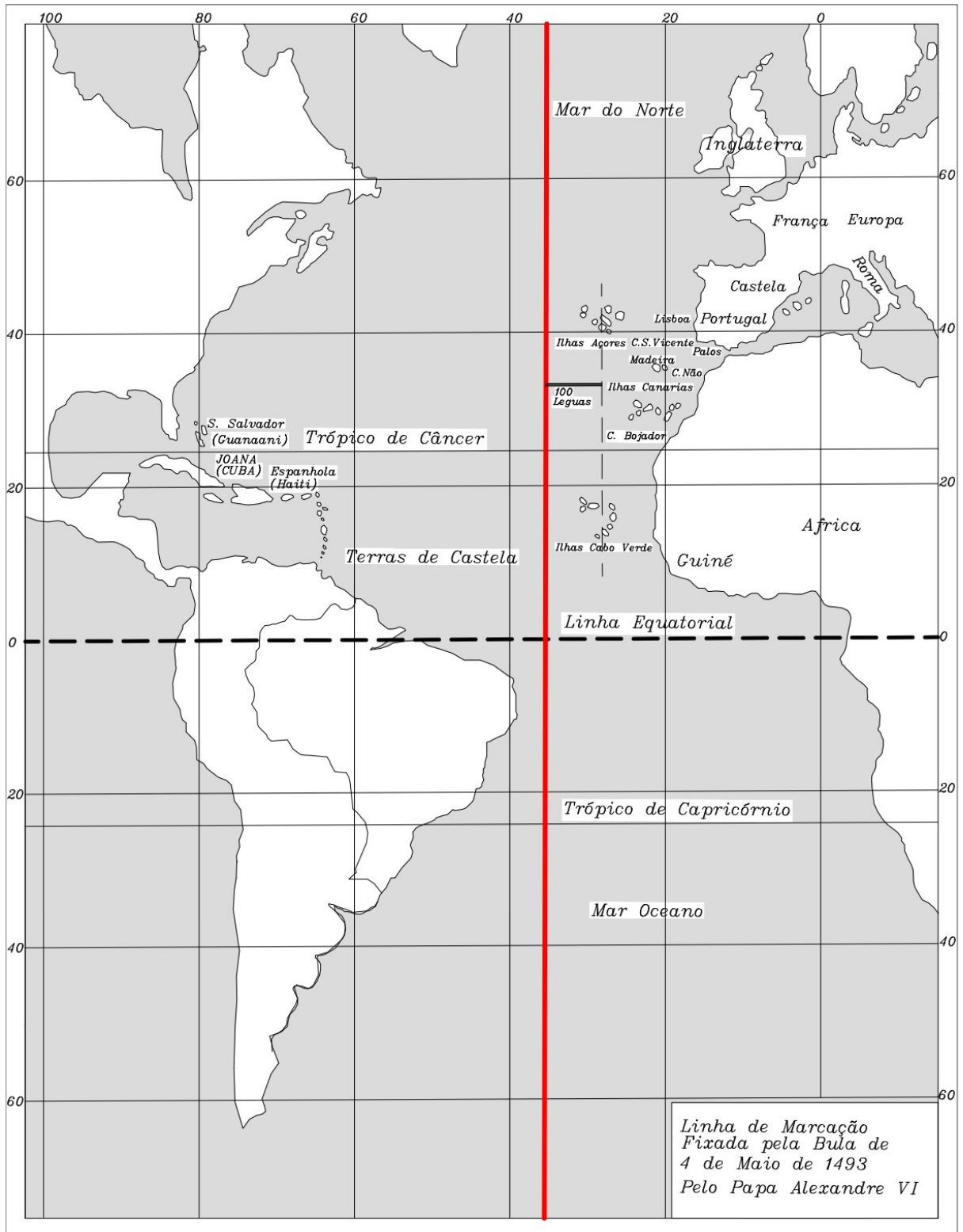
publicação da segunda Bula *Inter cetera*, a divisão passaria a ser um meridiano. O meridiano seria traçado a 100 milhas de qualquer uma das ilhas de Açores e Cabo Verde, colocando Portugal como senhora do mundo a ocidente, enquanto os espanhóis seriam senhores a oriente. No mês de julho uma nova bula foi expedida (embora tenha sido datada de 3 de maio), novamente em favor da Espanha, pois igualava os privilégios recebidos pelos portugueses pelas bulas emitidas por Roma durante todo o século XV. A bula *Eximiae devotionis* tem os seguintes termos:

Como, porém, pela Sé Apostólica tenham sido concedidos diversos privilégios, graças, liberdades, imunidades, isenções, faculdades, letras e indultos a alguns Reis de Portugal, os quais nas partes da África, da Guiné, da Mina de Ouro e allures acharam e adquiriram ilhas por uma semelhante concessão e doação Apostólica também a eles feitas, nós, como é digno e conveniente, querendo também favorecer com não menores graças, prerrogativas e favores a vós (aos reis Fernando e Isabel) e aos vossos ditos herdeiros e sucessores [...] concedemos que nessas ilhas e terras por vós ou em vosso nome recentemente achadas ou por achar no futuro [...] possais e devais usar, possuir e fruir todas e cada uma dessas graças.

Alexandre VI ainda publicou outra bula em benefício da Espanha, chamada *Dudum siquidem*, datada de 26 de setembro de 1496, mas que foi provavelmente expedida posteriormente. Nesta bula, o papa desfaz toda e qualquer doação anterior que tenha beneficiado Portugal, ou seja, aquelas elencadas na primeira seção do atual capítulo, que ratificavam a política expansionista portuguesa. O segundo parágrafo da referida bula diz o seguinte:

Não obstante as constituições e ordenações Apostólicas, e quaisquer doações, concessões, faculdades, assinações, por nós ou pelos nossos predecessores feitas a quaisquer Reis, Príncipes, Infantes, ou quaisquer outras pessoas ou Ordens e Milícias, a respeito das ditas regiões, mares, ilhas, e terras, ou outra parte dos mesmos, por quaisquer motivos, mesmo de piedade, ou fé, ou de redenção de cativos, e com outros e com quaisquer cláusulas, mesmo as mais urgentes possível, até derogatórias, mais fortes, mais eficazes e insólitas, contendo mesmo em si quaisquer censuras, e penas, as quais não tivessem surtido seu efeito por posse atual e real, embora quiçá, aqueles aos quais alguma vez tivessem sido feitas essas doações e concessões, ou os seus emissários aí tivessem navegado; e tendo nós os teores daquelas (Letras) por suficientemente expressos e insertos nas presentes, de semelhante motu (próprio), e ciência, e pelas plenitude do poder (Apostólico), inteiramente os revogamos, e quanto às terras e ilhas por eles atualmente não possuídas, os que remos ter por insertos; e bem assim todas aquelas coisas que nas ditas letras quisemos que não obstassem, e outras quaisquer contrárias (SOARES, 1939, p. 86).

Figura 1- Linha de Demarcação fixada pela Bula Inter cetera de 4 de maio de 1493



FONTE: Adaptado a partir de Soares, (1939).

O monarca português mais uma vez protestou junto aos reis católicos a respeito das concessões papais, que além de derrogar as concessões feitas por outros papas a Portugal, ainda anulavam o Tratado de paz de Alcáçovas-Toledo, de 1479. Sobre o argumento real, escreve Goes Filho (2015, p.65) “os textos das bulas eram menos precisos do que desejaria Portugal, e o alcance do acordo, discutível, pois fora negociado para resolver problemas de posse sobre ilhas próximas da África e o litoral desse continente ao sul do cabo Bojador”, e não os limites atlânticos dos dois reinos. Nesse sentido, por não ter recebido uma resposta favorável, além de ter se passado mais de 60 dias desde que prometera a Herrera, Dom João II mandou arregimentar uma “poderosa esquadra para reconhecer e averiguar as asseverações de Colombo, o qual afirmava ter chegado as Índias” (SOARES, 1939, p. 64). Prevendo um conflito, os reis católicos tentaram remediar a situação enviando para Lisboa, em novembro de 1493, Dom Garcia de Carbajar e D. Pedro d’Ayala, seus embaixadores. A representação foi bem sucedida e conseguiu evitar outra guerra peninsular, embora não se tenha chegado a um acordo sobre as terras descobertas (SOARES, 1939).

2.3 O Tratado de Tordesilhas (1494)

Para concluir de uma vez os entraves territoriais com a Espanha, mandou o monarca português uma nova embaixada aos reis espanhóis. Os novos representantes seriam os membros do conselho real Rui de Souza, que era senhor de Sagres, seu filho, que era almotacér-mór, João de Souza, além de Aires de Almada (SOARES, 1939). Os Reis Católicos, que estavam com sérios problemas em suas colônias na Itália, não querendo entrar em guerra novamente com Portugal, mandaram três representantes para encontrar com os portugueses na cidade espanhola de Tordesilhas. Os enviados foram Dom Henrique Henriquez, que era Mordomo-mór, Don Gutierrez de Cardenas, que ocupava o posto de comendador-mór, além de Dr. Rodrigo Maldonado.

Sobre as negociações, argumenta Goes Filho (2015, p. 67) que os espanhóis aceitaram “um acordo que a deixava em posição menos vantajosa do que aquela prevista pela bula da partição”, sendo que, mesmo com isso, “por motivos diversos, ambas as partes contratantes ficaram satisfeitas com a conclusão das negociações”. Os portugueses conseguiram o monopólio do caminho para as Índias como demandavam, enquanto os espanhóis conseguiram não somente o reconhecimento de sua personalidade jurídica, visto que estavam negociando em igualdade como um estado unificado, além de terem refeito o acordo de Alcáçovas-Toledo com maior favorecimento.

Sobre Tordesilhas, retratando as alterações da relação entre as duas nações, escreve Tanzi (1974, p. 534):

Mudam os protagonistas [...] já não são os reinos de Castela e Aragão as partes e sim Castela e Portugal; muda o âmbito da expansão, já não se referem a regiões europeias ou ao norte da África, trata-se do regime marítimo e ocidental. Porém, se mantem o ideal de cruzada dos primitivos ensaios, refletidos na tarefa evangelizadora a que se propõem os reis castelhanos e lusitanos.

Em relação ao resultado das negociações escreve Goes Filho (2016, p. 67):

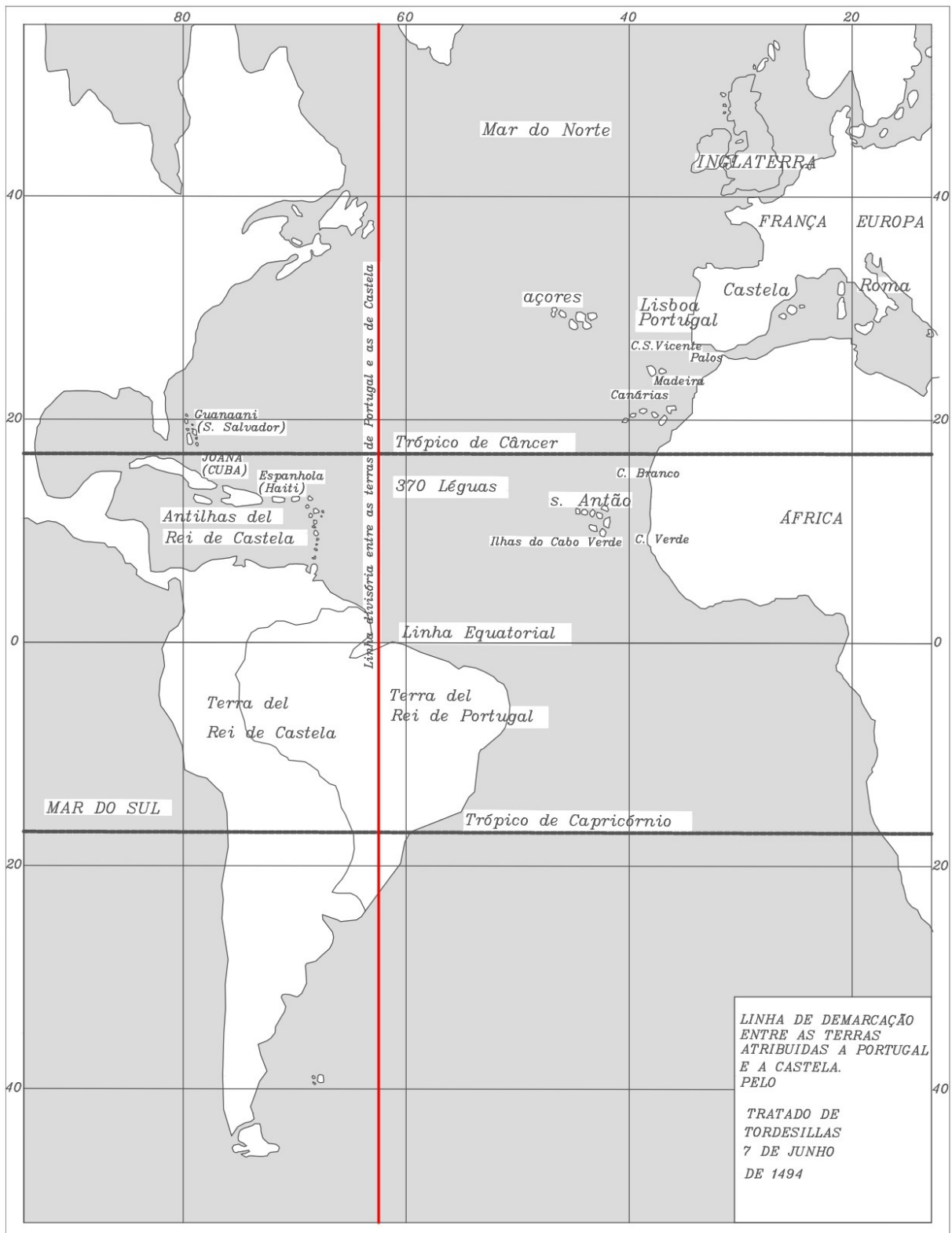
As negociações foram completadas em 7 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, e o tratado, que tinha o título pomposo de “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, acabou sendo conhecido pelo nome desse burgo fronteiriço de tantas tradições na turbulenta história de Castela. Ratificado pela Santa Sé em 1506, pela bula *Ea quae pro bono pacis*, seu parágrafo essencial dividia as possessões ibéricas no Atlântico pelo meridiano que passa 370 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde: as terras a leste seriam de Portugal; a oeste, da Espanha.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, foi inquestionavelmente um marco para as Relações Internacionais, visto que, como argumenta Capistrano de Abreu (*apud* ALMEIDA, 1991, p. 16), foi o “primeiro ato relevante da diplomacia moderna, porque negociando entre Estados, e não, como era normal na Idade Média, decidido pelo Papa”, ele não é perfeito em suas colocações. Uma das primeiras questões que se pode evidenciar é que ele nunca foi balizado. O texto do tratado é claro em dizer que “que dentro dos dez primeiros meses seguintes, a contar do dia da conclusão deste tratado hajam os ditos senhores seus constituintes de enviar duas ou quatro caravelas [...] para fazer o referido sinal”. Esse sinal, contudo, nunca foi feito (SOARES, 1939, p. 69-90).

Isso porque, argumenta Bevilaqua (BEVILAQUA, p. 26 *Apud* SOARES, 1939, p. 96), “Nem os políticos, nem mesmo a ciência do tempo tinham consciência nítida do meridiano a traçar na esfera terrestre”. Além disso, recorda Soares (1939, p. 95-96) “quer os portugueses, quer os espanhóis estavam muito mais interessados na conquista do Oriente do que nos descobrimentos do Ocidente”.

Sobre o Tratado de Tordesilhas, comenta Hélio Vianna, em *História das Fronteiras do Brasil* (1948, p. 27), “infiltrou-se um defeito substancial”, ou seja, “não ficou determinada qual das ilhas do arquipélago de Cabo Verde serviria de ponto de partida para a contagem das 370 léguas”, e nem “ficou esclarecida qual seria a medida das léguas adotadas, pois havia-as de várias dimensões” (VIANNA, 1956, p.27). Miguel Paranhos de Rio-Branco, tataraneto do Barão de Rio Branco, escreve no livro “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid”, de 1953 (p. 4), que o tratado “fixava-se no plano das fronteiras artificiais numa época em que não se contava, para sua demarcação, com os necessários conhecimentos geográficos e astronômicos”.

Figura 2- Representação da Linha de demarcação de Tordesilhas firmado no dia 7 de junho de 1494



FONTE: Adaptado a partir de Soares (1939).

Para dar cabo ao argumento, retornamos a Capistrano de Abreu, que em seu livro “Capítulos da História Colonial do Brasil” (2000, p. 196), em comentário sobre Tordesilhas, sustenta que: “o arreglo [tratado] foi meramente formal e teórico: ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com ele no ajuste das contas”. Essas indefinições seriam um dos mais fortes argumentos utilizados por Alexandre de Gusmão, dois séculos e meio após ter sido firmado Tordesilhas, para sustentar que um novo tratado de limites deveria ser escrito. No ano de 1522, contudo, um fato tornou patente não somente a necessidade de balizamento de Tordesilhas como também a falta de clareza do tratado. Juan Sebastián Elcano completou a circum-navegação iniciada em 1519 por Fernão de Magalhães.

Esse feito fez com que os Espanhóis atingissem as ilhas Molucas, que eram conhecidas como ilhas das especiarias navegando a ocidente, ou seja, haviam alcançado “*el Levante por el Poente*” (SOARES, 1973, p. 97). Vale destacar que os portugueses levaram quase um século para atingi-las por mar, navegando em direção a Oriente, contornando o continente africano. Os espanhóis, por sua vez, atingiram as Molucas 30 anos após Colombo ter pisado na América.

Para tratar dessa indefinição, ou seja, definir se as ilhas Molucas estavam do lado português de Tordesilhas ou espanhol, uma junta diplomática foi organizada. Embaixadores e técnicos de cada monarquia sentaram-se juntos em Badajoz e Elbes. A primeira parte das negociações foi um fracasso, visto que os plenipotenciários, nas palavras de Soares (1939, p. 98), ficaram o tempo todo “discutindo se as 370 léguas começavam na mais oriental ou na mais ocidental das ilhas de Cabo Verde”. Outro problema enfrentado, esse em especial acometia somente os espanhóis, era a dificuldade em chegar até a região contestada, visto que os portugueses dominavam a costa africana e o estreito de Magalhães ainda não havia sido mapeado; sendo assim, os espanhóis não conseguiam aferir a longitude em que se localizavam as ilhas.

A questão somente foi resolvida no ano de 1529, quando o imperador espanhol, que estava passando por dificuldades financeiras, aceitou um acordo no qual recebia 350 mil ducados pela renúncia à posse das ilhas. O acordo foi assinado em Saragoça; com isso, ficou conhecido como Capitulação de Saragoça, de 1529. Anos mais tarde, com a evolução das técnicas de aferir a longitude, ficou claro que as ilhas Molucas não estavam no lado espanhol do antemeridiano de Tordesilhas e sim do lado português. Essa descoberta também seria levantada por Gusmão quando das discussões preparatórias que levariam ao Tratado de Madrid.

3. PERÍODO DE INCORPORAÇÃO

3.1 Primeiro século de colonização

Os primeiros europeus a entrarem em contato com a região amazônica foram os espanhóis, na expedição de Vicente Yañes Pinzon (ROSA, 1926; VIANNA, 1965). Pinzon nasceu em de Palos de la Frontiera, cidade portuária espanhola que serviu de ponto de partida para muitas expedições espanholas, dentre elas a de Cristóvão Colombo, responsável por descobrir o Novo Mundo. Como vimos anteriormente, a primeira cidade espanhola em que Colombo pisou após chegar de Portugal, em 1485, foi Palos, sendo que quando estava organizando sua expedição em direção às “Índias”, recebeu ajuda de Vicente Yañes e seu irmão, Martin Alonso Pinzon. Os irmãos Pinzon ajudaram não somente em vista de arregimentar a tripulação, mas também bancar e dar aval ao empreite, visto que eram uma das famílias mais distintas da cidade de Palos. Pelo empenho, os irmãos acabaram ganhando lugar como comandantes na expedição, como evidencia Rosa (1926, p. 108):

O temerário empreendimento, do qual o terror e a desconfiança afugentavam os marinheiros só começou a se tornar realizável, do momento em que um homem da posição e fortuna de Pinzon, não só lhe dava calor e veemente apoio, mas também se ofereciam a embarcar-se, por primeiro, consigo levando os seus irmãos e parentes. [...] Foi assim que, embarcado o Almirante na caravela Gallega a que deu o nome de Santa Maria, coube a Martin Alonso o comando da Pinta, e aos seus irmãos Vicente Yanez e Francisco Martin o da Nina, na gloriosa expedição.

Vicente Yañes Pinzon, com o dinheiro e a experiência que havia ganhado na expedição de Colombo, organizou, no ano de 1499, uma expedição em direção ao Novo Mundo. Com quatro caravelas e mais de 150 marinheiros, partiu novamente em direção à região dos descobrimentos. A segunda expedição de Pinzon, contudo, rumou para mares mais meridionais do que a expedição anterior, visto que, como argumenta Rosa (1926, p. 109) a concessão real obrigava Pinzon de “abster-se de tocar nas terras descobertas por Colombo”.

Nesse sentido, Pinzon e seus tripulantes chegaram na América do Sul, mais precisamente no nordeste brasileiro, no dia 26 de janeiro de 1500, dois meses antes de Cabral, que chegou no Brasil em 22 de abril de 1500 (VIANNA, 1965). A expedição, então, seguiu para o norte, passando por Jericoacoara, que o navegador chamou de *Rostro Hermoso*¹², sendo que o próximo destino seria o Amazonas, que foi nomeado pelo navegador de *Santa Maria del Mar Dulce*¹³. Após ter passado pelas ilhas que o rio tinha em sua foz, que formam as chamadas

¹² Rosto bonito

¹³ Santa Maria do Mar Doce

Marinatãbalo, prosseguindo com a viagem por noroeste até o golfo de Pária¹⁴. A expedição voltou para a Espanha em setembro de 1500, relatando que aquela região que haviam chegado era a Índia depois do Ganges e que aquele rio que haviam encontrado era um dos quatro rios que formavam o Paraíso. (BUENO, 2020; RIO BRANCO, 2008, p. 51; ROSA, 1926)

Os primeiros contatos de portugueses com a região, por sua vez, como evidencia Rio Branco, no livro *Memória do Brasil* (2008, p. 61), datam dos primeiros anos do século XVI, entre os anos de 1502 e 1513, quando “vários portugueses percorreram trechos dessa sua costa, alguns oficialmente encarregados de explorá-la, outros com objetivos comerciais”. O barão argumenta que poucas informações dessas expedições resistiram ao tempo, mas sabe-se o nome de alguns exploradores, sendo eles João Coelho, que partiu em 1502 ou 1503, além de Estevam Fróes e Francisco e Pedro Corso, que partiram em 1513 e, empurrados por ventos contrários, transpuseram os limites de Tordesilhas e foram, juntamente com suas mercadorias, aprisionados pelos espanhóis (RIO BRANCO, 2008; ROSA, 1926, p. 122).

A defesa dos domínios setentrionais do território brasileiro, de forma similar ao que ocorreria no litoral do que hoje é o Nordeste, com a distribuição de sesmarias e doação por juro e herdade, ocorreu por meio de capitânias. Por carta régia, no dia 11 de março de 1535, foi doada a João de Barros, que era feitor da Casa da Índia e da Mina, a capitania do Maranhão. Reconhecendo as dificuldades dos empreites, Barros terceirizou o empreite a dois outros cavaleiros, Ayres da Cunha e Fernão Alvarez de Andrade.

Nesse sentido, a primeira tentativa de colonização portuguesa foi organizada pelos dois nobres, anos mais tarde, na fundação da Colônia de Nazaré, na Ilha Maranhão. Dez navios foram enviados de Lisboa, no ano de 1536, sendo que a expedição era composta por cerca de 900 militares, sendo cem cavaleiros, assim como tudo o que o que seria necessário para a viagem, desde mantimentos à munição e artilharia. A expedição, contudo, acabou malfadando, haja vista a exposição dos colonos às incursões indígenas, além das doenças patentes na região. Essas adversidades fizeram com que eles fossem reduzidos em número e forçados a abandonarem a ilha no ano de 1538, sendo que muitos colonizadores fugindo para Porto Rico e Santo Domingo. Nesse sentido, como argumenta Rosa (1926, p. 127) “o insucesso da expedição acarretaria abandono da região” amazônica pelos portugueses (RIO BRANCO, 2008; ROSA, 1926).

¹⁴ O golfo de Pária, é um grande golfo localizado na foz do delta do rio Orinoco no oceano Atlântico, ao norte da América do Sul tem uma extensão de aproximadamente 7800 km², conforma uma parte da fachada atlântica de Venezuela, formando as costas dos estados de Delta Amacuro, Monagas e Sucre e a sua vez separando o continente sul-americano da ilha de Trinidad, a maior de Trinidad e Tobago, pelo que o golfo é uma zona de fronteira marítima. (<http://pt.dbpedia.org/resource/GolfodeParia> dia 15/09/2022)

A Espanha, por sua vez, embora tenha sido a primeira nação europeia a chegar na região, não demonstrou, nos primeiros anos do período colonial, grande interesse em colonizar a região amazônica. Essa indisponibilidade se deu, principalmente em vista das “grandes riquezas encontradas no país dos Incas [que] seduziram por demais os espanhóis, impedindo que prosseguissem nesta pretendida marcha para o Oriente” ou seja, em direção a Amazônia (ROSA, 1926, p. 128). Um fato, contudo, deve ser mencionado: foram os espanhóis, na expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, que primeiro navegaram toda a extensão do grande rio das Amazonas, como conta o frei espanhol Gaspar de Carvajal em “*Descubrimiento del río de las Amazonas*”, livro publicado pela primeira vez no ano de 1542.

A expedição comandada por Gonzalo Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, conquistador do império Inca, tinha como objetivo encontrar a terra da canela e do ouro (*El Dorado*), que os índios anunciavam ser do outro lado dos Andes. Na expedição, como revela Santa Rosa (1926, p. 129), faziam parte mais de “200 espanhóis [...] quatro mil índios [...], cerca de 200 cavalos, mais de 2.000 veados [...] e quase outros tantos cães de caça, [além de] abundante armamento e munições de toda a espécie”. No final de fevereiro do ano de 1541, a comitiva, guiada por Gonçalo Dias de Pinedo, saiu da província de Quito, com destino a Quijos, no vale do Zumaco. Nessa localidade, cerca de 30 léguas do local de partida, os desbravadores repousaram por alguns dias aguardando a chegada de Francesco de Orellana, lugar-tenente de Gonzalo e homem de confiança da família Pizarro.

Gonzalo encontrou Orellana e eles continuaram a expedição. Após mais 60 dias de uma pesada marcha, a guarda avançada de Pizarro encontrou as tão aguardadas canelas, que, de tão esparsas e distantes do centro colonial, não tinham qualquer vantagem em termos de comércio. Em meio a falta de recursos e constantes desacordos entre os nativos, que geravam atos de crueldade por parte de Pizarro, o mestre de campo encontrou um local para que os expedicionários parassem e recuperassem suas forças. O local era uma tribo indígena, no chamado país dos Omaguas. Os indígenas recepcionaram os estrangeiros de maneira calorosa, contudo, com o passar do tempo e os contínuos atos de crueldade perpetrados pelo capitão, as relações acabaram se tornando hostis. Nesse momento, o chefe da expedição, Gonzalo Pizarro, mandou construir um bergantim, em vista buscar por água um local melhor para seu pessoal, assim como mais mantimentos, enquanto a outra parte da expedição seguiria por terra (ROSA, 1926).

Pelo rio seguiria Francesco de Orellana e outros 60 homens com equipamentos e provisões, devendo voltar, como ordenou o general, em no máximo 12 dias. A expedição de Orellana, contudo, nunca retornou ao ponto inicial, fazendo com que por muito tempo, na

bibliografia que escreveu sobre o acontecimento, o lugar-tenente fosse considerado um traidor. De Orellana, Gonzalo Fernandes de Oviedo argumenta que *“habia usado de la mayor crueldad que ningun infiel pudiera cometer dejando al Gonzalo Pizarra e os demás en aquellos desiertos entre tantos rios é sin comida”*¹⁵. Lopes de Gomára acusa-o de ter premeditado a fuga (*“y como se vio lejos de su Capitán”*¹⁶), em um vista de levar consigo *“la ropa, oro e es meraldas que le confiaron , aunque decia el acá que constrinido de la gran corriente y caida del agua no pudo tornar arriba”*¹⁷. Outras acusações são evidenciadas por Santa Rosa em *História do Rio Amazonas* (1926, p. 132), contudo, todas elas vieram por terra quando da descoberta da relação de Frei Gaspar de Carvajal, que evidenciou que Orellana:

Como estas muitas outras acusações foram feitas a Orellana, até que se veio a saber da proposta por ele formulada desde o terceiro dia, de voltar ao ponto da partida, em vista do nenhum recurso até então encontrado, o que, por isto mesmo, foi recusado pelos companheiros; dos esforços empregados em Aparia, para fazer volver alguns da comitiva com mantimentos e auxílios aos reter dados, oferecendo remunerações avultadas , e não obstante rejeitadas; da renúncia feita do cargo de tenente - general , pela incompatibilidade que se atribuiu entre a atitude a que o forçavam e a que se comprometera a observar para o regresso em 12 dias, renuncia por todos repelida , e , pelo contrário imposta a sua continuação no exercício, sob pena de ser tido como responsável pelos prejuízos e crimes que, na falta de um chefe , pudesse provocar o espirito amotinado de revoltados (ROSA, 1926, p. 133).

Vele ressaltar, contudo, que mesmo sendo acusado de trair o irmão do conquistador do império Inca, o feito de Orellana, ou seja, navegar por toda a extensão do rio Amazonas e descobrir uma nova forma de chegar nos andes, não passou despercebido pela coroa espanhola. Orellana chegou à foz do Amazonas no dia 24 de agosto de 1542, aproximadamente um ano e meio depois de ter se unido a Gonzalo, no vale de Zumaco. Após chegar foi até o caribe onde tomou um barco e chegou ao reino, onde encontrou-se com Fernando Pizarro, que não insinuou que houvesse traído seu irmão, assim como nada disse o conselho das Índias a esse respeito. Ao contrário, o rei Carlos V, concedeu a Orellana, no dia 17 fevereiro de 1544; o título de Adelantado, nomeando-o “capitão e governador das terras por ele descobertas, deu-lhe licença para armar navios, reunir tropas e armamentos, com que pudesse voltar a fundar colônias para gloria de seu país” (ROSA, 1926, p. 134).

A empresa de Orellana, contudo, não contou com o custeio do herário, sendo obrigada a despender, com os “proveitos da terra”, 5.000 ducados. O explorador, dessa forma, armou a seus custos a expedição que levou 8 religiosos, 200 infantes e 100 cavalos que seriam

¹⁵ Ele havia usado a maior crueldade que nenhum infiel poderia cometer, deixando Gonzalo Pizarro e os outros naqueles desertos entre tantos rios e sem comida.

¹⁶ E como ele estava longe de seu capitão.

¹⁷ Às vestes, ouro e esmeraldas que lhe confiaram, embora aqui dissesse que constrangido pela grande corrente e queda da água não conseguiu voltar a subir.

transportados em quatro embarcações, a caravela *Guadalupe*, os navios *San Pablo* e *Breton*, além da nau capitânia.

No dia 11 de maio zarparam de Sanlúcar de Barrameda, ao Sul da Espanha, mesmo porto que havia saído a expedição de Fernão de Magalhães, em seu empenho em circum-navegar o globo. Após três meses em Tenerife e dois em Cabo Verde, a expedição direcionou-se para o Brasil. Durante a navegação atlântica, uma nau e um bergantim sumiram, sendo que os dois navios restantes a expedição chegara na foz do Amazonas em 20 de dezembro de 1545. Imediatamente após a chegada, iniciou a subida do Amazonas, navegando por cerca de 100 léguas, até uma aldeia indígena, onde parou para transformar os dois navios que ainda restavam em Bergantis. Nessa aldeia, acometidos de uma grande fome, 57 de seus homens morreram, assim como o capitão, vitimado de uma flechada. Sobre essa expedição escreveu Synesio Sampaio, em *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas* (2015, p. 170): “Se tivesse tido êxito, talvez a Amazônia toda fosse hoje dos herdeiros dos espanhóis; mas fracassou. Desde o início [contudo], a má sorte o acompanhou”.

A empreitada de Orellana e Gaspar de Carvajal foi responsável por dar um nome definitivo ao rio que hoje chamamos Amazônia. Por muitos séculos os indígenas conheciam-no como rio Pará, os portugueses chamavam-no Maranhão, enquanto os Espanhóis, em um primeiro momento chamavam-no São Francisco de Quito e depois, rio de Orellana. Essa nomenclatura somente alterou-se para a atual após a popularização da relação de Frei Gaspar de Carvajal, que narra um encontro que a expedição, teve com indígenas que, conforme Carvajal descreveu, eram:

“[...] *muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revuelto á la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus vergüenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios*”¹⁸
(CARVAJAL, 2019, p. 156).

Aproximadamente uma década depois da expedição de Orellana, o português Luiz de Melo Silva, obteve do rei Dom João III a capitania ou o Governo do Pará (não se sabe ao certo o ano, visto que o documento oficial foi perdido), e partiu para a região com uma grande expedição. Em maio ou junho (do mesmo, modo não se pode precisar qual), partiu da cidade de Lisboa com “6 navios, seiscentos homens e animais de montaria”, aportando no Maranhão meses mais tarde. Já durante o fundamento perdeu boa parte de sua tripulação, após serem destroçados pelas pelos baixios da região. Uma única caravela e um batel sobraram e foi com

¹⁸ “[...] muito brancas e altas, e seus cabelos são muito compridos e trançados e bagunçados na cabeça, e são muito musculosas e andam nu, nu, cobrindo suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios”

eles que o capitão e outros dezoito sobreviventes foram até a ilha de São Domingo e depois rumaram a Portugal. O mesmo capitão, Luiz de Melo Silva, anos mais tarde, após ter feito fortuna na Índia, decidiu retornar a Amazônia, mas o navio em que navegava, o São Francisco, “não chegou ao termo da viagem, sepultando no oceano o infeliz donatário” (ROSA, 1926, p. 140)

No ano de 1560, André Furtado de Mendonça, Vice-rei do Peru enviou Pedro de Ursua para uma expedição pelo Amazonas, em busca de um reino dourado (El Dorado). Sobre tal viagem Robert Southey escreve, “*The Expedition of Orsua, and the Crimes of Aguirre*”, no ano de 1821. Southey evidencia que mesmo antes do início da expedição o perigo de insubordinação havia sido evidenciado para o comandante, por um amigo, Pedro Linasco. Linasco havia nomeado meia dúzia de homens, dentre os quais o de Lope de Aguirre como potenciais agitadores (SOUTHEY, 2017, p. 26).

Ursua, apesar de avisado, não atendeu as recomendações do amigo e partiu em expedição, levando mesmo sua amante, a viúva Inéz de Atienza. Logo no início da exploração a tropa teve de ser dividida por uma série de imprevistos relacionados a construção das embarcações. Os exploradores avançaram e após meses sofrendo as mais terríveis privações, pela falta de comida, pelas doenças tropicais e os constantes embates contra os indígenas, um grupo de aventureiros, liderados por Don Fernando de Guzman, decidiu, secretamente, sublevar-se, assassinar o comandante e retornar ao reino do Peru, para tomar o país:

Se celebró entonces una reunión secreta: Guzmán y sus amigos propusieron abandonar allí a Ursúa, continuar el viaje río abajo, y después volver al Perú por el camino acostumbrado; Zaldueño y Aguirre eran partidarios de dar muerte a Ursúa y a Vargas, su lugarteniente, y regresar; pero no por volver sin más, sino para apoderarse del país y hacer a Guzmán su señor. Este no tenía ni virtud ni discernimiento para alarmarse ante esta proposición desesperada; ebrio de ambición, consintió las medidas que estos miserables aconsejaban; se pronunció la sentencia de muerte, y decidieron que debía ser ejecutada a la primera oportunidad.¹⁹

Sobre o período posterior a morte de Úrsua, escreveu Henrique A. Santa Rosa (1926, p. 143): “a marcha [...] foi uma série sucessiva de crueldades e de crimes, em que Fernando de Gusman, embora investido do comando, não foi mais do que um títere manejado por Lopo de Aguirre, déspota cruel e sanguinário”. Foi com base na ideia de Aguirre que o plano de ocupar as possessões espanholas, libertando-as da serventia em relação a metrópole, em benefício de

¹⁹ Foi então realizada uma reunião secreta: Guzmán e seus amigos propuseram deixar Ursúa ali, continuar a viagem rio abaixo e depois voltar ao Peru pela rota usual; Zaldueño e Aguirre eram a favor de matar Ursúa e Vargas, seu lugar-tenente, e retornar; mas não apenas para voltar, mas para dominar o país e fazer de Guzmán seu senhor. Ele não tinha virtude nem discernimento para ficar alarmado com essa proposta desesperada; Embriagado de ambição, ele consentiu nas medidas que esses desgraçados aconselhavam; a sentença de morte foi pronunciada, e eles decidiram que ela deveria ser executada na primeira oportunidade

Gusman veio à tona. Nesse sentido, nas margens do Amazonas Gusman foi investido da autoridade de Príncipe da Terra firme e do Peru, que foi reconhecido por seus companheiros que lhe prestaram juramento e juraram lealdade beijando-lhe a mão. A pretensão - e a insanidade - de Aguirre era tanta que, com o auxílio de alguns oficiais, assassinou Gusman e seus séquito em plena “tenda real” (SOUTHEY, 2017; ROSA, 1926).

Em dezembro do ano de 1561, Aguirre e seus homens chegaram à foz do Amazonas e dali fizeram vela até a ilha de Margarida, onde foram recepcionados pelo Governador D. Juan de Pilandrado que, ignorante das atrocidades cometidas pelo explorador, recebeu-o com toda honra. Em meio as comemorações da chegada, os exploradores assassinaram o Governador e as lideranças da ilha. Após deixarem um de seus homens na liderança, partiram para a Venezuela, onde tentaram fazer a mesma coisa, contudo, avisados sobre a perniciosidade de Aguirre, os venezuelanos, sob o jugo do Governador Pablo Callado preveniram-se contra qualquer ato. Em vista da situação muito desvantajosa para a tropa, conquistados pelas promessas de perdão, muitos soldados de Aguirre abandonaram-no, comportamento que excitou ainda mais a perversidade do explorador que, antes de ser preso, fuzilado e esquartejado, matou a própria filha a punhaladas (SOUTHEY, 2017; ROSA, 1926).

Foi no final do século XVII, precisamente no ano de 1680 que ocorreu um evento que mudaria os rumos da colonização da América Ibérica. O rei Dom Sebastião, filho de João III de Portugal, combatendo os Mouros na batalha de Alcácer Quibir, morreu, no dia 4 de agosto de 1578. A morte do rei, que contava apenas 23 anos, deixou o trono português vacante, visto que não existia um herdeiro direto. Por breves dois anos assumiu o trono o Cardeal-Rei, D. Henrique I, filho de D. Manuel I. O cardeal era o primeiro da linha de sucessão, mas acabou falecendo durante as Cortes de Almeirim. O cardeal já havia indicado anteriormente a morte que tinha intenções de deixar o trono para Filipe II, se um acordo proveitoso para Portugal fosse assinado. Com a morte do Cardeal, uma junta de governo foi deixada governando, até que se realizassem uma nova reunião da nobreza, que veio a ser organizada nas Cortes de Tomar. Em Tomar o rei espanhol prometia “que todos os cargos superiores e inferiores, assim da justiça como da fazenda e do governo dos lusitanos se provejam a portugueses e não a estrangeiros” (VIANNA, 1965, p. 130).

Nesses termos, os portugueses estavam cientes de que não se tratava de uma anexação e sim um governo conjunto, com isso, não teriam grandes problemas em continuar seus negócios coloniais. Ocorre, contudo, que as consequências internacionais da União Ibérica foram muito prejudiciais para os interesses portugueses. Como argumenta Hélio Vianna (1965, p. 129), nos anos imediatamente anteriores a União Ibérica, “o Brasil [...] já se anunciava como

a parte mais rica da monarquia lusitana”, principalmente pelo comércio de açúcar. Os acontecimentos que se seguiram a União, como a invasão holandesa do Nordeste brasileiro, centro econômico do império português, além da invasão francesa de São Luís e as invasões inglesas, francesas, holandesas e irlandesas da Amazônia, demonstram que as consequências da União seriam péssimas para o Brasil.

3.2 Segundo século de colonização

3.2.1 Expulsão dos franceses

Os franceses foram os primeiros europeus fora da península ibérica a chegar no Brasil. Conta-nos Rio Branco (2008), em “*Questões de Limite – Guiana Francesa*”, que os franceses faziam comércio na costa Leste-Oeste, sendo mais específico, “entre o cabo de São Roque e o rio que chamam das valsas”, nas proximidades do atual Estado do Rio de Janeiro (RIO BRANCO, 2008, p. 63-64). A presença francesa na costa brasileira, como aponta Hélio Vianna (1950, p. 24), em seu título acerca da “*História Diplomática do Brasil*”, data de 1504, quando “entrelopos e contrabandistas dessa nacionalidade traficavam pau-de-tinta com os indígenas”. A presença dos franceses era tão comum que os nativos passaram a chamá-los mair, que significa “os transformadores” enquanto os portugueses, però, ou seja, “tubarões” ou “aqueles que vem pelo mar”. Os franceses tinham ainda outro apelido: ayurujuba, que significa “papagaio amarelo” por serem louros, ruivos ou faladores (VIANNA, 1965, p. 53). Sobre o caráter dos franceses, escreveu Southey (1862, p.55) no primeiro tomo de sua coletânea sobre história do Brasil:

As expedições francesas para o Brasil eram de caráter mais honrado. Sempre aquela nação, que jamais reconheceu outro' direito que não fosse o do mais forte, nem sofreu que qualquer opinião ou qualquer princípio lhe contrariasse a ambição ou os interesses, tem tratado a autoridade pontifícia com respeito ou desprezo, segundo melhor convinha aos seus imediatos intentos. Descuidara-se a França de pedir a sua parte do mundo por descobrir, quando o repartiu Alexandre II, a quem tanto custaria traçar duas linhas como uma; e como nenhuma vantagem tirava da partilha, recusou admitir-lhe a validade. Não tardou que navios franceses fossem ao Brasil a busca de madeira, papagaios e macacos.

Foi com intuito de conter as aventuras francesas, que no ano de 1526, o rei João III, após saber do embaixador português na França, que dez navios corsários estavam prestes a zarpar de Hounfleur, no noroeste da França, com destino a terra do pau-de-brasa, que o rei ordenou a mobilização de uma esquadra para proteger a costa brasileira. A expedição foi comandada por Cristóvão Jaques, que foi nomeado, “Governador às partes do Brasil” (VARNHAGEN, 1854; P. 105 e 106). O navegador alcançou a costa do Brasil no fim de 1526 e fundeou na ilha de Itamaracá, no nordeste brasileiro, onde fundou uma feitoria que se chamou “dos Marcos”, em

vista dos termos de demarcação que ali deixou. Jaques, imediatamente após ter fundeado, recebe a informação, de um naufrago espanhol chamado D. Rodrigo de Acuña, que quatro navios franceses estavam sendo carregados de pau brasil na baía de Todos os Santos. De posse da informação, Jaques dirigiu-se imediatamente a baía. Em junho de 1527, o capitão e sua comitiva encontraram os estrangeiros e travaram uma dura batalha, que durou mais de um dia e gerou mais de uma centena de mortes, como argumenta Eduardo Bueno (2016, p. 95), em *Náufragos, Traficantes e Degredados*.

O desconforto em relação a batalha, e a crueldade com a qual Jaques tratou os prisioneiros, abandonando-os para os antropófagos foi tanto, que custou o cargo de Cristóvão Jaques. Esse episódio, contudo, gerou uma série de movimentações entre os monarcas, como o repasse através de um empréstimo a Francisco I, rei da França, de 100 mil cruzados (Francisco I havia pedido 400, e D. João deu emprestou a quantia desejada, sendo que 100 em dinheiro e 300 como indenização pelos prejuízos causados pela ação dos franceses do Brasil), para que o monarca pagasse o resgate de seu filho, que havia sido feito refém pelas tropas de Carlos V, na Itália. Além do empréstimo, o monarca português ainda teve de comprar uma carta de corso dada a Jean Ango, por Francisco I, dando-lhe autorização para que executasse atividade de pirataria na costa americana. Com a compra da carta pelo monarca lusitano terminou, enfim, o primeiro episódio de assédio francês no Brasil (BUENO, 2016, p. 95; VIANA, 1958, p. 25).

Alguns anos mais tarde, já na segunda metade do século XVI, especificamente ano de 1555, houve outra investida francesa contra o território brasileiro, desta vez uma tentativa de colonização, com apoio do estado, no reinado de Henrique II da França. A colônia tinha como principal empreendedor o marinheiro francês e Vice-Almirante Nicolau Durant de Villegagnon, em um empenho para receber os calvinistas franceses que vinham fugindo da perseguição religiosa. Com auxílio do almirante Gaspar de Coligny, recebendo ainda do rei dois navios a autorização para trazer criminosos, a expedição, que contou ainda com auxílio de particulares, chegou ao Rio de Janeiro no dia 10 de novembro de 1555. Logo na chegada uma bateria foi instalada no Ilheu da Barra, que é a entrada da barra, além da chamada Ilha de Sirigipe, que hoje conhecemos como Ilha de Villegagnon (VIANNA, 1965, p. 92).

Os franceses, mesmo após os dois episódios de assédio descritos, um deles somente de cunho comercial e outro sendo uma tentativa de colonização, e a condizente repressão por parte da metrópole portuguesa, continuam a frequentar clandestinamente as costas (VIANNA, 1958, p. 39). Rio Branco argumenta que é apenas em 1583 que os franceses começam a seguir em direção a Amazônia, para negociar com as “selvagens”. A informação do barão vem de relato de Sir Walter Raleigh contido em seu livro de 1596 chamado “*The discoverie of the large, rich*

and beautiful Empyre of Guiana". (RIO BRANCO, 2008, p. 63). Hélio Vianna em seu livro sobre a História Diplomática do Brasil aborda a passagem de Jacques Riffault pelo norte do Brasil com uma comitiva de três navios (VIANNA, 1958, p. 39). Dos três vasos que trazia o navegador francês, dois deles naufragaram no Maranhão, local que anos mais tarde uma nova tentativa de colonização francesa seria implementada, com a influência de notícias dessa terra coletadas, muito provavelmente, nesse naufrágio.

No ano de 1605 o rei Henrique IV nomeou La Ravardière "tenente-general do rei para as terras da América, desde o Rio Amazonas até a ilha de Trinidad" (RIO BRANCO, 2008, p. 66). Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière instalaria sua colônia na Guiana, região que havia visitando um ano antes, zarpando de Cancale, no Oeste francês em 1604 e fundeando, muito provavelmente, no Rio Caciporé, um dos rios próximos a Amazônia. La Ravardière visitou a Terra de Yapoco, governadas pelo rei Anacaiuri permanecendo no território do dia 9 até 15 de abril, logo em seguida partiu para Caiena.

Em Caiena, fazendo trocas com os nativos, permanecem até o dia 18 de maio, quando os navios içam velas e partiram, primeiramente para Cumaná, para depois retornarem à Europa. No seguinte ano, 1605, quando o rei o tornou tenente-general, sua carta dava posse das terras até o Amazonas. Contudo, após ouvir os relatos sobre a presença de gentios que se fariam amigos de nações além-mar, no "Maranhão dos Portugueses", (RIO BRANCO, 2008, p. 63) em troca de proteção de um nobre chamado Charles des Vaux (nobre que havia sido deixado na ilha do Maranhão, na expedição francesa, anteriormente elencada, comandada por Jacques Riffault) decidiu abdicar da Guiana e formar colônia ao sul do Equador.

A aliança com os gentios se mostrou extremamente bem-vinda. La Ravardière, que havia lido os relatos de viagem escritos na passagem Villegagnon pelo Brasil, optou por escolher um local que os franceses já tivessem familiaridade com os nativos, dando mais segurança ao intento de colonização. Nesse sentido, Daniel de La Touche desistiu da concessão da Guiana e solicitou autorização para fundar uma colônia ao sul da linha do Equador. A carta de doação foi formalizada em outubro de 1610, e a expedição partiu para a colonização em 1612, com três navios e algumas centenas de voluntários. Os navios zarparam de Cancale, e chegaram na ilha do Maranhão em agosto de 1612. (RIO BRANCO, 2008 p. 66) Na chegada, no dia 06 de agosto de 1612, houve a fundação de São Luís, dando início ao que veio a ser conhecida como França Equinocial (REIS, 1993, p. 22; RIO BRANCO, 2008, p. 66).

No ano que se seguiu a instalação, La Ravardière partiu em expedição ao Pará, passando pelo Pacajás iniciando a subida do Tocantins, até receber a informação da chegada dos portugueses na ilha do Maranhão. Os portugueses chegaram com uma tropa de reconhecimento

comandada pelo capitão português Martim Soares Moreno, então Governador do Forte do Ceará. (RIO BRANCO, 2008 p. 66). O empreite para expulsar os franceses do nordeste foi colocado a cargo do Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, sendo que os primeiros combates ocorreram entre Jerônimo de Albuquerque e os invasores, tendo envolvido também Martim Soares Moreno e muitos guerrilheiros lusos e mamelucos.

No dia 26 de outubro de 1614 as tropas portuguesas desembarcaram na baía de São José, em uma localidade denominada Guaxenduba, onde um acampamento entrincheirado foi instalado. Imediatamente após a informação chegar na colônia francesa, as hostilidades foram iniciadas, sendo que em 19 de novembro, comandados por De Pezieux, os franceses sofreram grandes baixas. No dia 29 de novembro, ou seja, um mês e um dia após os portugueses instalarem-se na região, um pedido de tréguas foi demandado por La Ravardière. Pedido este que foi acatado pelos portugueses.

As tréguas foram quebradas com o reforço português chegado da Bahia e de Pernambuco, no mês de julho de 1615, com isso, os embates reiniciaram. Uma terceira tropa saiu de Pernambuco sob o comando de Alexandre de Moura, “composta de tropas de desembarque e de uma flotilha de nove velas” (RIO BRANCO, 2008, p. 67). La Ravardière capitulou no dia 4 de novembro de 1615, aproximadamente três anos e três meses após iniciar o intento, em agosto de 1612. Desse momento em diante inicia-se a ocupação do Pará e do Amazonas pelos Portugueses.

O primeiro ato de ocupação foi cumprido por Alexandre de Moura, a mando do rei Felipe III de Portugal e IV de Espanha (como visto na parte anterior deste mesmo capítulo, Portugal e Espanha, de 1580 até 1640 estavam unidas em um único reino, na chamada União Ibérica) foi enviar do Maranhão o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, no dia 25 de dezembro de 1615, para cumprir duas funções. A primeira delas era verificar o que estava ocorrendo nas terras do Cabo Norte, principalmente em relação a invasões estrangeiras, além de (2) arregimentar a ocupação da Amazonia, buscando um local para fortificar (RIO BRANCO, 2008, p. 72).

Em vista de proteger a região de investidas estrangeiras, além de servir como base para ações militares, no ano de 1616 foi fundada a Cidade de Belém. Juntamente com a fundação da cidade, que estava localizada na margem direita do braço oriental do Amazonas, um forte foi construído e ficou sob o guardo de Francisco Caldeira Castelo Branco, antigo capitão-mor do Rio Grande do Norte. Aliada a localização geográfica estratégica do forte, a interação ordeira com os nativos foi primordial para a pavimentação da cidade, sendo que muitos esforços foram empreendidos por Caldeira para garantir que os nativos do entorno fossem pacíficos, caso

contrário, a limitada força portuguesa daquele momento, não conseguiria concretizar seu objetivo, que era expulsar os estrangeiros da foz do Amazonas (AMARAL, 2004).

No ano de 1621 Bento Maciel Parente auxiliou na restauração da fortaleza do presépio, “levantando um baluarte com quatro peças de artilharia e um turrão na esquina, com casas para alojamento de sessenta soldados, e sítio para se poderem fazer para duzentos soldados” (REIS, 1993, p. 38). Em 1623 chegou a Belém Luiz Aranha de Vasconcelos, munido de reforços de Pernambuco e com missão, assinada por Felipe IV de Espanha, de navegar em direção ao Cabo Norte e expulsar os estrangeiros.

A menção sobre expulsar os estrangeiros, por parte do monarca espanhol e traduzida por Arthur César Ferreira Reis como “deitar fora os estrangeiros” (1993, p. 39) valia, nesse tempo, para holandeses, ingleses e irlandeses, que desde 1599 estavam presentes na Amazonia portuguesa. Os Franceses, por sua vez, somente começaram a instalar-se em territórios amazônicos no ano de 1626. No dia 27 de novembro de 1624 o rei Luís XIII da França nomeou novamente La Ravardière “tenente-general do rei nas terras da América, desde o Amazonas até a ilha de Trinidad” (RIO BRANCO, 2008, p. 87). La Ravardière, que havia desistido, como vimos, da concessão em 1610, recebeu novamente do monarca uma concessão, em um momento que holandeses e ingleses já estavam estabelecidos na margem guianense do Amazonas e tentavam estabelecer-se na costa marítima da Guiana.

As primeiras tentativas de colonização francesas no Amazonas, contudo, somente iniciaram no ano de 1626, seguindo os registros do Marquês De Ferrolle, que escreveu em um documento oficial no ano de 1688. Na primeira tentativa, foram enviados 26 homens sob o comando de dois senhores, de Chantail e Chambaut, que haviam sido contratados por comerciantes de Rouen. Esses homens estabeleceram-se nas margens do Rio Sinamari, a cinco graus e meio de latitude norte. Mais tarde, no ano de 1628, uma nova tentativa de colonização foi empreendida, dessa vez pelo capitão Hautepine, tendo sido instalada no rio Conanama, que era próximo ao rio Simari, com aproximadamente 14 homens que foram deixados sob o comando de um tal Lafleur. Outras duas tentativas foram empreendidas, uma delas no ano de 1630 e outra em 1633, sendo que na primeira o capitão Legrand levou 50 homens, enquanto na segunda o capitão Gregoire levou 66 homens. Sobre essas tentativas de colonização, Rio Branco escreve o seguinte:

Dessa forma, a primeira colônia francesa na Guiana foi estabelecida em 1626, às margens do Sinamari, bem distante do Amazonas, 50 léguas a oeste do Oiapoque, em cuja margem esquerda já se encontravam os holandeses, fugidos do combate com Pedro Teixeira e onde, em 1627, o almirante Lúcyfer, agindo em nome da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, construiu um forte. A oeste das duas pequenas

colônias francesas, os ingleses e os holandeses se estabeleceram no Suriname, no Berbice e no Essequibo (RIO BRANCO, 2008 p. 88).

No ano de 1633 alguns comerciantes franceses da Normandia obtiveram do rei Luís XIII e do Cardeal Richelieu, que era chefe superintendente da navegação da França, uma Carta patente para, nas palavras de Rio Branco (2008, p. 88): “controlarem sozinhos o comércio e a navegação dessas regiões, que não estavam ocupadas por nenhum outro príncipe cristão e cujas fronteiras foram delimitadas [...] pelo Amazonas e pelo Orenoco”. A companhia criada recebeu o nome de “*Compagnie du Cap Nord*”.

Em 1633 outra autorização foi emitida, novamente pelo Reverendíssimo Cardeal, desta vez para dois senhores, Rosee e Robin, e seus sócios nas cidades de Rouen e Dieppe. Esse segundo documento autorizava-os a enviarem para a América, “a partir de três graus e três quartos Norte até quatro graus e três quartos incluídos, na direção do rio de antes do vento e do rio Morani”, que era o Rio Maroni, das colônias anteriores, “tantos navios quanto lhes aprouvessem, proibindo por dez anos qualquer outro francês de aí negociar sem sua prévia autorização” (RIO BRANCO, 2008, p. 88). Depreende-se, contudo, a partir dos registros de Ferroles, evidenciados por Rio Branco (2008), que a companhia criada não registrou qualquer atividade, enquanto a segunda concessão, dada a comerciantes de Rouen e Dieppe, instalaram-se em Caiena, no ano de 1634.

Sob a direção de Jacob Bontemps, em 26 de maio de 1640, outra companhia de colonização foi criada, havendo autorização para explorar as terras “situadas nas Índias Ocidentais, entre os rios Amazonas e Orenoco, inclusive os referidos rios”. Para governar a nova colônia nomearam Poncet de Bretigny, que desembarcou em Caiena, no ano de 1643, munido de equipamentos para construir a colônia, além de 300 homens. Em Caiena Bretigny encontrou alguns sobreviventes de tentativas anteriores de colonização, e deu-se conta que os estabelecimentos do Sinamari e do Conamana não existiam mais. A tentativa de colonização durou apenas um ano, devido a (1) má conduta do governador, que acabou morrendo no ano de 1644, assim como (2) a revolta dos nativos, que culminou na destruição da colônia.

Uma nova companhia de colonização foi criada no ano de 1651, por concessão de Luís XIV a Isle de Marivault assim como a De Royville e seus associados, outra vez com o privilégio de ocupar “a Terra firme do Cabo do Norte na América, a partir do rio das Amazonas, este inclusive, até o rio Orenoco” (RIO BRANCO, 2008, p. 89). Em 29 de setembro de 1652 aproximadamente 800 homens chegaram a Caiena para levar a cabo a colonização (CAETANO DA SILVA, 2017, P. 38). O intento durou pouco mais de um ano e, em 11 de dezembro de 1653, pouco menos de 100 pessoas, em situação e total penúria, foram resgatadas por duas

embarcações, uma holandesa e outra inglesa e levados ao Suriname. Poucos anos depois, em 1559, Caiena abandonada tornou-se colônia holandesa (RIO BRANCO, 2008, p. 90).

De 1656 até 1664 os holandeses estabeleceram-se na Guiana, como conta Joaquim Caetano da Silva (2017), em seu livro “O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa”. Sendo que, de 1661, que após o resgate de 1653, “nem um único francês era visto na Guiana” (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 38). Mesmo não tendo presença na terra e nem desempenhando qualquer operação de colonização, no mês de julho de 1655 o rei Luís XIV outorgou ao duque de D’Ampville o cargo de vice-rei da América, dando-o em concessão, outra vez, o território da Guiana, do Amazonas até o Orenoco. Uma comitiva para deslocar os holandeses somente foram organizadas no ano de 1664, quando em 15 de agosto, o capitão de marinha Le febvre De La Barre chegou a Caiena. La Barre chegou a Caiena no comando de uma segunda companhia, na qual ele era tenente-general. A companhia foi chamada Companhia da França Equinocial, e recebeu o aval do rei em outubro de 1663, tendo soberania de atuação entre o Amazonas e o Orenoco.

O monarca, no dia 28 de maio de 1664 achou por bem unificar as duas companhias, tanto àquela criada no ano de 1665, em benefício de D’Ampville, quanto a de 1663, em benefício de La Barre. Ambas as companhias foram unidas na chamada Companhia das Índias Ocidentais, com a mesma atribuição das anteriores, ou seja, ocupar desde o rio Amazonas até o Orinoco (CAETANO DA SILVA, 2017, P. 38). Em um relato escrito por La Barre, em agosto de 1665, contido no livro de Caetano da Silva (2017, p. 40), diz o seguinte:

A Guiana Francesa, mais propriamente a França Equinocial, que contém cerca de oitenta léguas francesas de costa, começa no cabo Orange, uma ponta de terra baixa que se projeta no mar, e do qual tomamos conhecimento por três pequenos morros que se veem na parte superior, e que estão além do rio Oiapoque, que se projeta no mar neste cabo.” E mais adiante: “Pode-se fixar no rio Maroni a fronteira da Guiana Francesa (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 40).

No mês de setembro de 1667, enquanto La Barre estava ausente, os ingleses tomaram e incendiaram Caiena. A reconquista veio no mês de dezembro do mesmo ano. Anos mais tarde, em 1674 foi a vez dos holandeses invadirem Caiena e expulsarem os franceses. Em 20 de julho de 1675 os Estados-gerais da Holanda decidiram organizar novamente uma colônia no Oiapoque, sendo que, sob o comando de Johannes Apricius, no dia 4 de março de 1677, 350 holandeses chegaram no cabo Norte, mas não em Caiena e sim no Oiapoque. O local escolhido foi a margem esquerda do rio Oiapoque, como evidência Caetano da Silva (2017, p. 40 e 41), “no mesmo local anteriormente escolhido por Lucifer uma cidade fortificada, à qual deram o nome de Stadt Oraange, cidade de Orange” foi construída.

No dia 18 de dezembro de 1676 o almirante D'Estrées toma novamente Caiena dos holandeses e deixa como governador o cavaleiro De Lezy De La Barre e como ajudante-mor o oficial Pierre Eléonor De La Ville, que no ano de 1690 receberia o título de Marques De Ferrolle, sendo nomeado Governador de Caiena. Sobre essa ocupação escreve Rio Branco (2008, p. 93) “em 1677, De Lezy apoderou-se dos dois postos holandeses da margem esquerda do Oiapoque e do Apruague. A ocupação definitiva da Guiana Francesa a partir do Oiapoque até o Maroni, [ou seja, o atual território da Guiana] começa nessa data”.

Várias viagens francesas, contudo, foram realizadas na chamada “Guiana Indígena” ou “Guiana Independente”, ou seja, o território que ia do Rio Oiapoque ou Vicente Pinzon até as margens do Amazonas. Por muito tempo os oficiais ou missionários portugueses, nas palavras de Rio Branco (2008, p. 96) “limitavam-se [...] a advertir os viajantes franceses de não mais se aventurar nas posições do rei de Portugal e respeitar o limite das terras portuguesas no Cabo Norte, estabelecidas [...] no rio Vicente Pinzon”.

Contudo, com a insistência francesa em aventurar-se pelo território além do Oiapoque, demonstrada pelo então governador-geral do Estado do Maranhão, Francisco de Sá e Meneses, relatando os depoimentos recolhidos dos oficiais e missionários que trabalhavam na região ao rei Dom Pedro II, em 24 de fevereiro de 1686, o monarca ordenou a ocupação da região. A ocupação ocorreria pela construção de fortalezas e pelo estabelecimento de amizade com os indígenas.

Uma fortaleza foi construída na localidade chamada de Torrego, local onde os ingleses tiveram um regimento armado, assim como outro forte foi construído na margem esquerda do Araguari e a construção de outros dois estabelecimentos foram iniciados, o do Cumaú e o do Pará. Esses três últimos foram fruto de uma viagem de Antônio de Albuquerque, que era capitão-mor do Estado do Pará, no ano de 1687 e se tornaria, em 1690, Governador-geral do Estado do Maranhão. Com isso, em 1688, os portugueses possuíam quatro fortes na margem guianense do Amazonas, o do Paru (antigo Desterro), o do Cumaú (também chamado Amcapá), o do Araguari e, por fim, outro na foz do Toheré (RIO BRANCO, 2008, CAETANO DA SILVA, 2017, p. 43).

A casa forte do rio Araguari foi concluída no final de dezembro de 1687. Logo que o governador de Caiena, François Lefebvre De La Barre, que era irmão do antigo tenente-general recebeu a informação, mandou que De Ferrolle, na época, como escreve Caetano da Silva (2017, p. 44) “apenas um simples subordinado de La Barre” fosse reconhecer a construção portuguesa. Nesse sentido, a expedição partiu de Ouya, no mês de junho de 1688 em um brigue e duas pirogas. A expedição explorou o Aproague, o Oiapoque e o Caciporé, tendo chegado no

fim do mês no Maiacaré, enfim encontrando a fortificação portuguesa. O forte era guarnecido por vinte e cinco soldados e três canhões. De Ferrole apresentou uma intimação ao comandante português, que prontamente respondeu que aquele se tratava de um posto português, haja vista a doação feita a Bento Manuel Parente, pelo rei espanhol, no início do século. O francês, não antes de ameaçar desalojar os portugueses, entregou uma carta que deveria ser enviada ao capitão-mor do Pará, que havia sido escrita por La Barre. No dia primeiro de julho, sentindo-se indisposto, De Ferrole antes mesmo de seguir ao forte de Macapá, retornou a Caiena, passando pelo Araguari, Amazonas, seguindo pelo mar até a capital da Guiana Francesa.

No ano de 1690, De Ferrolle, que havia ganhado o título de Marques, foi nomeado governador da Guiana Francesa. O novo governador continuou empenhando-se a garantir para França a margem esquerda do Amazonas, para isso, começou a preparar-se, para subordinar os fortes portugueses a bandeira da França. No ano de 1697, os franceses de Caiena, autorizados pelo rei Luís XIV, organizaram expedição para expulsar da margem esquerda do Amazonas os portugueses.

O Marquês, em abril de 1697 levando consigo 58 soldados, 10 oficiais, 12 habitantes da colônia e centenas de nativos atacou e apoderou-se do forte do Cumáú (Macapá) onde instalou 43 oficiais, soldados e um destacamento de indígenas e destruiu o forte do Paru. Foi com muito pesar que Antônio De Albuquerque soube da perda dos fortes, que ele mesmo mandara construir e que a menos de um mês havia passado em visita. Para fazer frente ao ato francês, o governador mandou que Francisco de Sousa Fundão e João Moniz de Mendonça fossem combatê-los, sendo que no dia 28 de junho de 1697, menos de um mês após a tomada francesa, os fortes já estavam novamente sob mando português.

Esse ataque havia sido uma manobra planejada pela monarquia francesa que, simultaneamente, havia indicado Louis-Rollin de Rouillé Marbeus como embaixador extraordinário junto ao rei Pedro II de Portugal. Rouillé, em 28 de agosto de 1697, recebeu do conde de Pontchartrain, ministro da Marinha e das Colônias, instruções que ordenavam reclamar contra o estabelecimento português na margem esquerda do Amazonas, que era uma, nas palavras de Caetano da Silva (2017, p. 46): “usurpação dos direitos de sua majestade cristianíssima”. Essa reclamação seria complementada com a tomada dos fortes portugueses junto a costa da Guiana, contudo, os franceses não contavam com a imediata resposta empreendida pelo Governador-geral do Estado do Maranhão, Antônio De Albuquerque. Nas palavras de Caetano da Silva (2017, p. 47) “esse contratempo [retomada dos fortes] exigiu um novo prazo para a apresentação das cartas credenciais do embaixador”. Em meio a demora, o monarca francês, “para garantir o Amazonas, pretendia o Maranhão!” (SARNEY; COSTA,

2004, p. 104), ou seja, mandou que o embaixador Rouillé, ao invés de reclamar somente a margem esquerda do Amazonas, reclamar também o Maranhão (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 47).

Mesmo que o principal ponto de vantagem, ou seja, a posse da margem norte do Amazonas não tenha sido efetivada, em vista da retomada dos territórios pelo governador Albuquerque, no dia 6 de fevereiro de 1698, o embaixador Rouillé realizou sua grande entrada pública em Lisboa. O embaixador entregou sua demanda ao rei português Pedro II, na forma de duas cartas. Em relação as cartas, a primeira delas era um discurso datado de 1688 e a segunda uma carta, de 1694, escrita por De Ferrolles, ao ministro da Fazenda e das Colônias, que, nas palavras de Caetano da Silva (2017, p. 47), estava “metaforseando o rio Oiapoque em ilha de Marajó”. Sobre a carta de Ferrole, de 1694, Caetano da Silva (2017, p. 52 e 53) escreve o seguinte:

173. Como o nome indígena do rio do cabo Orange se pronunciava, indistintamente, Oiapoque ou Yapoc, Ferrolles, que em 1694 havia ousado aplicar à ilha de Marajó a primeira das duas formas, teve ainda a coragem de lhe aplicar em 1699 a segunda, esperando iludir assim completamente a pretensão de Portugal; visto que se tratava de um aspecto que só poderia ser esclarecido no campo.

174. Mas esse mesmo documento pecava por defeitos que não se podia arriscar a expor perante o governo de dom Pedro II.

175. Nele se afirmava que os colonos de Caiena iam traficar na ilha de Marajó desde tempos imemoriais, o que parecia querer fazer entender que foi bem antes do estabelecimento dos portugueses no Amazonas. Mas os portugueses se haviam fixado nesse rio apenas a oito léguas da ilha de Marajó, desde o mês de janeiro de 1616, e sem contar as interrupções que conhecemos, o memorial preliminar do embaixador da França havia lembrado que os franceses tinham começado a habitar a Guiana só em 1626, a mais de cento e cinquenta léguas da ilha de Marajó.

176. Havia outra coisa neste novo documento. Ferrolles se fazia apanhar em flagrante delito de ignorância até sobre a foz do Amazonas, embora menos materialmente do que na primeira vez. Na sua carta de 1694, a imensa ilha de Marajó, mais de três vezes maior do que a Córsega, havia sido por ele qualificada de ilhota. Não repetia mais essa estranha Oiapoque e o Amazonas 53 enormidade, mas ainda caracterizava Marajó apenas como uma ilha muito maior do que a de Caiena; enquanto que, se tivesse conhecido Marajó de outra forma que não apenas pelos relatos sempre vagos dos índios, teria evitado fazer o insulto de tal comparação; teria sabido que, por ultrapassar em muito a ilha de Caiena, nem seria necessário a ilha Caviana, e que Mexiana, mais de cinco vezes maior do que Caiena, era mais do que suficiente.

Em relação a memória, cujo título era “*Mémoire contenant les droits de la France sur les pays situés entre la rivière des Amazones et celle de l’Orénoque*”²⁰, os principais argumentos, de acordo novamente com Caetano da Silva (2017, p. 47 e 48):

Há mais de cem anos que os franceses começaram a comerciar com os índios da Guiana, como demonstra Keymis, citado por Laet. Em 1604, La Ravardière negociou

²⁰ “Memorial contendo os direitos da França sobre os países situados entre os rios do Amazonas e do Orenoco”

com os índios do Oiapoque e os de Caiena, conforme testemunha Mocquet. Desde 1626, os franceses colonizaram a Guiana. Chantail e Chambaut, seu tenente, conduziram, nesse ano, uma 48 Joaquim Caetano da Silva colônia de vinte e seis homens às bordas do Sinamari. Em 1633, o cardeal Richelieu criou uma companhia, que, sob o nome de Cabo do Norte, só tinha como limites o Amazonas e o Orenoco; e desde então o rei da França atribuiu, frequentemente, à Guiana Francesa esses mesmos limites. Em 1643, em 1651, e em 1664, os franceses se estabeleceram em Caiena, sob o comando de Brétigny, Royville e La Barre, respectivamente; e, salvo algumas interrupções, sempre guardaram Caiena. “Durante muitos anos, os franceses exerceram (em Caiena) todos os atos de verdadeiros e legítimos possuidores; comerciaram com todos os povos indígenas das cercanias, caçaram nas suas terras, pescaram em todas as costas, inclusive na foz do rio Amazonas.” – “Viajaram livremente por todo lado nas terras; e, entre outros, os padres Grillet e Béchamel, jesuítas franceses, entraram, em 1674, mais de cem léguas nas regiões ao sul de Caiena até os acoquas, que habitam a oeste do cabo do Norte, onde jamais os portugueses pisaram.” – “Os portugueses não podem argumentar que têm as duas propriedades de Corupa e do Desterro, na margem setentrional do rio Amazonas; porque podemos lhes responder, primeiramente, que essas propriedades são muito posteriores aos nossos estabelecimentos na Guiana; em segundo lugar, a sua propriedade de Corupa está a mais de cem léguas do cabo do Norte, e a do Desterro a mais de cento e vinte; e que tendo o rio Amazonas mil e duzentas léguas de comprimento, duas pequenas propriedades não são suficientes para ocupar toda esta margem, e ainda menos todo o rio; até mesmo porque habitamos mais perto do cabo do Norte do que eles.” Enfim, os franceses ocuparam antes dos portugueses não só a Guiana, mas também o Maranhão.

A estratégia francesa de, como bem representam José Sarney e Pedro Costa, em livro chamado *Amapá a Terra onde o Brasil Começa* (2004, p. 104), pretender o Maranhão para garantir o Amazonas foi muito bem estancada pelos portugueses. Destaca-se o papel desempenhado pelo governo colonial, principalmente pela peremptória atuação de Antônio De Albuquerque, que foi imediato em retomar o controle dos fortes que haviam sido conquistados e que dariam uma base de apelo para os Franceses, mas não somente. A região, como visto, já vinha sendo arregimentada com tropas e fortificações a desde que Francisco de Sá e Meneses alertara as autoridades metropolitanas e Dom Pedro II, em 24 de fevereiro de 1686, havia ordenado a ocupação da região. Destaca-se, em igual medida o papel desempenhado pela diplomacia portuguesa que, conhecedora da realidade local, soube aproveitar-se das inconsistências dos relatos franceses em seu favor, principalmente na atuação frente aos franceses nos tratados do início do século XVIII.

3.2.2 Invasões holandesas, irlandesas e inglesas

Os primeiros europeus a ratificarem sua presença no território amazônico, por meio da construção de fortificações, lugarejos e plantações, foram os ingleses e holandeses, entre os anos 1599 e 1600. O século XVI, como vimos na primeira sessão do segundo capítulo, foi permeado por tentativas infrutíferas de colonizar a região amazônica por parte dos ibéricos, e terminou com a união dos dois reinos, Portugal e Espanha, na chamada União Ibérica (1580 – 1640). Com a união dos reinos, os portugueses, que não cultivavam nenhum tipo de inimizade

profunda com os holandeses e ingleses, foram acometidos com arestas de antipatia advindas do mal-estar entre Holanda, possessão rebelde do império espanhol e a metrópole. Nesse contexto que se coloca a invasão dos territórios amazônicos por holandeses e ingleses, no final do século XVI e século XVII (SOARES, 1939; VIANNA, 1948,1956, 1965, REIS, 1960, 1993; SOARES, 1973; RIBEIRO, 2006).

Os primeiros postos fortificados instalados na Amazônia foram os fortes holandeses de Orange e Nassau, construídos, como visto, entre os anos de 1599 e 1600, respectivamente. Em relação aos fortes, localizavam-se no rio Xingu e, de acordo com Annibal Barretto (2010, p. 26), que escreveu um livro sobre as “Fortificações do Brasil”, publicado pela Biblioteca do Exército. Os fortes tinham pequenas dimensões e foram, em meio as batalhas pelo domínio da região, “ocupados pelos lusitanos; a seguir, desarmados e abandonados”. Sobre esses dois fortes escreve Arthur Vianna, em um artigo intitulado “as Fortificações da Amazônia” publicado nos “Annaes da Bibliotheca e Archivo Público”, no ano de 1905 (p. 229), que “a amizade com os índios assegurava a prosperidade e os fortes colocavam os colonizadores ao abrigo de qualquer surpresa, habilitando-os também a resistência eficaz”. No início do século XVI (1610) os holandeses ainda construiriam outras feitorias e posições fortificadas, na região chamada Tucujás, na margem esquerda do Amazonas, entre o rio Jary e o Macapá (VIANNA, 1965, p. 229).

Os primeiros ingleses a visitarem a região norte da América do Sul foram sir Robert Dudley, entre 1594 e 1595 e Sir Charles Leigh, em expedição no ano de 1595. Essas duas expedições atingiram apenas o Orinoco, não visitaram o território que cabia a Portugal por Tordesilhas. Na segunda metade da década de 1590, enviados por Sir Charles Leigh, Lawrence Keymis (1596) e Leonard Berrie (1597) exploram o estuário do Amazonas e o Cabo Norte, sendo que Keymis foi, nas palavras de Sarney; Costa (2004, p. 47), “quem fez conhecer o rio Vicente Pinzon como Oiapoque, seu nome indígena”.

O primeiro posto fortificado inglês foi construído por Charles Leigh, no ano de 1604, pouco depois de tomar posse do território do Cabo Norte para o rei inglês, James I Stuart, no dia 22 de maio de 1604. Com isso, a primeira colônia inglesa que teve o nome “Principium”, localizava-se no monte Caribote, também chamado Lucas, na margem esquerda do Oiapoque. Esse primeiro esforço inglês em colonizar o Rio das Amazonas perdurou apenas dois anos, tendo desaparecido no ano de 1606. Uma nova tentativa de se estabelecer ocorreu, no mesmo local da colônia anterior (e teve o mesmo nome), desta vez comandada por Robert Harcourt, tendo resistido entre 1608 até 1611, quando novamente desapareceu. Uma terceira tentativa de

colonização ocorreu, no mesmo local das anteriores, comandada por Edward Harvey, a partir do ano de 1617 (SARNEY, COSTA, 2004).

Foi nesse primeiro momento, enquanto os portugueses ainda não haviam se instalado em definitivo na região Amazônica, que o comerciante irlandês chamado Philip Purcell, no ano de 1609, construiu o chamado Forte do Torrego. Purcell tinha negócios na cidade de Dartmouth, no sudoeste da Inglaterra, e comercializava principalmente tabaco, produzido em uma colônia onde hoje é o rio Preto ou Maracapuru. O empreendedor irlandês fez sua colônia prosperar até estar sujeito a novas regras, a partir da requisição de sua propriedade, no ano de 1620, pela companhia inglesa que havia conseguido o monopólio real. Imediatamente após a requisição uma parte dos colonos retornou a Inglaterra e outros vieram em seu lugar.

O empreendimento do Torrego prosperou até o ano de 1625, quando Bento Maciel Parente ordenou a organização de uma companhia para expulsar os estrangeiros. Sobre a expulsão, ela ficou a cargo de Pedro Teixeira, que, partindo com uma força composta de 50 portugueses e aproximadamente 300 nativos, chegou à povoação de Mandiutuba, no Xingu, no dia 23 de maio de 1625. A luta contra os estrangeiros durou cerca de um dia e uma noite e terminou com a morte de Philip Purcell e o comandante holandês de sobrenome Oudaen, que havia sido enviado em nome da companhia. Além da morte dos comandantes, Teixeira ordenou a chacina de centenas de indígenas para, Fonseca de Castro (1999, p. 139) “diminuir o ânimo de resistência dos inimigos através do terror” (SARNEY, COSTA, 2004; CASTRO, 1999).

Vale destacar que os holandeses na Amazônia se organizavam sob o comando de Jan de Moor, burgomestre do grande porto de Flessinga. Foi sob ordem de Moore que no ano de 1616, mesmo ano da instalação do forte do Presépio em Belém, que Pedro Adrianse estabeleceu um forte e uma colônia entre os rios Gorupatuba e o rio Genipapo, aumentando a presença batava na Amazônia portuguesa (REIS, 1993, VIANNA, p.48). Em relação aos ingleses, seu intento também era acobertado por homens ricos e influentes, como foi o caso, como vimos, da participação da monarquia nas concessões territoriais.

O rei Jaime I, da dinastia Stuart doou, no dia 28 de agosto de 1613 o território que ia do Amazonas ao Essequibo para Robert Harcourt, Thomas Challoner e John Roverson. A concessão foi renovada no dia 1º de setembro de 1619, para os mesmos senhores, até 1626. No dia 03 de abril de 1626, contudo, o monarca transferiu a Harcourt e Roger North a concessão das terras entre a Amazonia e o Essequibo e outra vez a concessão foi transferida, desta vez no dia 16 de maio de 1627, ao duque de Buckingham, ao conde de Penbroque e outros 52 associados, em uma “companhia que se propunha a colonizar a Guiana, inclusive o rio das Amazonas”, como evidenciam Sarney e Pedro Costa (2004, p. 48).

No mês de maio de 1620, sem a autorização real, zarpu de Phimouth, no Sul da Inglaterra, Roger North, em uma expedição para fundar uma colônia de exploração na Amazônia. A expedição era bancada pela Amazon Company e levava consigo homens com experiência no “país das Amazonas”. O rei Jaime I, que negociava um casamento entre ele e uma infanta de Espanha, não autorizou a expedição e, fazendo valer sua autoridade, quando do retorno de North, confiscou sua carga de tabaco, além de ter prendido o capitão, que ficou impedido de voltar e levar mantimentos para os colonos. A sobrevivência da colônia que North havia a pouco instalado, provavelmente localizada, nas palavras de Castro (1999, p. 140), “no que hoje é o Ajuraxy ou Cajari”, ficou a cargo da boa relação que conseguiram manter com os indígenas.

A colônia, conseguiu sobreviver, mesmo com os constantes embates, principalmente de indígenas que não viam com bons olhos a presença de estrangeiros. O cenário mudou, contudo, após o ano de 1625, quando Pedro Teixeira lançou sua ofensiva. A ofensiva de Teixeira destruiu a fortificação e fez com que, nas palavras de Castro (1999, p. 140) os refugiados dos fortes holandeses do Xingu, primeiramente atacados por Teixeira alertaram os irlandeses e ingleses que habitavam a região da ilha de Gurupá e todo esse grupo refugiou-se no rio Felipe, que possivelmente é o Okiari, onde fortificaram-se. A Casa forte do rio Felipe, construída nos anos de 1620, foi completamente destruída, argumentam Sarney e Costa (2004, p. 50), pelo governador Jacome Raimundo de Noronha, no ano de 1631.

No ano de 1629 os sobreviventes de uma das primeiras expedições, a de 1612, que havia sido comandada por Philip Purcell, fundaram um novo forte, na mesma localidade do primeiro, ou seja, na “margem esquerda do Amazonas, na confluência do rio Anuerapucu, em frente a ilha de Santana” (CASTRO, 1999, p. 141). O segundo Forte do Torerego mantinha no comando de suas atividades James Purcell, irmão de Philip e outros muitos prisioneiros que haviam sido libertados, devido a, nas palavras de Castro (1999, p. 141), “serem católicos, apesar de as autoridades da colônia não concordarem com as ordens nesse sentido”. Em janeiro de 1629, James Purcell fez um acordo com a Companhia das Índias Ocidentais para a montagem de uma nova estrutura colonial na Amazônia. Para comandar essa nova expedição foi nomeado Bernard O’Brien.

A colônia foi fundada nas proximidades da fortificação em madeira, que tinha formato quadrado, com um fosso de aproximadamente cinco metros de profundidade, um parapeito de 2,6m de altura e 3.3 de comprimento. O forte era armado com “um canhão e quatro pedreiros” (CASTRO, 1999, p. 142). Imediatamente após a chegada dos colonizadores e a construção da fortificação, uma plantação de tabaco foi iniciada e boas relações com os indígenas

estabelecidas. Como evidencia Castro (1999, p. 142), “a notícia desta nova incursão logo chega a Belém, pois os índios estavam atemorizados com a possibilidade de represálias portuguesas”. Nesse sentido no dia 21 de junho de 1629, aproximadamente seis meses após o acordo entre Purcell e a CIA das Índias Ocidentais, o capitão-mor do Pará nomeou Pedro da Costa Favela para fazer frente aos estrangeiros. Composto a tropa estavam de trinta a quarenta portugueses, 800 índios flecheiros embarcados em 40 canoas. O combate contra os estrangeiros foi um tanto quanto atribulado, pois a resistência foi maior do que o imaginado, fazendo com que os portugueses abandonassem as hostilidades retirando-se.

A retirada das tropas portuguesas fez com que o governador do Maranhão, que na época era Francisco Coelho de Carvalho (1626-1636) desse uma ordem geral para que Pedro Teixeira seguir para o Torrego para impedir que os estrangeiros continuassem produzindo tabaco e comercializando com os nativos. Teixeira reuniu tropas em Gurupá e partiu em expedição com 120 soldados portugueses (esse montante era quase a totalidade da população masculina do Pará na época), 1600 índios flecheiros em 98 canoas. A tropa chegou na posição inimiga no dia 28 de setembro, cavou uma trincheira e passou a emboscar os ocupantes do forte evitando que pudessem pedir socorro.

Os embates prosseguiram por semanas, pois o capitão do forte holandês, James Purcell, tendo experiência em relação a ação portuguesa, não queria capitular. A pressão, contudo, foi tanta que no dia 24 de outubro os holandeses capitularam. O forte foi destruído, a tropa que havia sido organizada foi distribuída uns para o Maranhão e outros para o Gurupá e outros ficaram na localidade do forte, pois tinham informação de que reforços estavam chegando. De fato, duas naus, um pataxó e algumas lanchas chegaram na localidade onde estava instalado o segundo forte do Torrego, comandadas por Roger Noth, sendo que por meio de emboscadas os portugueses remanescentes conseguiram evitar o desembarque do capitão inglês, que em vista de evitar um confronto, seguiu para a ponta de Macapá. Chegando em Macapá, fundou uma colônia nas proximidades de onde hoje é a cidade de Macapá.

A segunda tentativa de colonização comandada por North somente foi possível em vista do arrefecimento das relações entre Inglaterra e Espanha, ou seja, o rei não mais queria casar-se com uma infanta de Espanha. Nesse sentido, criou-se um ambiente favorável para outra tentativa de colonização, sendo assim, no dia 16 de maio de 1627 o monarca inglês criou a Companhia da Guiana. A companhia, nas palavras de Castro (1999, p. 146), “reunia 55 associados e tinha como governador o Duque de Buckingham, vice governador Roger North e como tesoureiro Henry Spelman”. Destaca-se que a companhia não foi um pleno sucesso visto que o capital da empresa, que já era considerado pequeno, não foi totalmente integralizado.

Mesmo com as dificuldades, uma expedição com cerca de cem colonos foi comissionada, sob o comando de Robert Hercourt, homem com grande experiência na região. A companhia havia sido comissionada para instalar-se no Amapá, contudo, por insistência de Hercourt, foi desviada para o Oiapoque, onde iniciou-se o intento colonizador.

Por meio do empenho de Sir Christopher Nevil, Sir John North, Sir Henry Mildmay e John Lucas, uma segunda comitiva foi organizada, comandada por Willian Clovell, tendo Thomas Hixom como imediato. A comitiva, como visto, chegou ao Amapá imediatamente após a rendição da colônia comandada por James Purcell, estabelecendo-se nas proximidades da colônia anterior, onde hoje é Macapá. Uma série de desventuras ocorreram, como o naufrágio de dois navios de suprimentos, um primeiro chamado *Sea-Nynph*, ainda em 1627, do qual salvaram-se 28 colonos e parte da carga, além de um segundo colono, em setembro de 1630, chamado *Hopewell*. O segundo navio naufragou nas proximidades de Macapá e perdeu quase toda a sua tripulação, sobrevivendo 11 homens, que seguiram para o forte North, mas perdeu toda a sua carga de mantimentos. Outro navio de nome *Exchange* havia feito a viagem da Inglaterra para o cabo norte com mantimentos e ordens para mover a colônia de Hercourt, do Oiapoque para Macapá, mas não teve sucesso no feito.

Sobre a reação portuguesa, escreve Castro (1999, p. 148):

Os portugueses não reagiram de imediato à ocupação estrangeira, só havendo um reconhecimento da área pelo capitão Pedro da Costa Favela, mas, em janeiro de 1631, o provedor - mor da Fazenda do Pará, o já citado Jacome Raymundo de Noronha, organizou uma expedição para atacar o forte, no comando de uma força de portugueses e índios, composta por 36 canoas". Neste momento é importante apontar que, levando-se em conta o tamanho da colônia inglesa, a expedição portuguesa era particularmente pequena, baseando - se muito na superioridade moral devido às recentes vitórias que tinham tido contra os outros fortes inimigos.

Após chegarem no forte North, a expedição imediatamente começou a cavar trincheiras, próximas a posição estrangeira, em vista de proteger-se das posições fortificadas. O processo de entrincheiramento difícil para os portugueses, pois enfrentaram diversos ataques por parte dos ingleses. Após o entrincheiramento ficar pronto, por um tempo os ataques ingleses cessaram, até primeiro de março de 1631, quando um grande ataque por parte dos ingleses foi empreendido, que acabou com a morte de 86 ingleses e a tentativa de fuga do imediato Thomas Hixom, que foi emboscado por índios e morto. Os ingleses remanescentes, em número de 13, comandados por Willian Clovell renderam-se, sendo que outros 7 conseguiram escapar e foram resgatados por navios ingleses de passagem pela região. Em relação a fortificação, escreve Castro (1999, p. 148), “dentro da praxe portuguesa, o forte inimigo foi atrasado, e Jacome Raymundo retornou a Gurupá”.

Após a expulsão dos estrangeiros pelos portugueses, um navio da Companhia da Guiana, chamado *Marmaduke*, chegou à região. O navio nada pode fazer para reverter o que havia sucedido, em favor dos portugueses, tendo servido apenas para levar a Europa a notícia de que a fortificação inglesa havia sido destruída. No meio tempo entre a expedição no North e a volta do *Marmaduke*, Sir Thomas Howard, Lord de Berckshire organizou uma expedição, que não tinha qualquer vinculação com a CIA da Guiana que, nas palavras de Castro (1999, p. 149), “parece ter passado por um estado de quase falência no início da década de 1630”. A expedição particular era comandada por Roger Fry, e vinha aos trópicos em uma pequena embarcação, de 160 toneladas chamada *Barcke Andover*. A proposta do Lord de Berckshire não era implantar uma simples feitoria e sim uma colônia permanente na região das Guianas, sendo que para isso contou com o auxílio do governo para comprar um grande número de peças de artilharia, que deveriam fazer a colônia sobreviver aos ataques portugueses.

A *Barcke Andover* chegou à região do Amazonas, no final do ano de 1631, acompanhada de dois pataxós com suprimentos. Logo na chegada, percebendo que o Forte North havia sido destruído, Fry enviou de volta para a Inglaterra a *Barcke Andover* e um dos pataxós, permanecendo na região com apenas a embarcação restante, suprimentos e quarenta homens. Fry mobilizou seus homens e eles construíram o chamado Forte de Cumaú, na margem esquerda do rio Matapi, nas proximidades de Macapá.

Os ingleses passaram muita dificuldade durante o processo de implementação da colônia, chegando ao ponto, segundo relatos portugueses, de colonos terem morrido de fome, visto que os indígenas, que eram indispensáveis para o bem estar da colônia, haviam fugido para o interior, fugindo represálias dos portugueses. A maior expedição de expulsão até então organizada foi disposta para combater os ingleses, comandada por Feliciano Coelho Carvalho, com 240 colonos, 5.000 índios flecheiros em 127 canoas. A expedição partiu no dia 19 de julho de 1632 e primeiramente atacou a nação Ingahiba, para que eles não auxiliassem os estrangeiros, para que depois rumassem em direção ao Amapá.

Imediatamente após o desembarque um acampamento foi firmado e o capitão Aires de Souza Chichorro foi incumbido da tarefa de entrincheirar as proximidades do forte inglês. As trincheiras ficaram prontas no dia 9 de julho de 1632 e imediatamente o ataque foi perpetrado. Os portugueses conseguiram destruir a posição inglesa em três horas, dando cabo que 26 dos 40 colonos haviam morrido de fome e outros tanto, inclusive o comandante do forte, Roger Fry, não estavam no forte. O capitão havia “saído no pataxó da colônia, para esperar um reforço de 500 homens”, que complementariam a expedição (CASTRO, 1999, p. 152). Infelizmente para Fry, o reforço não apareceu, e quando ele retornou ao forte a embarcação onde estava foi

tomada, morrendo o inglês em combate” (CASTRO, 1999, p. 152). A morte do capitão inglês ocorreu no dia 14 de julho, em um combate de espadas em punho com o português Aires de Souza Chichorro. Sobre a morte de Roger Fry, Arthur Vianna (1906, p. 242), escreve:

No fervor da luta Chichorro e Roger Frey encontraram-se de espada em punho e bateram-se com de nodo, sucumbindo o comandante inglês aos golpes mortais do valente Chichorro, um dos melhores e mais esforçados cabos de guerra dos que figura nas primeiras páginas da crônica paraense.

Na embocadura do rio Maricary, próximo a foz do Araguari os holandeses construíram sua derradeira colônia. Não existe uma data específica para a construção, contudo, sabe-se que ela começou a ser construída no ano de 1633, ou seja, um ano após os portugueses terem expulsado os ingleses do Cumau. Sobre essa fortificação, escreve Castro (1999, p. 153):

A fortificação surgiu em data não especificada, sendo que o magistral trabalho de pesquisa, que embasou a causa: do Brasil na definição das fronteiras com a Guiana Francesa, defendida por Rio Branco, alude a um documento da biblioteca de Paris, no qual um tal de Yansuandriz (sic) teria ocupado e mantido Maiacarei e Cassipouri, sendo que, em 1633, um certo capitão Gregório teria lá seis homens⁵⁶. Southey menciona que o general Van der Góes chegou ao local com "uma esquadra de oito velas holandesas (...)" com o intento de "tomar o forte de Gurupá, passando depois a investir sobre Belém"⁵⁷. Devemos apontar que Rio Branco discorda desta interpretação de ataque a Gurupá, mencionando que o nome que aparece na documentação não é Van der Góes, mas sim de um "general Baldegrues" ou "Balde Gruu", na forma truncada de se escrever os nomes, tão comum nos documentos dos séculos XVII-XVIII. Este holandês teria ocupado um forte no "lago de Maiacari". Nossa opinião segue a de Rio Branco, pois o forte se encontrava muito mal localizado para a realização de um ataque contra Gurupá. Se a expedição mencionada existiu de fato, é provável que se tratasse apenas de uma tentativa de estabelecimento de um entreposto comercial com os índios.

Em relação a expulsão dos holandeses, ela ficou a cargo de Sebastião Lucena, Governador do Pará de 1646 até 1648. No ano de 1646, após pressão dos habitantes de Belém, o governador liderou um assalto contra as posições estrangeiras. O embate foi extremamente violento, visto que os holandeses estavam preparados com cerca de 400 índios flecheiros contra a investida portuguesa. Mesmo contra uma força considerável, 20 espingardeiros portugueses conseguiram vencer a batalha e render os holandeses que estavam dentro da posição fortificada. Após essa batalha evidencia Castro (1999, p. 154): “os portugueses retornaram a Belém, terminando assim a última tentativa de fixação de estrangeiros na Amazônia portuguesa, pelo menos no século XVII”.

3.2.3 Contramedidas ibéricas

Como visto na primeira seção desse capítulo, que trata do primeiro século de colonização, os portugueses não conseguiram instalar-se definitivamente na região amazônica no século XVI. No segundo século de colonização, por sua vez, os primeiros a instalar-se na

região foram, como vimos nas duas sessões imediatamente anteriores, os holandeses, ingleses, irlandeses e os franceses, em colônias organizadas e mantidas por companhias comerciais. Os primeiros a serem combatidos na região equatorial foram os franceses, quando foram expulsos de São Luís enquanto os primeiros a serem combatidos na região amazônica foram os holandeses e ingleses. Nesse sentido, vale assinalar que foi após expulsar os franceses que a metrópole, comandada por D. Aleixo Meneses, que era vice rei de Portugal (convém recordar que até o ano de 1640, Portugal e Espanha eram um reino unificado, na chamada União Ibérica), traçou um novo objetivo, ou seja: estender domínio português por sobre a bacia amazônica, expulsando os ingleses e holandeses, estabelecendo fortificações em vista de proteger a região (REIS, 1993).

Para levar a cabo esse objetivo, a instalação de uma posição fortificada na cidade de Belém teve singular importância. Belém localiza-se em uma região estratégica, em um posto bem protegido próximo a foz do Rio Amazonas. A localização deu possibilidade para que Belém servisse polo irradiador do domínio lusitano na região amazônica. Dessa maneira, o forte de Belém, fundado em 1616, ficou sob o guardo de Francisco Caldeira Castelo Branco, antigo capitão-mor do Rio Grande do Norte, onde desempenhou papel de grande importância na expulsão dos franceses de São Luís (BARRETTO, 2010, p. 25).

Cinco anos após sua fundação, no ano de 1621, Bento Maciel Parente, que havia sido importante personagem das batalhas contra os franceses em São Luís, e seria também na expulsão dos demais estrangeiros do Amazonas, auxiliou na restauração da fortaleza do presépio, “levantando um baluarte com quatro peças de artilharia e um turrão na esquina, com casas para alojamento de sessenta soldados, e sítio para se poderem fazer para duzentos soldados” (REIS, 1993, p. 38). Em 1623 chega a Belém Luiz Aranha de Vasconcelos, munido de reforços de Pernambuco e com a missão, assinada por Felipe IV de Espanha, de navegar em direção ao Cabo Norte e, como vimos anteriormente, “deitar fora os estrangeiros” (REIS, 1993, p. 39).

Uma das primeiras fortificações estrangeiras tomadas e que, como vimos na sessão anterior, teve grande influência no processo de expulsão dos estrangeiros foi Mariocai, que viria a se chamar Santo Antônio de Gurupá sob o mando português. Sobre essa fortificação, escreve Annibal Barretto (2010, p. 28), em seu livro “Fortificações do Brasil”, localiza-se na “Ilha de Gurupá [que] tem 151 km de comprimento e 35 de largura. Fica situada a oeste de Marajó e a margem direita do Amazonas”. A ilha é contornada pelo rio Amazonas, formado o canal do Gurupá. A tomada da fortificação ocorreu no ano de 1623, quando chegou a Belém Luiz Aranha de Vasconcelos. Vasconcelos, que veio de Lisboa, passando primeiramente por Pernambuco,

tinha “a incumbência de sondar o rio das Amazonas e reconhecer todos os sítios que ocupavam nele os holandeses e mais nações da Europa” (VIANA, 1905, p. 232). Para o combate os estrangeiros, uniu-se a Vasconcellos o capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente.

As tropas portuguesas conseguiram desalojar os holandeses de muitas fortificações, duas delas daremos mais destaque: a de Maturú e outra chamada Mariocai. Ambos os fortes foram conquistados e imediatamente após o confronto, arrasados. A destruição ocorreu em vista de evitar que os batavos pudessem se reorganizar enquanto os portugueses seguiam com seu dever. Após o fim da expedição e a vitória portuguesa, os lusitanos decidiram criar as duas primeiras fortificações no Amazonas (válido ressaltar que Belém não se situa no rio Amazonas).

A primeira delas onde ficava Maturú, sendo que os portugueses, a mando do capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente, levantaram um pequeno posto fortificado. Esse posto, contudo, foi destruído ainda no ano de 1623, em outubro, por um dos derrotados da expedição de Vasconcellos e Parente, Pedro Arianssen. A segunda entre as fortalezas, reconstruídas sob a bandeira portuguesa, foi a de Mariocai, que os portugueses chamaram Santo Antônio de Gurupá, fundada por Bento Maciel Parente na margem Guianense do Amazonas. Para guarnecer essa fortificação, Parente “destacou cinquenta soldados e um número maior de índios do seu contingente e deixou-os guarnecendo o novo forte sob as ordens de Jeronymo de Albuquerque” (VIANA 1905, p. 234). Essa fortaleza não caiu e serviria um importante serviço para os portugueses nos seguintes anos de batalha.

Nesse sentido, vale destacar que foi a fortificação do Gurupá que teve, nas palavras de Artur Vianna (1905, p. 234) a “honra de afligir aos holandeses o derradeiro golpe que os fez abandonar de vez as suas pretensões sobre o Amazonas”. No ano de 1639, como evidenciado na sessão que fala sobre o combate contra os holandeses e ingleses, o capitão do forte de Gurupá, o português João Pereira de Cáceres organizou a guarnição e atacou um pataxó holandês armado, que apareceu nas imediações do forte. Sobre a abordagem, Vianna escreveu que foi feita de forma “valente e audaz” e que a vitória coube aos portugueses. No mesmo ano que derrotaram os estrangeiros, surgiu, ainda que de forma não oficial, a Vila do Gurupá. Essa vila teve importante papel pois foi partindo dela que Pedro Teixeira, outro importante personagem das batalhas contra os estrangeiros, chegou a Quito (VIANA, 1905, p.234-235).

Synesio Sampaio Goes Filho (2015, p.144), diplomata brasileiro e autor de “*Navegantes, Bandeirantes, diplomatas*”, argumenta em seu livro, que somente após os portugueses terem fundado Belém, e iniciarem o combate contra os estrangeiros de forma sistemática é que eles teriam compreendido a vastidão do território amazônico. Além disso, os portugueses perceberam quão frágil e “precária [seria] a soberania sobre esta área do território

brasileiro se o vale amazônico viesse a cair totalmente [nas] mão[s] dos espanhóis”. O caminho até Quito já era conhecido por parte dos espanhóis, principalmente após a expedição de Orellana e Carvajal, descrita na primeira seção do capítulo. Foi nesse contexto de compreensão das fragilidades portuguesas e de oportunidade, visto que o Pará era comandado por Jacome Raimundo de Noronha, um entusiasta da expansão portuguesa pelo vale amazônico, que foi levada a cabo, por decisão do governo colonial, a expedição de Pedro Teixeira.

A expedição de Teixeira foi o primeiro empreite realizado a contracorrente até Quito. Orellana em 1542, assim como os dois franciscanos que chegaram a Belém no ano de 1637, haviam partido dos Andes e descido por toda a extensão do grande rio. Pedro Teixeira e sua grande expedição fizeram o caminho oposto, ou seja, partiram, no ano de 1637, de Gurupá, com “setenta soldados, alguns religiosos e 1200 indígenas”, guiados por Frei Domingos de Brieva, um dos dois franciscanos que havia descido o rio, e meses mais tarde, chegaram a Quito (GOES FILHO, 2015, p. 172).

Sobre essa expedição, não existem dúvidas em relação ao caráter oficial, visto que quem ordenou o deslocamento foi o próprio Governador do Estado do Maranhão, Jacome Raimundo de Noronha e quem levou a cabo foi um oficial que tinha grande bagagem de feitos em nome da coroa. Além disso, vale destacar que Pedro Teixeira tinha recebido do Governador um objetivo secreto, que era o de fundar uma povoação que marcasse o limite entre as terras espanholas e portuguesas. O povoado foi solenemente fundado no ano de 1639, chamando-se Franciscana, localizava-se “‘defronte das bocainas do rio do Ouro’ (a foz do Aguarico, no Napo, Equador, pensam alguns)” (GOES FILHO, 2015, p. 172).

A fundação de Franciscana por Teixeira foi feita em nome do rei espanhol, mas para a coroa portuguesa que, pelas cortes de Tomar, tinha uma série de prerrogativas que garantiam sua autonomia. Em relação a ata de fundação, indica-se que ela não está mais no arquivo de Belém, embora possa ser lida pelo texto de Bernardo Berredo, governador do Estado do Maranhão entre o ano de 1718 até o ano de 1722, chamado “Annaes históricos do estado do Maranhão”. Um texto contemporâneo a expedição, intitulado “Novo Descobrimento do Rio das Amazonas”, em referência ao texto de Carvajal, escrito pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, que foi enviado pelo governo espanhol para acompanhar, nada escreve sobre a fundação de Franciscana. O texto, pelo contrário, incita o monarca espanhol a ocupar a hinterlândia amazônica, argumentando que isso impediria: “que se criasse uma porta amazônica para o contrabando de metais” provenientes de Potosí (GOES FILHO, 2015, p. 173).

Goes Filho argumenta que ocultar a fundação de Franciscana seria conveniente para a Espanha, por isso Acuña, comandado da monarquia espanhola, não registra tal feito. Duas

outras questões podem ser destacadas sobre o livro, a primeira delas é que imediatamente após a publicação, ele foi retirado de circulação, visto que continha informações sensíveis sobre a riqueza da hinterlândia amazônica. Além disso, destaca-se que anos mais tarde o livro de Acuña, traduzido para o francês, foi utilizado pelos estrategistas gauleses para justificarem perante o rei a grande insistência em se fazerem presentes na porta de entrada do Amazonas. Isso porquê a presença na banda setentrional do Amazonas daria acesso a hinterlândia amazônica, possibilitando a criação do que Acuña queria evitar, ou seja, uma porta de entrada para o contrabando dos metais preciosos provenientes de Potosí (GOES FILHO, 2015, p. 173; CAETANO DA SILVA, 2017).

Os anos posteriores a expulsão dos estrangeiros, foram anos de muito trabalho na região amazônica, principalmente por parte da coroa portuguesa, que foi a grande fiadora da incorporação da região amazônica no império português. Essa importância é evidenciada por Goes Filho (2015, p.175), quando ele afirma que

[...] a ocupação da Amazônia não foi apenas consequência da geografia, que proporcionou aos portugueses, após a fundação de Belém, o acesso à magnífica avenida da penetração e às estradas fluviais dos afluentes do grande rio; nem foi somente obra dos indivíduos, cujos interesses, espirituais ou materiais, os levaram a entrar naquele imenso sertão florestal. A conquista da Amazônia teve sempre, em escalas variáveis no tempo e no espaço – mais nítida no Norte, menos no Sul – a orientação e o apoio da Coroa portuguesa.

Válido destacar que esse período em que se deu a incorporação definitiva da Amazônia no império português também foi o tempo da Guerra de Restauração de Portugal, que durou de 1640 até 1668. Os portugueses estavam restaurando a soberania em seu reino, após 60 anos de União Ibérica. Nesse período, notando que boa parte de suas estruturas comerciais na Ásia e África haviam caído em detrimento de potências concorrentes, como Inglaterra e Holanda e Espanha, coube ao Conselho de Estado rever suas estratégias de colonização. Foi nesse momento que o Brasil ganhou prioridade. Isso justifica o grande empenho da coroa na região amazônica, enviando muitos recursos e capital humano. A imagem 3 é bastante ilustrativa a respeito das posições cartográficas que já haviam sido atingidas pelos exploradores portugueses quando da restauração. Válido destacar que os contornos do território brasileiro atual já se mostravam nesse período (SODRÉ, 1956).

Nesse sentido, evidencia-se que a principal forma pela qual a coroa ratificou sua presença a região, entre a metade do século XVII até a metade do século seguinte, foi por meio da fortificação. Desde o começo da sessão até o momento comentamos sobre dois fortes, sendo que de acordo com o estudo de Barretto (2010), já citado na sessão, 41 estruturas, entre fortes, fortins, vigias, baterias e fortalezas foram instaladas na Amazônia, entre os anos de 1599 e 1802. As primeiras instalações na região amazônica foram construídas pelos holandeses, os já referidos fortes de Orange e Nassau, instalados na margem esquerda do Xingu, no final do primeiro século de colonização, entre os anos de 1599 e 1600, antes mesmo dos portugueses terem se fixado em tais áreas. Ambos os fortes, contudo, foram desarmados pelos portugueses, quando de suas incursões contra os invasores e posteriormente abandonados.

No mesmo período, ou seja, nas primeiras duas décadas do século XVII, mais fortificações estrangeiras foram construídas na região amazônica. Um deles foi o anteriormente citado, Forte do Mariocai, construído pelos holandeses na Ilha de Gurupá, margem direita do Amazonas. Além de Gurupá, outros dois fortins foram construídos, o de Cumã e Caité, o primeiro deles no Maranhão e o segundo no Pará. Destaca-se que ambas as fortificações eram francesas, datando da época de instalação da França Antártica. Os dois fortes foram ocupados e destruídos pelos lusitanos. Como bem evidenciado anteriormente, a fundação do Forte do Presépio, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, no ano de 1616, mesmo que em uma estrutura ainda pequena, de taipa e terra, com apenas 12 peças de artilharia foi o grande marco de virada para a presença lusitana na região Amazônica. A maior preocupação, no início da epopeia amazônica portuguesa, além de expulsar os holandeses, ingleses e franceses, era defender-se contra os indígenas da região, que por um período não eram inclinados a fazer amizade com os lusitanos (BARRETTO, 2010, p. 27).

Além dos fortes referidos, outras 12 estruturas militares foram construídas, ainda no século XVII. O Forte do Desterro e do Toheré, no ano de 1638, o primeiro ;construído no Rio Maicuru, a 30 km de sua confluência com o Amazonas, o segundo no Rio Toheré, afluente da margem esquerda do Amazonas. Outro forte português foi construído no Cabo Norte, erigido sobre o Rio Araguari, no ano de 1660, a poucos quilômetros de onde os holandeses haviam construído uma fortificação em 1646 (assim como os ingleses, primeiros a instalar-se na região em 1604, quando Charles Leigh fundou a colônia Principium). O Forte de São Pedro Nolasco ou das Mercedes, por sua vez, foi erguido no ano de 1665, nos fundos do Convento dos Mercenários e atuava, “juntamente com o Forte do Castelo e com o Reduto de São José”, na defesa de Belém (BARRETTO, 2010, p. 30).

No ano de 1670 foi edificado o Forte de São José da Barra do Rio Negro, por ordem de Francisco da Mota Falcão, governador do Maranhão e Grão-Pará, a 17 km da confluência do Rio Negro com o Solimões, onde hoje é a cidade de Manaus, mostrando a ramificação do império em vista (COSTA, 2015). Em 1685, em uma ilha de pedra foi erguida a Fortaleza da Barra ou Fortaleza Nossa Senhora das Mercês da Barra, tendo sido armada com 35 canhões, era parte do sistema de proteção de Belém, por estar instalada na entrada do porto (BARRETTO, 2010).

Ainda na década de oitenta do século XVII, foram instalados mais dois fortes, o Forte de Santo Antônio de Macapá e o forte do Rio Bataboute, ambos no Cabo Norte, sendo que o primeiro deles foi erguido no mesmo lugar onde os ingleses haviam instalado o Forte Camaú, em 1613 e o segundo, em formato de estrela, foi instalado na margem esquerda do Araguari. (BARRETTO, 2010) Na década seguinte, ou seja, 1690, mais duas fortificações foram instaladas, uma fortaleza, construída por Francisco de Mota Falcão, no ano de 1697, na margem direita do Amazonas, chamada Fortaleza de Santarém ou Fortaleza dos Tapajós e um forte, onde hoje é a cidade de Óbidos, ponto onde o Rio Amazonas atinge sua mais estreita largura, 1.892 metros (COSTA, 2015).

Como vimos durante a seção, foi no século XVII que a região amazônica foi incorporada ao império português e seus limites máximos a oeste foram estabelecidos. Para que o estabelecimento fosse efetivo, os portugueses não somente empenharam-se em expulsar os estrangeiros, como vimos que ocorreu até a década de 1640, mas também em organizar expedições para que vilas fossem fundadas, como foi o caso de Franciscana, no ano de 1639 assim como agilizaram a construção de fortes. Foi assim que durante o século 11 estruturas fortificadas foram construídas, distribuídas pela foz, assim como banda norte, sul assim como pela extensão do rio. A construção destas estruturas está intimamente ligada a estratégia portuguesa, posterior a Restauração, de dar maior importância ao Brasil em detrimento de outras colônias que sofreram invasões durante o período em que Portugal e Espanha foram governadas por um único rei. Sendo assim, vale ressaltar que o investimento foi profícuo visto que a coroa conseguiu garantir a posse do território em Madrid.

3.3 Terceiro Século De Colonização

3.3.1 A insistência francesa

Como vimos na seção anterior, os franceses foram os primeiros estrangeiros a assediar o território que cabia a Portugal pelo tratado de Tordesilhas. As primeiras tentativas vieram

com os ataques a feitorias, tendo somente fins comerciais, na costa nordeste, no começo do século XVI, primeiro século de colonização. Logo em seguida os intentos evoluíram para uma tentativa de colonização, no que ficou conhecida como França Antártica, ou seja, os franceses não estavam mais satisfeitos apenas em pilhar a região, queriam também colonizar. O terceiro episódio de assédio veio com a tentativa de fundar, onde hoje é São Luís, no Maranhão, a chamada França Equinocial.

Esse empenho foi bravamente combatido pelas tropas portuguesas, ainda no período de União Ibérica, sendo que deste empenho em expulsar os franceses, que surgiu o ímpeto em assegurar que toda a hinterlândia amazônica ficasse sob o guardo de Portugal. Foi somente no ano de 1626, contudo, que os franceses começaram a aventurar-se pela região amazônica, ou seja, quando La Ravardière foi nomeado pelo rei Luís XIII “tenente-general do rei nas terras da América, desde o Amazonas até a ilha de Trinidad” (RIO BRANCO, 2008, p. 87).

O primeiro século de colonização francesa na Amazônia (segundo de colonização da América), como visto, foi bem pouco produtivo, sendo que mesmo após terem encontrado um posto que tinham apoio dos indígenas, Caiena, por três vezes os franceses foram expulsos. A primeira vez em 1659, quando os holandeses tomaram Caiena logo após terem resgatado os franceses que haviam sobrevivido a tentativa de colonização de 1652. Os holandeses mantiveram-se como senhores do território até o ano de 1664, quando os franceses conseguiram retomar o posto.

A segunda vez que os franceses foram expulsos foi em setembro do ano de 1667, quando os ingleses renderam os franceses que faziam guarda enquanto o responsável pelo posto, La Barre, estava ausente. Essa dominação inglesa durou apenas três meses, de setembro a dezembro de 1667, quando o capitão La Barre retornou expulsou os ingleses de Caiena. Uma terceira expulsão ocorreu em 1674, novamente nas mãos de holandeses, sendo que a dominação durou até aproximadamente até o ano de 1677, quando os holandeses, em uma expedição de Johannes Aprius, decidiram colonizar a margem esquerda do Oiapoque e não mais Caiena.

Como vimos imediatamente antes de finalizar a sessão 2.1.2, Invasões Francesas, os gauleses tentaram expulsar os portugueses de duas de suas quatro fortalezas no Cabo Norte. Essa expulsão fazia parte de um plano maior, concatenado em vista de fazer pressão diplomática no monarca português, Pedro II, para que ele aceitasse termos bastante duros e que causariam muitos prejuízos a sua nação, na virada do século XVII para o XVIII. O embaixador francês em Portugal, Louis-Rollin de Rouillé Marbeus foi enviado para argumentar que a presença de portugueses no cabo norte seria uma “usurpação dos direitos de sua majestade cristianíssima” (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 46).

Sendo assim, o ataque proferido (que deveria ter sido efetivo em expulsar os portugueses), não deveria ser respondido, visto que aquelas terras seriam, por direito, de Luís XIV e seus súditos. O embaixador francês, contudo, não contava com a resposta imediata e peremptória por parte dos portugueses, que conseguiram, em menos de um mês, retomar o comando dos fortes. Mesmo com a retomada, os franceses seguiram com o argumento de que o território lhes pertencia e Rouillé, no dia 6 de fevereiro de 1698 fez sua entrada em Lisboa e entregou suas demandas ao rei português, baseadas em duas cartas, que são abordadas em mais detalhes na sessão referida anteriormente.

Segundo Rio Branco (2008, p. 119),

O sistema de argumentação adotado [pelos franceses] faz da metade norte da bacia amazônica, além de várias bacias costeiras, simples posse ou dependência da ilha de Caiena, onde a França possuía, há alguns anos, uma pequena colônia, cuja população não atingia mil almas.

Essa insistência francesa em tomar posse da banda norte do rio Amazonas fez Portugal mobilizar-se. No ano de 1699, respondendo as cartas francesas, a diplomacia portuguesa argumentava que nunca houve qualquer dúvida quanto a fronteira entre os dois reinos, sendo que o rio Ojapoc ou Oiapoque, localizado no cabo norte, sempre foi reconhecido como a fronteira entre as duas nações. A discussão sobre a localização do rio seguiu, contudo, até o seguinte ano, 1700, quando se assinou um tratado provisório.

Sobre esse tratado provisório, pode-se afirmar que em suas cláusulas haviam sido dispostas a destruição dos fortes do Araguay, de Cumaú e de Massapá, assim como outros que porventura existissem, na região que vai da “margem do rio das Amazonas para o cabo do Norte e costa do mar até a foz do rio Ojapoc ou de Vicente Pinson” (RIO BRANCO, 2008, p. 132). Além da destruição dos fortes, ficou firmada a neutralidade da região, ficando proibida a comercialização assim como a ocupação. Além disso, a mobilização dos indígenas da região, seja para captura e escravidão ou mesmo catequese, não poderiam acontecer. Esse tratado foi assinado, em Lisboa, no dia 4 de março de 1700, tendo caráter provisório e suspensivo.

Esse tratado é uma representação do poder de barganha que tinham os franceses na época. Como vimos, os franceses obrigaram os portugueses a aceitarem um tratado, que era contrário a suas pretensões territoriais, em uma região que os portugueses tinham absoluta certeza que lhes pertencia. Em relação ao poder de barganha francês, escreve Henry Kissinger em um de seus mais recentes livros, *Ordem Mundial*, publicado no ano de 2014, que a França de Luís XIV desafiava o equilíbrio de poder de uma Europa pós Vestfália, o que ocasionaria um arranjo de alianças em vista conter o ímpeto francês (KISSINGER, 2015). O tratado provisório assinado com Portugal, contudo, foi no limiar desse período de rearranjo, sendo que

as mobilizações contrárias a França começariam em novembro de 1700, com a morte de Carlos II de Castela, último rei da Casa de Habsburgo a reinar na Espanha. A morte do monarca, que era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado, nas palavras de José Carlos Macedo Soares (1939, p.113-114), “havia despertado a ambição de vários príncipes da Europa”. Nesse sentido:

A sucessão de Carlos II no trono de Espanha, antes mesmo da sua morte (1.º de Novembro de 1700) havia despertado a ambição de vários príncipes da Europa. Luiz XIV, de França, pensava em seu neto o Duque d'Anjou; Leopoldo I, da Alemanha, em seu filho o arquiduque Carlos; o eleitor da Baviera Max-Emanuel, em seu filho José Fernandes. Fundavam sua pretensão: Luiz XIV em que sua mulher Maria Teresa era irmã mais velha de Carlos II; o Imperador Leopoldo era casado com Margarida Teresa, irmã mais nova de Carlos II; e o Príncipe da Baviera era casado com Maria Ana, irmã de Felipe IV, e, portanto, tia de Carlos II (3). Outros candidatos baseavam-se em parentescos mais remotos, como D. Pedro II, de Portugal, como descendente de D. Maria, filha de Fernando e Isabel, e mulher de D. Manuel, o "Venturoso"; e o Duque de Saboia, como trineto de Felipe II, por sua bisavó D. Catarina.

Em vista de dar mais legitimar a escolha de seu neto, o rei francês firmou outro acordo com Portugal, apenas um ano após o primeiro. Por meio do segundo acordo, o primeiro ganhava status de definitivo e perpétuo, além disso, os franceses pediam que os portugueses fechassem seus portos a todas as nações que se declarassem contra as pretensões francesas e espanholas. Em troca das concessões, os portugueses teriam, pela parte espanhola, a perpétua posse da Colônia do Sacramento, além da possibilidade de utilizar em sua totalidade a margem marítima da região do Prata. Em relação a França, ficaria Luís XIV responsável por realizar quaisquer socorros marítimos que Portugal solicitasse (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 57). O rei português, Dom Pedro II, tendo noção de sua posição, como Caetano da Silva (2017, p. 58) descreve “encravado na Espanha como um pequeno diamante”, além disso, sem condições de pedir ajuda da Inglaterra, que acabara de assinar o acordo de Rijswijk, que colocara fim a Guerra dos Nove Anos, os portugueses viram-se obrigados, mesmo descontentes com as cláusulas, a assinarem o tratado de 1701 (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 57).

Os ingleses e os holandeses se uniram contra a França em uma nova grande aliança em 7 de setembro de 1701. No ano de 1702, no reinado da rainha Ana, Paul Methuen foi enviado para Portugal em vista de arranjar um acordo que libertasse o Dom Pedro II da aliança com Luís XIV e Felipe V, unindo-o na grande aliança. Uma boa oportunidade para negociação surgiu após outubro de 1702, quando Luís XIV, após ter perdido uma frota de quinze navios “se encontrava relutante em cumprir com o acordo estabelecido em 1701, de fornecer todos os socorros marítimos que Portugal necessitasse” (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 60). Em vista da recusa do monarca francês em apoiar a defesa de suas colônias, prontamente o monarca português decidiu juntar-se a Holanda, Inglaterra e Áustria, angariando muitas vantagens não contidas no tratado de 1701.

A grande aliança garantia a Portugal não o simples uso perpétuo, em comum com a Espanha, da margem setentrional do Prata, como designava o tratado de 1701 estabelecido com Filipe V, mas a propriedade perpétua e exclusiva dessa margem, a qual se tornava assim, incontestavelmente, a fronteira meridional do Brasil; não o simples uso perpétuo, em comum com a França, das terras da Guiana situadas entre a ponta de Macapá e o cabo Orange, como estabelecia o tratado de 1701 assinado com Luís XIV, mas a propriedade perpétua e exclusiva dessas terras, as quais, finalmente, se tornavam, incontestavelmente, a fronteira setentrional do Brasil. E além disso, as três potências asseguravam ainda a Portugal um importante alargamento do seu território europeu, mediante a cessão que o arquiduque Carlos se comprometia a fazer-lhe das áreas de Badajoz, Albuquerque, Valença, Alcântara, na Estremadura espanhola; e das áreas de Tui, Guarda, Baiona e Vigo, na Galiza (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 61).

Pedro II assinou o tratado com a Grande Aliança no dia 16 de maio de 1703, em Lisboa. Por meio desse tratado, dentre outros tópicos, ficou estabelecido que:

Não poderemos também fazer a paz com o rei cristianíssimo, se não ceder todo o direito que alega ter sobre as terras chamadas popularmente Cabo do Norte, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situadas entre os rios Amazonas e de Vicente Pinzón, não obstante todo tratado provisório ou decisivo estabelecido entre sua majestade portuguesa e o citado rei cristianíssimo sobre a posse e sobre o direito das referidas terras. (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 61).

Em um primeiro encontro para discutir a paz, no dia 27 de maio de 1709, o acordo firmado entre Portugal e a Grande Aliança no ano de 1703, que dava soberania aos lusitanos sobre a região que havia sido declarada neutra pelo tratado de 1700 e 1701, foi acatado sem observações pela comissão formada por Rouillé e pelo marquês de Torcy, ministro dos Negócios Estrangeiros de Luís XIV. As negociações de 1709 foram rompidas, sendo que um ano mais tarde, em 1710, o próprio monarca francês propôs o retorno das negociações, acatando todos os artigos propostos em 1709, com exceção do 4º e do 37º. Ou seja, como argumenta Caetano da Silva (2017, p. 62) “o rei da França oferecia, assim, ele próprio, em 1710 o que se lhe tinha exigido um ano antes – a renúncia perpétua, em favor de Portugal, a pretensão que ele tinha sobre as terras da Guiana”.

O congresso de Utrecht começou oficialmente em 29 de janeiro de 1712, em um momento em que as disputas, anteriormente muito acaloradas, relacionadas a sucessão espanhola haviam se amainado, principalmente com a morte de José I, imperador da Alemanha. Com a morte do monarca, o arquiduque Carlos de Habsburgo, que estava cotado para o trono da Espanha, assumiu o trono, dando ainda mais legitimidade a Luís XIV, visto que a Grande Aliança perdia seu mais forte nome (CAETANO DA SILVA, p. 62; VIANNA, 1965, p. 62).

A proposta de paz francesa foi apresentada no dia 11 de fevereiro de 1712 pelo marechal d’Huxelles, que foi o primeiro plenipotenciário francês na Holanda. A exposição escrita, nomeada como “*Exposition spécifiée des offres de la France pour la Paix Générale*” e sobre Portugal afirmava que

As coisas sobre Portugal serão restabelecidas, e permanecerão no mesmo pé na Europa, como estavam antes da atual guerra, tanto no que se refere à França quanto à Espanha; e quanto aos domínios situados na América, se existirem quaisquer disputas a regularizar, buscar-se-á resolvê-las amigavelmente.” (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 62)

Ou seja, os franceses buscavam invalidar qualquer expansão territorial portuguesa na Europa, assim como criar constrangimento em relação ao que havia sido anteriormente acordado no tratado de 1703 com a Grande Aliança. A resposta dos aliados a exposição específica veio no dia 5 de março, quando, por intermédio do plenipotenciário português, o Conde de Tarouca, um pedido do monarca português referente a questão contenciosa do Amapá, foi adicionado:

(Sua Majestade portuguesa requer) que a França lhe ceda, e a todos os reis de Portugal depois dele, para sempre, todo o direito que pretende ter sobre as terras chamadas popularmente de Cabo do Norte, pertencentes ao Estado do Maranhão, e situadas entre os rios Amazonas e de Vicente Pinzón, não obstante qualquer tratado provisório ou decisivo que possa ter sido feito sobre a posse e sobre o direito das referidas terras; bem como qualquer outro direito que a França pudesse ter sobre os outros domínios da monarquia de Portugal. (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 62-63)

Os franceses, contudo, não estavam dispostos a aceitar o que havia sido proposto em 1709 e nem em rever os termos que haviam proposto no ano de 1710, isso porque a condição era absolutamente diferente. Além de terem sua posição no trono espanhol ratificada, pela ascensão ao trono alemão de Carlos, os gauleses ainda contavam com o apoio da Inglaterra que, em vista de não sair com as mãos vazias, havia pedido Gibraltar e o monopólio do comércio de escravos em direção a América espanhola. Nesse sentido, os debates portugueses relativos ao Amapá haviam se tornado um entrave para a Inglaterra, que almejava um acordo de paz o mais rápido possível.

Os portugueses, por sua vez, argumentavam que o acordo de 1703 deveria ser seguido, não somente isso, postulavam que o verdadeiro interesse dos franceses não era o território do Amapá e sim o Amazonas, visto que era de conhecimento francês, pelo menos após 1641, quando tiveram contato com a relação do padre Alcuña, que o Amazonas era um caminho para o Peru. Os ingleses, contudo, pensando que essas advertências eram somente, nas palavras de Caetano da Silva (2017, p. 64) “precauções oratórias”, estavam inabaláveis em seu objetivo de pôr fim a conferência de paz, mesmo que isso deixasse de lado as promessas de 1703. A inação inglesa somente se alterou quando, em uma discussão acalorada sobre a região do Amapá, o marechal d’Huxelles, um dos plenipotenciários de Luís XIV em Utrecht, acabou cometendo algumas inconfiáveis, como evidencia Caetano da Silva (2017, p. 65)

O marechal d’Huxelles, que era militar, protestou, com a franqueza que o caracterizava, que era inútil repetir tanto as mesmas coisas sobre essas terras pobres,

que a questão essencial para a França era obter a livre entrada e a livre navegação do rio Amazonas, que era isso o que lhe havia sido especialmente recomendado nas suas instruções. E ele as mostrou.

Essa fala do marechal mudou totalmente o rumo da discussão, pois o que era considerado apenas retórica portuguesa foi acatado pelos ingleses e a minuta foi alterada em benefício destes. Um acordo firmado no dia 11 de abril de 1713, mais de dois anos após as negociações serem iniciadas. Pode-se afirmar que Utrecht, em relação a Amazonia, foi bastante favorável a Portugal²¹, como podemos perceber pelo tom dos artigos do Tratado, retirados do livro *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, escrito por José Carlos Macedo Soares (1939, p. 119-125).

Artigo IIX - A fim de prevenir toda a ocasião de discórdia, que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França, & os da Coroa de Portugal, Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes, & mais autênticos, & com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, de todo, & qualquer direito, & pertençam que pode ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamadas do Cabo do Norte, & situadas entre o Rio das Amazonas, & o de Japoc ou Vicente Pinsaõ, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas Terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, como todos os direitos de Soberania, Poder absoluto, & inteiro Domínio, como parte de seus Estado, & lhe fiquem perpetua- mente, sem que Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros.

Artigo IX - Em consequência do Artigo precedente, poderá Sua Majestade Portuguesa fazer reedificar os Fortes de Araguari & Camaú, ou Passapà, & os mais que foram demolidos em execução do Tratado Provisional feito em Lisboa aos 4 de março de 1700, entre Sua Majestade Cristianíssima, & Sua Majestade Portuguesa El-Rey D. Pedro II, de gloriosa memo- ria; o qual Tratado Provisional em virtude deste fica nulo, & de nenhum vigor. Como também será livre a S. Majestade Portuguesa fazer levantar de novo nas Terras de que se faz menção no Artigo precedente, os mais Fortes que parecer, & prove-los de tudo o necessário para a defesa das ditas Terras.

Artigo X - S. Majestade Cristianíssima reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio das Amazonas, assim meridional, como Septentrional, pertencem em toda a Propriedade, Domínio, & Soberania a Sua Majestade Portuguesa, & promete, que nem ele, nem seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros farão jamais alguma pretensão sobre a Navegação, & uso do dito Rio, com qualquer pretexto que seja.

Artigo XI - Da mesma maneira que S. Majestade Cristianíssima, desiste em seu nome, & de seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, de toda a pretensão sobre a Navegação, & uso do Rio das Amazonas, cede de todo o direito que pudesse ter sobre algum outro Domínio S. Majestade Portuguesa, tanto na América como em outra qualquer parte do mundo.

Artigo XII - E como lhe para reear que haja novas dissensões entre os Vassallos da Coroa de França, & os da Coroa de Portugal, com a ocasião do Commercio, que os moradores de Caiena podem intentar no Maranhão, & na entrada do Rio das Amazonas, Sua Majestade Cristianíssima promete por si, seus Descendentes,

²¹ Sobre outras questões, como as de ordem comercial, ver "O Tratado de Methuen" de Nelson Werneck Sodré, 1956.

Sucessores & Herdeiros, que não consentirá que os ditos moradores de Caiena nem quaisquer outros seus vassallos vão comerciar nos lugares acima nomeados, & que lhe será absolutamente proibido passar o Rio de Vicente Pinsao, para fazer comercio, e resgatar Escravos nas Terras do Cabo do Norte; como também promete Sua Majestade Portuguesa por sim seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, que nenhuns dos seus Vassallos irão comerciar a Caiena.

O tratado acalmou os ânimos franceses mostrando que a balança de poder europeia iria funcionar em vista de contra restar as nações que porventura ameaçassem o equilíbrio de poder. Em relação a intromissão francesa no Amazonas, Castilhos Goycochêa (1963, p. 33), em livro intitulado “*A Diplomacia d Dom João VI em Caiena*”, argumenta que a “França nunca mais voltaria a invocar direitos sobre o Rio de Janeiro e Maranhão [...] e que as terras amazônicas só seriam de novo lembradas pelos estadistas de Paris [...] em 1793”. Isso não quer dizer, contudo, que os franceses ficaram totalmente fora da região. A forma de intervenção alterou-se, modernizou-se, sendo que os franceses passaram a utilizar o argumento da ciência para legitimar não somente o acesso à terra, sobretudo, para dar legitimidade a seus argumentos. Um dos episódios descritos por Goycochêa (1963, p. 33) foi a viagem de La Condamine que tinha como objetivo medir a circunferência terrestre, mas que em verdade fazia parte do plano francês maior, de deslegitimar a posse portuguesa da região, como evidencia Goycochêa (1963, p. 33).

Foi dito e repetido atrás que a França, depois de Utrecht, não mais fez tentativas para alargar seus domínios territoriais na América Meridional (costa guianense). Em verdade não os fez ostensivamente mandando invadir as terras apetecidas e nem voltou a discutir pretensos direitos por intermédio das respectivas chancelarias, mas também é verdade que nunca deixou de dar mostras da intenção que alimentava nesse sentido, agindo sub-repticiamente, segundo plano bem engendrado. Consistia esse plano no seguinte: ‘1.º) Em adiantar o conhecimento de todas as terras, e sítios daquele continente; 2.º) em ordem de melhor obter esse conhecimento, fazer empreender com o pretexto do exame científico da figura da Terra, uma viagem de exploração a Condamine, e outros acadêmicos, que examinando as cordilheiras dos Andes, e as vertente dos rios Negro e Amazonas, desciriam por esse rio, de que levantariam a respectiva carta, que serviria de retificar a do Padre Fritz; 3.º) despertar por meio de publicações, a opinião pública em França, pelos interesses e vantagens, que encerrava e prometia o continente de Caiena; 4.º) aumentar a força da sua guarnição, e número de seus habitantes’

4. PERÍODO DE RATIFICAÇÃO

4.1 Antecedentes ibéricos

As relações diplomáticas entre as duas metrópoles ibéricas durante as primeiras décadas do século XVII foram extremamente tumultuadas, principalmente pelos acontecimentos narrados no capítulo anterior, ou seja, a Guerra de Sucessão Espanhola. Com a morte de Carlos II e os desdobramentos de sua sucessão, em um primeiro momento os portugueses de Dom Pedro II foram partidários das causas francesas e espanholas, contudo, com o tempo e as desavenças entre as partes, uma nova aliança se fez, no dia 16 de maio de 1703, com a com a Grande Aliança. Essa mudança causou não somente a alteração das relações com a França, que se empenhou ainda mais em fustigar a presença portuguesa no Cabo Norte, mas também com a Espanha.

Nesse sentido, outro ponto do território de sua colônia americana, que também gerava apreensão na corte portuguesa, no início do século XVIII - além da região do Cabo Norte, em disputa com a França – era o extremo sul, especificamente na embocadura do Prata, na chamada Colônia do Santíssimo Sacramento. O assentamento em Colônia data do final de 1678, quando o tenente-general Jorge Soares de Macedo dirigiu uma expedição que, nas palavras de Miguel da Silva Paranhos do Rio Branco (1953, p. 07) seguia “de Santa Catarina, seguiu em direção da futura colônia à procura das minas de prata que houver neste sertão até Buenos Aires”. Em vista de garantir a posse dos territórios ocupados pelos bandeirantes, Dom Pedro II decidiu ordenar a construção de uma estrutura fortificada.

A mando de Pedro II, o capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo desembarcou em 1º de janeiro de 1680 na localidade e fundou a colônia oficialmente. A estrutura localizava-se “na margem esquerda do Prata, quase em frente a Buenos Aires” (RIO-BRANCO, 1953, p. 9). No momento imediatamente após a fundação, os espanhóis de Buenos Aires foram averiguar a situação, buscando saber “quais as intenções com que se entrava no território de Sua Majestade Católica. Tendo d. Manuel Lobo respondido que aquelas paragens pertenciam a jurisdição portuguesa” (RIO-BRANCO, 1953, p. 9).

Essa conversa tem muita similaridade com aquela que seria estabelecida no ano de 1688 entre o representante português e o francês no Cabo Norte, cujo relato está na sessão 2.3. No caso citado, que ocorreu no Norte, porém, os portugueses já estavam na posição enquanto os franceses requisitavam. No Sul, contudo, ocorreu contrário, pois eram os espanhóis que estavam na região, visto que haviam fundado Buenos Aires no ano de 1536 e os portugueses chegavam, no ano de 1680, dizendo ter jurisdição segundo não somente Tordesilhas, mas também devido

a aquiescência do papa Inocêncio II a um pedido de Portugal que tornava a margem direita do Prata jurisdição espiritual do bispado do Rio de Janeiro.

O governador de Buenos Aires, ignorando as justificativas portuguesas enviou uma intimação formal exigindo a retirada dos portugueses, que foi ignorada. Com isso, o governador mobilizou o mestre de campo Antônio de Vera Mojica para enfrentar os portugueses. Os combates se iniciaram na madrugada do dia 07 de agosto do ano de 1680 e terminaram pouco tempo depois com a tomada da praça, a prisão de d. Manuel Lobo além do massacre da maioria dos habitantes portugueses e guaranis. A repercussão desse confronto em Lisboa não poderia ter sido pior. O então príncipe Dom João II ordenou imediatamente a preparação para a guerra. Os madrilenhos enviaram a Lisboa o Duque de Giovenazzo, para prestar satisfação ao regente.

Da visita um tratado provisório foi costurado, no qual os espanhóis não somente desautorizavam qualquer “procedimento patriótico”, por parte dos governadores de Buenos Aires, como também destituíam o então governador que havia perpetrado aquele ataque a Colônia. Além disso, não somente o território da Colônia do Sacramento seria restituído, como também as armas e munições. Esse evento relacionando a colônia do seria o primeiro de uma série de discussões que permearam a primeira metade do século XVIII, culminando na assinatura do Tratado de Madrid, em 1750.

No dia 08 de junho de 1701 os portugueses e espanhóis assinaram um tratado que confirmava o que havia sido discutido de forma provisória em 1681. A assinatura deste tratado fazia parte da aproximação entre Portugal, França e Espanha em meio a discussão em torno da sucessão espanhola. Os espanhóis e franceses comprometiam-se a não atacar as possessões portuguesas além mar, enquanto Portugal apoiaria a candidatura do neto de Luís XIV ao trono espanhol.

Com a assinatura do acordo com a Grande Aliança, no ano de 1703, contudo, França e Espanha tornaram-se rivais, nesse sentido, como retaliação, no ano de 1704 d. Alonso Valdez Inclan atacou Sacramento que, sem meios para repelir o ataque, o governador português, General Sebastião Veiga Cabral, capitulou. O território ficaria em mãos espanholas até o ano de 1616. No dia 6 de fevereiro de 1715, o tratado entre Portugal e Espanha é assinado em Utrecht, sendo que consta nesse acordo, especificamente pelos artigos V, VI e VII, que “nem só havia restituição, como declarava Felipe, por si e por seus herdeiros, desistir de toda ação e direito sobre o território e colônia do sacramento situada na margem setentrional do Rio da Prata, que ficariam pertencentes a dom João V e seus sucessores” (RIO-BRANCO, 1953, p. 11). Sendo assim, no ano de 1716 os espanhóis entregaram Colônia a Manoel Gomes Barbosa.

Em relação ao Tratado de Utrecht assinado com a Espanha, duas coisas devem ser elencadas. A primeira delas é que os espanhóis, embora tenham desistido “de toda ação e direito sobre o território e colônia do sacramento”, eles argumentavam que o território português não significava toda a margem esquerda do Prata e sim “o território compreendido no alcance de um tiro de canhão” (RIO-BRANCO, 1953, p. 11). Além disso, ficou decidido entre as duas coroas que “no prazo de um ano e meio a contar da data da ratificação, poderia o soberano espanhol oferecer um equivalente pela colônia, mas sua aceitação dependia da aceitação e do agrado de S. Majestade Portuguesa” (ALMEIDA, 1990, p. 7).

Foi essa cláusula, inserida na versão final a pedido dos espanhóis, que anos mais tarde serviria de base para que Alexandre de Gusmão, tivesse a certeza de que a ideia de uma compensação mundial em relação aos vilipêndios realizados pelas duas coroas poderia ser aceita. Ou seja, um território invadido poderia ser compensado por outro território, se fosse de comum acordo entre as partes. Esse é o cerne do Tratado de Madrid, ou como Virgínio Sampognaro chama, em artigo publicado em 1946, “Tratado de Permuta”.

Por fim, três eventos ainda devem ser elencados como antecedentes importantes ao Tratado de Madrid. O primeiro deles foi a criação, no ano de 1726, da cidade de Montevideo, hoje capital do Uruguai, que bloqueava a foz do Prata a jusante. Dessa maneira, tanto a jusante quanto a montante o caminho estava bloqueado, ou seja, Colônia estava ilhada pois não conseguia receber mantimentos pelo continente. Além disso, no ano de 1729, ocorreu a Troca das Princesas, ou seja, duplo casamento da infanta espanhola Mariana Vitória de Espanha com o herdeiro do trono português, José, Príncipe do Brasil, e de seu meio-irmão mais velho Fernando, Príncipe das Astúrias, com a irmã de José, a Infanta Bárbara de Portugal. Esse casamento seria muito benéfico a Portugal, visto que o rei espanhol Fernando VI era extremamente submisso a Maria Bárbara de Bragança, o que beneficiou a negociação. Por fim, no dia 28 de novembro de 1735 o governador de Buenos Aires iniciou um sítio a Colônia, ao qual Antônio Pedro de Vasconcellos resistiu bravamente. O governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais mandou reforços para a região do Rio Grande do Sul, que ocuparam e fortificaram a região. Sobre esse episódio, escreve Miguel da Silva Paranhos do Rio Branco (1953, p. 12):

Entraram novamente os dois governos em acordo e, a 16 de março de 1737, expediram "ordens de cessação de hostilidades em América, ficando aí as coisas na situação em que estivessem, à chegada das intimações. A suspensão da luta duraria até ajuste definitivo e final das duas coroas, sobre as suas possessões no novo mundo"

Os eventos elencados demonstram qual era o clima das relações entre as duas metrópoles ibéricas nos anos anteriores a assinatura do Tratado. Como pudemos perceber, em relação a metrópole espanhola e a portuguesa, existia muito mais desconforto em pelas

violações no Sul do que no Norte. O Sul era visto como a região mais importante em termos de mineração e comércio para os madrilenhos, isso explica os constantes embates entre os ibéricos na região, que muitas vezes eram perpetrados sem anuência da metrópole. Esses acontecimentos acabaram por gerar rivalidade que seria aflorada após a conclusão do Tratado, principalmente em termos de opinião pública, como veremos na próxima seção.

4.2 Antecedentes imediatos do Tratado de Madrid (1750)

Após mais de dois séculos e meio de indefinição em relação a fronteira entre os dois reinos ibéricos na América, as duas coroas uniram esforços mais uma vez em vista de prover as delimitações. Os portugueses membros do Conselho da Índia, como evidencia David M. Davidson (1973 p. 54, *apud* GOES FILHO, 2015, p. 223), suspeitavam desde a década de 1720 “que parte substancial do interior do Brasil estava a oeste da linha de Tordesilha”. Dessa maneira, para garantir a soberania portuguesa dos territórios conquistados, a oeste da linha de Tordesilhas, o conselho, considerava “a ocupação uma base para a soberania muito mais sólida do que a divisão tradicional, e os acidentes geográficos os únicos marcos adequados para a demarcação territorial” (DAVIDSON, 1973, p. 54, *apud* GOES FILHO, 2015, p. 223). A ocupação deveria ser empreendida em vista de se utilizar na tessitura do Tratado de Madrid de 1750 o princípio do *uti possidetis*, ou seja, um artifício que até então era comum no direito privado e que, pela astúcia de Gusmão, passaria a ser utilizado também no direito público. Sobre a utilização do princípio e o envolvimento de Gusmão em sua utilização, Goes Filho (2016, p. 223) escreve:

Vamos sintetizar sobre Madri. Em que pese uma ou outra opinião em contrário, o *mainstream* do pensamento histórico atual está certo de que foi Alexandre de Gusmão o estadista que mais claramente viu a conveniência de se utilizarem as regras do *uti possidetis* e das fronteiras naturais para limitar as imensas áreas coloniais do centro da América do Sul e teve a coragem de, depois de tanto esforço, tantas lutas, tantas mortes, aceitar a troca da Colônia do Sacramento e, portanto, abandonar o velho sonho do Prata.

Em relação à vontade das coroas ibéricas estabelecer negociações para a tessitura de um tratado de limites, muitos haviam sido os enviados da parte de Portugal em direção a Madrid²². Todas as negociações iniciadas, contudo, argumentava Alexandre de Gusmão, que foi o verdadeiro artífice do tratado, tinham um denominador comum que impedia o avanço, ou seja,

²² Pedro de Vasconcellos, Embaixador em Madri (1715-1718); Manuel de Siqueira, Encarregado das "dependências" (1718-1719); D. Luis da Cunha, Embaixador (1719-1720); Antônio Guedes Pereira, Enviado Extraordinário (1720-1727); José da Cunha Brochado, Enviado Extraordinário (maio a dezembro de 1725); Marquês de Abrantes, Embaixador Extraordinário (1722-1729); e, finalmente, Pedro Alvares Cabral, Ministro Plenipotenciário (1729-1731) (RIO-BRANCO, 1953, p. 26).

a busca portuguesa pela manutenção da Colônia do Sacramento e das terras vizinhas. Como vimos na seção anterior, que aborda os Antecedentes Ibéricos, Alexandre de Gusmão, viu em uma das cláusulas do Tratado de Utrecht, assinado entre Portugal e Espanha no ano de 1715, um indicativo de que os espanhóis estavam dispostos a trocar o território de Colônia por outro, que fosse de comum acordo do rei português.

Jaime Cortesão (2006, p. 235) argumenta que são três as razões que podem ter levado o rei português a abdicar da defesa de Colônia. O primeiro motivo foi a “existência de vastos equivalentes, ou seja, a necessidade de garantir a posse do novo e Extremo Oeste brasileiro contra o instinto de defesa [espanhol]” (CORTESÃO, 2006, p. 235). O segundo motivo diz respeito a bravura com a qual os espanhóis defendiam Colônia, causando muitos custos ao erário português para garantir a manutenção do pequeno território, cada vez mais custoso. Sem falar que, dentre as muitas tentativas de negociação que haviam se iniciado em vista de redigir um tratado que delimitasse as fronteiras das colônias americanas, todas elas esbarravam no extremo Sul. Por fim, terceiro e último motivo, diz respeito ao temor de que a guerra entre Espanha e Inglaterra no ano de 1739, levasse os ingleses a invadirem não somente a banda meridional do Prata, como também a banda setentrional (CORTESÃO, 2006).

Os espanhóis, por sua vez, também viam com bons olhos uma negociação de limites, argumenta Jaime Cortesão (apud RIO-BRANCO, 1953, p. 30), por uma série de motivos, tendo eles caráter diplomático ou de ordem interna. Em termos diplomáticos, expõe Cortesão (apud RIO-BRANCO, 1953, p. 30), baseado em um “Informe sobre as Negociações para o Tratado de Limites” emitido pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ao Ministro Ricardo Well, os objetivos espanhóis eram dois.

O primeiro deles realizar um pacto de segurança recíproca com Portugal em vista de conter potências estrangeiras que estavam cada vez mais ousadas em suas incursões, além disso, sabotar a aliança luso-inglesa. Em relação as razões de ordem internas, elas eram três, a primeira delas relacionava-se a limitar a expansão portuguesa, ou ainda “usurpações de soberania”, por parte dos luso-brasileiros, que eram consideradas pelos espanhóis como “vertiginosas”. Além disso, coordenar o Prata em sua totalidade e por fim, nas palavras de Cortesão (apud RIO-BRANCO, 1953, p. 30) “realizar na América Meridional, o mesmo equilíbrio e delimitação de soberania proposto pelo Governo português, aproveitando-se para isso das grandes balizas naturais do Amazonas e do Prata”.

Em relação a estratégia portuguesa, estabelecida por Gusmão, seria a de se utilizar do Tratado de Tordesilhas contra a Espanha (RIO BRANCO, 1953). Ou seja, de acordo com Tordesilhas, tanto as Filipinas, dominadas pelos espanhóis, quanto as Molucas, ilhas de

especiarias que foram compradas por Portugal no ano de 1529, estavam no território que cabia a Portugal. Desse modo, a compensação paga pelos portugueses quando da assinatura do Tratado de Saragoça, no ano de 1529, foi em vão. Além disso, Gusmão ocupou-se de “convencer a Espanha de que a restituição das conquistas seria muito superior ao valor das terras ocupadas pelos luso-brasileiros a Oeste do meridiano de 1494” (RIO BRANCO, 1953, p. 32). O que de fato serviu de substrato para o argumento português foi o grande conhecimento cartográfico que os portugueses tinham naquela época.

O saber cartográfico português é abordado em detalhes por Júnia Ferreira Furtado, em seu livro “O Mapa que Inventou o Brasil”, lançado no ano de 2013 pela Versal. Júnia descreve, em seu livro, a relação próxima entre Dom Luiz da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, grande cartógrafo do rei francês, que desenhou o mapa que serviu de base para a construção do Mapa das Cortes. O mapa de d'Anville, *Carte de L'Amérique Méridionale*²³, seria publicado no ano de 1748, contudo, após pedidos de Dom Luiz da Cunha, grande patrocinador e responsável pela doação de muito substrato para a confecção dos mapas, a publicação foi postergada até 1751. Se o mapa de d'Anville fosse de fato publicado, todo o argumento de Gusmão de que a “restituição das conquistas seria muito superior ao valor das terras ocupadas” teria ruído (FURTADO, 2013).

Sobre as estratégias das duas monarquias, escreve Goes Filho (2016, p. 225):

O que Portugal buscava era negociar um tratado equilibrado, que, à custa de ceder no Prata, se necessário, conservasse a Amazônia e o Centro-Oeste e criasse, no Sul, uma fronteira estratégica que vedasse qualquer tentativa espanhola nessa região, onde a balança de poder pendia para Buenos Aires. Alexandre, ao defender o Tratado mais tarde, em 1751, das acusações do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, antigo governador da Colônia, diz que sua finalidade era “dar fundo grande e competente [...] arredondar e segurar o país para a Espanha, o alvo primeiro era parar de vez a expansão portuguesa, que comia gradativamente pedaços de seu império na América do Sul; depois, reservar a exclusividade do estuário platino, evitando o contrabando da prata dos Andes, que passava por Colônia; e, finalmente, com a paz proporcionada por um acordo, impedir que a rivalidade peninsular na América fosse aproveitada por nações inimigas de Madri, numerosas na Europa, para aí se estabelecerem.

Além do saber cartográfico, beneficiava Portugal a grande presença militar e populacional nas regiões contestadas. Um dos pontos mais destacados nesse trabalho, presente no capítulo chamado Período de Incorporação, foi o empenho português em garantir que nenhum outro Estado Europeu estivesse presente na hinterlândia amazônica. Vale destacar que boa parte do território além Tordesilhas requisitado por Portugal no Tratado de Tordesilhas refere-se ao vale amazônico. Sendo assim, todo o empenho militar português durante, principalmente o século XVII, em expulsar holandeses, irlandeses, ingleses e franceses

²³ Mapa da América do Sul

mostrou-se extremamente útil durante as negociações do Tratado de 1750, isso porque dava base para a utilização do princípio do *uti possidetis*. A presença lusitana nas regiões contestadas a Oeste de Tordesilhas, principalmente na Amazônia, era incontestada. A monarquia espanhola, durante o período de União Ibérica (1580-1640) foi uma das impulsionadoras da ocupação portuguesa da região amazônica, como pudemos perceber pela carta de doação da Capitania do Cabo Norte emitida em 14 de junho de 1637, pelo rei Filipe IV da Espanha a Bento Maciel Parente.

Em relação a Alexandre de Gusmão, o artífice do Tratado, muito já foi escrito. O principal livro sobre sua pessoa, assim como sobre o Tratado de Madrid, foi escrito por Jaime Cortesão, no ano de 1950, em comemoração ao segundo século da tessitura do acordo. O título do livro é “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid”, publicado, em dois volumes, pelo Instituto Rio Branco. O primeiro volume da obra retrata os antecedentes do Tratado, ou seja, vai de 1695, ano de nascimento de Gusmão, até 1735, ano em que os espanhóis invadiram Colônia. Já o segundo tomo, por sua vez, vai de 1735 até o ano de 1753, quando morreu Alexandre de Gusmão. Cortesão expõe o papel que Alexandre de teve na idealização do Tratado, assim como na organização de sua implementação.

Gusmão foi a mente pensante por trás dos argumentos que foram escritos, mas não trabalhou diretamente na tessitura do Tratado. Por ser brasileiro e ter vivido boa parte de sua vida em países estrangeiros, era chamado pejorativamente de *brasílico* e *estrangeirado*. *Estrangeirado* era um termo pejorativo utilizado pelos portugueses da elite para designar aqueles que estiveram por muito tempo no exterior e haviam se “contaminado” com as ideias iluministas. Em relação a *brasílico*, dizia respeito a origem de Gusmão, ou seja, brasileiro, nascido em Santos, litoral de São Paulo. Mesmo estando em um local tão conservador quanto Lisboa no século XVIII, Alexandre de Gusmão, com sua aptidão, conseguiu tornar-se secretário particular do rei e tomar conta da confecção de um dos mais importantes tratados assinados por Portugal em toda a sua história.

Gusmão, mesmo sendo o mais preparado para a tarefa de conduzir a construção de um Tratado, não esteve na linha de frente. O santista havia passado anos trabalhando como Conselheiro de Capa e Espada e Ministro do Conselho Ultramarino, sendo que foi com esse cargo que mandou realizar sistemáticos estudos cartográficos do Brasil, entrando em contato com muitos mapas das zonas em disputa. Um dos maiores exemplos do empenho português nesses estudos foi o envio, no ano de 1729, dos que ficaram conhecidos como sendo os “padres matemáticos”, que tinham, nas palavras de Goes Filho (2016, p. 218), “a missão de elaborar um novo atlas da colônia”. Embora o atlas que nunca tenha sido organizado, muitos dos mapas

desenhados pelos padres alimentaram o trabalho de Gusmão em vista de colonizar o Brasil - assim como, por intermédio de Dom Luís da Cunha, os mapas também acresciam no empenho de d'Anville em produzir um Mapa da América do Sul. Pode-se argumentar, com isso, que desde “pouco antes da metade do século, Portugal encontrava-se, pois, preparado para negociar com a Espanha”, faltando apenas uma, nas palavras de Goes Filho (2016, p. 224) “oportunidade histórica”.

A esperada oportunidade surgiu com a ascensão ao trono de Fernando VI, genro de D. João V e marido de Maria Bárbara de Bragança. Válido destacar que os dois reis de Espanha haviam se casado na cerimônia da Troca das Princesas, do ano de 1729. Pode se dizer, com isso, que não somente o clima entre as duas coroas era propício, como ele tendia ao lado português, visto que Maria Bárbara exercia muito poder sobre Fernando VI. Como expõe Rio-Branco (1953, p. 27), “logo que se iniciou o reinado de Felipe V a influência de D. João V positivou-se na imediata melhora das relações entre as duas cortes”. Além de reinados com bastante sinergia, pode-se dizer que o fato de os dois reinos se encontrarem “fatigados pelas repetidas complicações surgidas em redor dos limites entre suas posições da América do Sul” também influenciou positivamente o início das negociações.

4.3 O Tratado de Madrid (1750)

Após a reunião dos plenipotenciários, pelo lado espanhol o Primeiro-Ministro, D. José de Carbajal y Lancaster enquanto do lado português o General Tomás da Silva Teles, as negociações iniciaram. Uma série de pautas foram confrontadas entre as duas monarquias. O primeiro ponto de confronto relacionou-se a discussão sobre a realização de uma série de acordos sucessivos para sanar as divergências ou a tessitura de um único acordo geral. Os portugueses defendiam a tessitura de um acordo geral, enquanto os espanhóis a realização de uma série de ajustes sucessivos. Dessa primeira discussão, os portugueses saíram em vantagem, pois um acordo geral foi firmado. Além disso, os portugueses propunham ainda o abandono total do Tratado de Tordesilhas, assinado no ano de 1494, visto que havia sido violado pelos lusitanos na América e pelos espanhóis na Ásia. Mais uma vez os preceitos portugueses foram levados em consideração.

Os pontos discutidos posteriormente relacionam-se a implementação das três estratégias portuguesas que foram desenhadas antes mesmo das negociações começarem. Em relação as três estratégias, são elas: à utilização do princípio do *uti possidetis*, a utilização de determinantes geográficos e não, como foi em Tordesilhas, uma fronteira geodésica para delimitar as fronteiras e, por fim, a troca da Colônia do Sacramento por outro território que faça menor dano

as relações entre os reinos. Todos os três pontos portugueses foram acatados pelos negociadores de ambas as coroas. Os espanhóis, em seus encaminhamentos não gostariam de envolver as ilhas do pacífico na discussão, ou seja, a ordem era “prescindir de qualquer alegação nesse hemisfério” (GOES FILHO, 2016, p. 226).

O temor espanhol relacionava-se, principalmente as circunstâncias haviam levado os espanhóis a deterem a posse de tais ilhas, ou seja, a União Ibérica. Foi durante o período da União Ibérica que, aproveitando-se das fragilidades do Império Português, subtraíram para si a soberania das ilhas do pacífico que eram comandadas pelos portugueses. Essa recusa espanhola em relativizar a soberania no pacífico dava margem de manobra para os portugueses agirem de modo mais incisivo em suas pretensões amazônicas. Isso porque um dos momentos mais profícuos em termos de expansão portuguesa a oeste de Tordesilhas foi durante a União Ibérica, então tornou-se uma situação em que ambos ganhavam, os portugueses na América enquanto os espanhóis na Ásia.

Como vimos na sessão anterior, o grande trunfo de Gusmão seria convencer os espanhóis, utilizando-se de sua “supremacia cultura em geografia e história”, de que o território que os portugueses haviam ultrapassado na América tinham dimensões mínimas em relação ao que eles haviam conquistado na Ásia (RIO BRANCO, 2016, p. 32). Para que seu trunfo funcionasse, no começo do ano de 1749, Gusmão despacha para Madrid uma carta geográfica que continha a proposição Portuguesa dos limites entre as duas coroas nas Américas. A carta foi construída com base no grande conhecimento geográfico que os portugueses haviam adquirido da região se tornou famosa com a designação de “Mapa das Cortes”. Trata-se do “primeiro mapa do Brasil, com a forma quase triangular hoje familiar a todos”, nas palavras de Synesio (2016, p. 228). O mapa representa os territórios portugueses além Tordesilhas como sendo diminutos, dando a “impressão de haver poucos ganhos territoriais, sobretudo [no] Centro-Oeste” (GOES FILHO, 2016, p. 228). Mesmo com tamanha distorção, o mapa foi aceito pelas delegações, sendo que após a aprovação do Tratado, ele serviria de base para a demarcação das terras.

Sobre o mapa, escreve Cortesão que ele foi “propositadamente viciado nas suas longitudes para fins diplomáticos” (CORTESÃO, 1950, p. 329, *apud* GOES MONTEIRO, 2016, p. 228). Roberto Simonsen, mais didático, escreve:

A carta do Brasil está visivelmente deformada, apresentando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a linha de Tordesilhas (um erro de nove graus). Essa construção, mostrando ser menor a área ocupada, talvez tenha sido feita visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do *uti possidetis*, que integrou na América portuguesa tão grande extensão de terras ao oeste

do meridiano de Tordesilhas (SIMONSEN, p. 332, apud GOES MONTEIRO, 2016, p. 228)

O mapa deu uma imagem - imprecisa - ao território além Tordesilhas, mas não foi o que fez com que os espanhóis aceitassem renunciar àquele espaço. O que de fato fez com que os espanhóis acatassem o tratado, e com isso perdessem parte substancial de seu território, foi a irreversibilidade da presença lusitana na Amazônia. Como pudemos ver pelo Período de Incorporação, os portugueses haviam se instalado na foz do Amazonas, porta de entrada da hinterlândia amazônica e haviam estabelecido posições fortificadas durante todo o rio em localidades estratégicas. Esse fato, atrelado a formação de vilas nas cercanias das posições fortificadas, foi o que realmente fez com que houvesse concordância entre as partes. Sendo assim, acomodadas as demandas, no dia 13 de janeiro de 1750, o Tratado foi assinado pelos negociadores, ratificando pela coroa portuguesa no dia 26 de janeiro enquanto pelos espanhóis no dia 8 de fevereiro. Com isso, estava ratificada a incorporação do território amazônico ao império português.

O preâmbulo do Tratado assinado deixa claro que três dentre os grandes pilares da estratégia portuguesa formam incorporados na versão final do Tratado. Sendo assim, Tordesilhas havia sido abolido, a delimitação das fronteiras seguiria parâmetros conhecidos, ou seja, seria uma fronteira do tipo fisiográfica; além disso, o princípio do *uti possidetis* foi levado em conta para a decisão de quem ficaria com as terras do Centro-oeste e Amazônia.

O primeiro artigo, confirmando o que foi exposto no preâmbulo, delimita que a bula de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e Saragoça estavam permanentemente abolidos. Além disso, no segundo Artigo os portugueses “para sempre, sem embargo de qualquer pretensão”, renunciavam às ilhas Filipinas. Pelo Artigo III, os portugueses tornaram-se donos dos territórios ocupados a montante da foz do Amazonas, assim como os territórios do Oeste, no Mato Grosso. Nos seguintes artigos as fronteiras entre os domínios das duas coroas são esmiuçadas e uma série de normas, parâmetros e parâmetros foram adotadas para o balizamento.

O Artigo XIII é um dos mais importantes do Tratado, pois foi por meio dele que "Sua Majestade Fidelíssima em seu Nome, e de seus Herdeiros, e Sucessores, [cedeu] para sempre à Coroa de Espanha a Colônia do Sacramento e todo o seu Território adjacente a ela, na margem se tensional do rio da Prata, [bem como] a navegação do mesmo rio da Prata". Como contrapartida os espanhóis, como colocado no Artigo XIV cediam a margem oriental do Guaporé assim como os chamados Sete Povos das Missões, no Oeste do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul.

Existe uma grande distinção entre as fontes bibliográficas portuguesas e espanholas no que se refere às avaliações desse tratado. Os espanhóis referem-se ao tratado em termos de desconfiança, falta de necessidade ou mesmo lesão à pátria. Virgílio Sampognaro (1946, p. 188), historiador uruguaio, é extremamente enfático ao afirmar que a *“España, en 1750, no tenía ninguna necesidad de fijar o sistematizar la frontera de sus dominios en América; esa frontera estaba ya perfectamente fijada de derecho desde fines del siglo XV,”*²⁴ ou seja, desde Tordesilhas. Além disso, o historiador uruguaio ainda recorda que após 1726, com a fundação de Montevideo, o território de Colônia estava ainda mais isolado, pois tanto a jusante quanto a montante existiam fortificações espanholas e, pelo continente, a conexão era impraticável. Sendo assim, em poucos anos a colônia iria desaparecer (SAMPOGNARO, 1946, p. 188). O historiador argentino, Carlos Correa Luna, por sua vez, argumenta que Madrid *“legitimó una magna usurpación territorial”*²⁵ (LUNA *apud* SANZ, 1957, p. 14). Nem mesmo a rainha, Dona Maria Bárbara de Bragança e o Primeiro-Ministro, D. José de Carbajal y Lancaster, negociador espanhol, passaram ilesos, sob acusação de traição nacional e lesão à pátria.

Pelo lado português, por sua vez, o discurso é relativamente diferente. Rio Branco escreve que “o estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão de boa-fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz” (RIO BRANCO, 2012, p. 21 *apud* GOES FILHO, 2016, p. 198). O jurista Rodrigo Octavio escreve que o Tratado de Madrid de 1750 é “um dos documentos mais notáveis da história diplomática do mundo, e no qual a razão de Estado foi propositadamente posta de lado a fim de facilitar condições de interesse geral” (OCTAVIO, 1930, *apud* RIO-BRANCO, 1953, p. 37).

Ferrand de Almeida, autor de Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750) escreve que o Tratado “ato diplomático de capital importância na história luso-brasileira, pois legalizou a vasta expansão territorial no continente para além do meridiano de Tordesilhas: os limites de facto transformavam-se em fronteira de direito” (ALMEIDA, 1990, p. 63). Outro autor que teceu considerações sobre o Tratado foi o brasileiro Robert Southey, escrevendo que:

A linguagem e o teor deste memorável tratado estão dando testemunho da sinceridade e boas intenções das duas cortes. Parecem na verdade os dois soberanos contratantes

²⁴ “A Espanha, em 1750, não precisava fixar ou sistematizar a fronteira de seus domínios na América; Esta fronteira já estava perfeitamente estabelecida por lei desde finais do século XV, e de facto desde o primeiro terço do século XVI, como se viu.

²⁵ “legitimou uma grande usurpação territorial”.

ter-se adiantado ao seu século procederam com uma lealdade, que quase pode considerar-se coisa nova na diplomacia, e tentando estabelecer perpétua paz nas suas colônias puseram um exemplo digno de recordar-se como meio praticável de minorizar os males de guerra

Em relação as demarcações, elas ocupam espaço no Tratado entre os artigos IV até o XIII. Nesses artigos os plenipotenciários ocuparam-se em elencar as “balizas [e] as passagens mais conhecidas para que em tempo nenhum se confundam, nem deem ocasiões a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis” (ABREU, 2000, p.187). Foram essas paragens elencadas que serviriam de base para as demarcações. Em relação a esses artigos, Miguel Paranhos de Rio Branco, em livro sobre o Tratado de Madrid, consegue sintetizar perfeitamente as ideias principais:

A fronteira começaria no Oceano, na barra do regato que deságua ao pé do monte Castilhos; seguiria a divisão das águas, ficando a bacia de Leste, a da lagoa Mirim, portuguesa, e a do Oeste, a do rio Uruguai, espanhola. Dali, iria até as cabeceiras dos rios Negro e Ibicuí, descendo pelo álveo deste à margem oriental do rio Uruguai, sendo lusas as terras do norte e castelhanas as do sul. Da barra do Uruguai, a linha continuaria pelo álveo do caudal até a barra do Pepiri, subindo por este até a sua origem, e, pelos altos do terreno, até a cabeceira principal do rio mais vizinho, afluente do Rio Grande de Curitiba, o Iguazu. Desceria o curso do mesmo até o rio Paraná, cujo curso seguiria, águas acima, até a barra do Iguereí. Seguido o curso deste rio e o alto das terras, a fronteira alcançaria a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguasse no rio Paraguai; por este desceria ao Paraguai, buscaria os pântanos, ou lagos de Xaraiés, e após atravessá-los, remontaria até a foz do rio Jauru. Deste ponto, seguiria em linha reta até a margem austral do Guaporé, frente à barra do rio Sararé, baixando pelo rio Guaporé até o Mamoré, e, por este, ao Madeira; seguiria então por este afluente do Amazonas até um ponto situado a meia distância entre este rio e a foz do Mamoré. Desse ponto, um paralelo geográfico dividiria as possessões respectivas até a margem oriental do rio Javari, cujo álveo continuaria o discrimine até o Amazonas. Seguiria águas acima deste e dos rios afluentes que mais se aproximassem do rumo do norte, até alcançar a cordilheira do Norte; entre os rios Orinoco e Amazonas, a linha protegia os estabelecimentos portugueses no rio Negro, impedindo uma possível invasão portuguesa no Orinoco.

Em relação as demarcações, elas seguiriam os ditames do “Tratado de Instruções”, assinado no dia 17 de janeiro de 1751 em Madrid. O tratado compreendia 37 artigos e alguns suplementos, posteriormente anexados, e dizia respeito aos deveres dos comissários responsáveis pela demarcação. Segundo Sampognaro (1946, p. 196-197), o Tratado tinha os seguintes termos:

El artículo 1.º fija el lugar donde debían encontrarse ambos Comisarios y reunir sus respectivas Comisiones. El artículo 5.º trata del ceremonial diplomático a seguir entre las dos Comisiones, requisito que le merece gran cuidado. El artículo 8.º dice: «Los Comisarios Jefes despa- charán tres "partidas" ("tropas" en el texto portugués) de Comisarios sustitutos, astrónomos, ingenieros y geógrafos, con sus capellanes, cirujanos, escoltas y gente de servicio», lo cual da una idea de la importancia de cada partida o sub-comisión. El artículo 9.º fracciona la línea a demarcar en segmentos, destinándole las subcomisiones que deben recorrerlos. Y, por fin, el artículo 25 contiene este original concepto: «Los Comisarios, geógrafos y demás personas inteligentes, etc.

A demarcação do território sul, como argumenta Sampognaro (1946, p. 197), começou “*em plena fraternidade y galanteria, organizándose en ambos campamentos fiestas, bailes, serenatas*”²⁶. O primeiro marco de fronteira foi cravado no dia 19 de outubro de 1752, em um local que hoje é a costa uruguaia. As demarcações vinham seguindo o Mapa das Cortes, sendo que em um primeiro momento, tudo estava seguindo como o planejado. Os primeiros embates, contudo, deram-se em meio a questionamentos de ordem topográfica, visto que “*los accidentes en el terreno no correspondían con los dibujados en las cartas; los rumbos y las distancias no concordaban; los nomes no coin coincidían*”²⁷. Essas indefinições surgiram, em grande medida, em virtude da carta que estavam utilizando na demarcação, visto que ela tinha suas latitudes completamente desvirtuadas como visto anteriormente.

As indefinições geravam discussões, que evoluíam para atritos que travaram o processo de demarcação. Um fenômeno acabou agravando ainda mais as indefinições relativas à demarcação, ou seja, a Guerra Guaranítica, que se iniciou com a resistência dos guaranis em acatar os mandos portugueses. A guerra durou de 1753 até 1756 e culminou na morte de milhares de indígenas. Após a guerra, contudo, o clima das demarcações não retornou ao que era nos primórdios e ela acabou sendo interrompida.

O processo de demarcação no Norte não foi de todo diferente. As comissões de demarcação foram montadas, sendo que a espanhola foi comandada por D. José de Iturriaga, enquanto a portuguesa foi liderada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Furtado, que entre os anos de 1751 a 1759 foi governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era irmão do Marquês de Pombal, sendo que com essa nomeação podemos perceber a importância que os portugueses davam para a região norte do território americano. As comissões deveriam reunir-se no ano de 1751 para demarcar a região dos rios Madeira, Javari, Negro e Japurá. O representante espanhol, contudo, somente encontrou-se com a delegação portuguesa no ano de 1759. Todo esse período em que não houve o encontro, serviu para que, seguindo a “*determinação geopolítica de Pombal*”, a Amazônia fosse efetivamente povoada por portugueses (RIBEIRO, 2006, p. 85).

Em uma tentativa de lusitanizar a região, muitos nomes de núcleos urbanos foram alterados, substituindo-os por nomes de cidades portuguesas, como Óbidos, Faro, Alenquer, Santarém, além disso, a capitania de São José do Rio Negro, onde hoje é a cidade de Manaus foi criada e uma fortificação construída (RIBEIRO, 2006, p. 85).

²⁶ Em plena fraternidade e galanteria, organizando-se em ambos os acampamentos festas, bailes e serenatas.

²⁷ Os accidentes do terreno não correspondiam com aqueles fixados nas cartas, os rumos e as distâncias não concordavam; os nomes não coincidiam.

Como pudemos perceber, nem no Norte e muito menos no Sul as demarcações andaram de acordo com o esperado. Em vista do insucesso das demarcações, mas também pelo fim das conveniências que possibilitaram a assinatura do Tratado, como a morte de D. João V, no ano de 1750, de Gusmão no ano de 1753 e a de Fernando VI de Espanha no ano de 1759, aos maiores avalistas do Tratado, o Tratado foi anulado (ALMEIDA, 1990, p. 63). Onze anos após sua assinatura, o acordo foi anulado pelo Convênio de El Pardo, também chamado Tratado de Anulação. Em relação a El Parto, Sampognaro (1946, p. 196-199) assinala as seguintes palavras:

El preámbulo afirma que el Tratado que se anula, en lugar de la mayor armonía que se buscaba con él, produjo efectos contrarios, y lo dice con las siguientes palabras: «El referido Tratado de límites (se refiere al de Madrid), estipulado sustancial y positivamente para establecer una perfecta armonía entre las dos Coronas y una inalterable unión entre sus vasallos, por el contrario, desde el año 1752 ha dado y dará en lo futuro muchos y muy frecuentes motivos de controversias y contestaciones opuestas a tan loables fines; sobre este claro conocimiento los Serenísimos Reyes, de mutuo acuerdo, y prefiriendo a todo y cualesquiera otros intereses el de hacer y cesar y remover, hasta la más remota ocasión que pueda alterar, etc.»²⁸

O que se pode argumentar, contudo, é que mesmo com a decisão por anular o Tratado de Madrid, no ano de 1761, os preceitos fundamentais do Tratado permaneceram. No ano de 1777, as coroas voltaram a reunir-se, assinando o tratado que viria a se chamar Santo Idelfonso. O que argumenta Almeida (1990, p. 63) é que os preceitos de Madrid voltaram a ser adotados “pelos negociadores de Santo Idelfonso (1777), exceto no setor meridional, que sofreu alterações favoráveis a Espanha, então em posição de força, graças a conquista recente da Ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento”. Nesse sentido, com pequenas diferenças, como a incorporação definitiva da região de Sete Povos das Missões, no ano de 1801, a compra do Acre, no ano de 1903, ratificada pelo Tratado de Petrópolis, além de outras “pequenas ratificações”, o mapa hodierno do Brasil é em grande medida é fruto do empenho diplomático português, capitaneado por Gusmão, em fazer valer suas prerrogativas na assinatura do Tratado de Madrid no ano de 1750 (ALMEIDA, 1990, p. 63).

²⁸ O preâmbulo afirma que o Tratado que se anula, em vez da maior harmonia que com ele se pretendia, produziu efeitos contrários, e diz-nos com as seguintes palavras: «O referido Tratado de limites (refere-se ao de Madrid), substancial e positivamente estipulado para estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma união inalterável entre seus vassallos, pelo contrário, desde o ano de 1752 deu e dará no futuro muitos e muito frequentes motivos de conflito, controvérsias e respostas opostas a tais propósitos louváveis; sobre este claro conhecimento os Sereníssimos Reis, de comum acordo, e preferindo a tudo e quaisquer outros interesses o de fazer e cessar e afastar, mesmo a mais remota ocasião que se altere, etc.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sinergia entre a atuação do governo colonial e a diplomacia europeia foi fundamental para que o território a Oeste de Tordesilhas fosse incorporado à América Portuguesa. Como pudemos perceber, o governo português foi o grande fiador da expansão colonial, principalmente pela hinterlândia amazônica. A incorporação portuguesa dos territórios além Tordesilhas foi um ato contínuo e extenuante de batalhas. Essas batalhas foram travadas tanto no campo militar quanto no campo diplomático.

A atuação da diplomacia portuguesa, que no presente trabalho remonta ao século XIV, em suas diligências juntamente com a cúria católica, sempre com absoluta presteza, foi responsável por alcançar muitos benefícios que justificavam a expansão pelo além mar. Esses benefícios, embora brevemente perdidos durante o papado de Alexandre VI, pela atuação diplomática no ano de 1494, na cidade espanhola de Tordesilhas, seriam novamente assimilados pelos lusitanos. A assinatura do Tratado de Tordesilhas, como vimos, foi um marco nas Relações Internacionais, pois foi a primeira vez que dois Estados soberanos debatiam política internacional sem a direta participação da Igreja Católica.

O Tratado de Tordesilhas, com suas diversas lacunas, foi responsável por regular os limites entre espanhóis e portugueses na América por mais de dois séculos. A atuação americana portuguesa ganhou força no segundo século de colonização, entre 1601 e 1701. Foi nesse período que houve o combate às invasões estrangeiras, interessadas não somente em extrair produtos da floresta amazônica, como também em colonizar a região. Esse interesse fez com que os portugueses tivessem de se mobilizar com vistas a garantir a soberania da região. Essa mobilização foi o que impediu que os estrangeiros tomassem posse da foz do Amazonas e justificou, um século mais tarde, a ratificação da anexação dos territórios pela coroa portuguesa em detrimento da coroa espanhola. Os portugueses construíram inúmeras estruturas fortificadas na região, tanto na região da Foz, a exemplo das fortificações de Belém (1616) e Gurupá (1623), quanto no interior da hinterlândia amazônica, a exemplo do Forte de São José do Rio Negro (1669), onde hoje é a cidade de Manaus.

Os franceses, primeiro país não ibérico a navegar pela costa brasileira, tentaram por diversas vezes estabelecer um posto colonial no território que cabia a Portugal por Tordesilhas. A primeira iniciativa colonial deu-se com Villegagnon, no ano de 1555, quando os franceses tentaram instalar-se onde hoje é a Ilha do Governador, na cidade de Rio de Janeiro. A iniciativa foi contida e os estrangeiros expulsos. A segunda tentativa ocorreu no ano de 1605, quando o Marquês de Ferrolle empreendeu, em nome do rei francês, a segunda tentativa de colonização.

Assim como a primeira tentativa, a reação portuguesa foi empreendida e no ano de 1614, na Batalha de Guaxenduba, os franceses, pela segunda vez, foram expulsos. O ano de 1614 também marca o início do empenho português em expulsar os estrangeiros da Amazônia, pois os esforços que antes estavam concentrados em expulsar os franceses de São Luís foram realocados para a região a Oeste de Tordesilhas, com apoio da Coroa.

Os demais estrangeiros que se fizeram presentes na Amazônia - holandeses, ingleses e irlandeses - tiveram seu empenho colonial extirpado de forma terminal pelo governo colonial português ainda durante o século XVII. A presença desses estrangeiros, como vimos, remonta o final do século XVI, anos 1599 e 1600, quando as primeiras estruturas de colonização foram construídas. As batalhas de expulsão foram extremamente duras, com centenas de mortes, não somente de colonizadores, mas principalmente de indígenas, que eram a grande instituição de apoio em todos os empreendimentos estrangeiros, mas os portugueses foram exitosos. Foi em meio à expulsão dos “hereges” que muitas estruturas de colonização foram construídas, aproveitando-se de estruturas já construídas. Essas estruturas, como visto, teriam especial importância no Tratado de Madrid, pois seriam as responsáveis por tornar irremediável a presença lusitana na região do rio das Amazonas.

O Tratado de Madrid, escrito, como visto, em um momento de grande comunhão entre as coroas foi o grande responsável por ratificar a incorporação da Amazônia, e dos demais territórios a oeste de Tordesilhas, na América Portuguesa. Baseado em três grandes eixos, delimitação das fronteiras seguindo paragens conhecidas, a adoção do princípio do *uti possidetis* além da abolição completa de Tordesilhas, o Tratado foi assinado no dia 13 de janeiro de 1750 pelos plenipotenciários, 26 de janeiro pelo monarca português e no dia 8 de fevereiro pelo monarca espanhol. Mediante a ratificação, uma estrutura ligada à demarcação foi criada e os balizamentos foram iniciados. Pouco mais de uma década após iniciado o processo, no ano de 1761, sem que o balizamento fosse completo, assinado pelas duas coroas, que já não cultivavam boas relações, foi assinado o Tratado de El Pardo. De texto esguio, o Tratado serviu para abolir Madrid.

No ano de 1777, um novo tratado de limites foi assinado entre as duas coroas, sendo ele o Tratado de Santo Ildefonso. Santo Ildefonso voltava a reconhecer as fronteiras delimitadas em Madrid, com poucas modificações, principalmente no território meridional da colônia. A adoção das considerações advindas de Madrid é um grande sinal não somente da solidez que o corpo do tratado emanava, mas também de suas implicações territoriais. Ou seja, os princípios que haviam sido elencados em Madrid não eram somente artificiais, como foi o caso de Tordesilhas, e sim seguindo preceitos naturais. Sendo assim, uma vez mais podemos perceber

que foi a incorporação do território amazônico pelos portugueses, em meio à expulsão dos estrangeiros e fortificação da região, os grandes diferenciais de Portugal em detrimento dos espanhóis, que salvaguardaram sua soberania mesmo em um novo tratado da região a oeste de Tordesilhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ALMEIDA, Luís Ferrand. **Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)**. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1990.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **1942 e o nascimento da moderna diplomacia**. Montevideú. VI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1991.
- AMARAL, Ribeiro do. Fundação de Belém do Pará: **jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BARRETTO, Annibal. Fortificações do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: **Biblioteca do Exército**, 2010.
- BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BROWN, Stephen R. 1494: **Como uma briga de família na Espanha Medieval dividiu o mundo ao meio**. São Paulo: Globo, 2013.
- BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: A saga dos primeiros colonizadores; Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- CAETANO DA SILVA, Joaquim. **O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa**. Tradução de Ana Paula Leitão e Marlene da Silva Furtado de Mendonça – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **O Fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje**. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira. Belém: Universitária Ufpa, 1999. Cap. 1. p. 129-193. (85-247-0184-6).
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2006, vol. II.
- COSTA, Graciete. **Guerra da. Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira**. 2015. 142 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação no Instituto de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2015.
- CROWLEY, Roger. **Conquerors: how Portugal forged the first global empire**. New York: Random House, 2015.
- FONSECA, Luís Adão da. **Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico: século xiv - século xvi**. Lisboa: Comissão Nacional Para As Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. 149 p.
- FURTADO, Junia Ferreira. O Mapa que Inventou o Brasil. Rio de Janeiro: Versal, 2013. 452 p. Prêmio Jabuti de 2014 categoria Ciências Humanas.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil**. Editora Record, 2021.

- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. **A diplomacia de Dom João VI em Caiena**. Edições GTL, 1963.
- HERMANN, Jacqueline. **Tratado de Tordesilhas**. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- MOREIRA, Adriano. **Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494**. *Instituto da Defesa Nacional*, [s. l], v. 19, n. 70, p. 11-23, 1994.
- NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion 1400-1668**. London: Roudlege, 2005. 319 p.
- PARDAL, Diana Sousa Costa. **O Tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica?** *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, p. 6-32.
- PRESTAGE, Edgar. **Descobridores Portugueses**. Tradução de Francisco Eduardo Batista. 2. ed. Rio de Janeiro: Gama, 1943. 446 p.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana francesa**. 2. ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa a soberania restrita**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2006.
- RIO BRANCO, Barão do. **Questões de Limites: Guiana francesa**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- ROSA, Henrique A. Santa. **História do Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Lauro Sodré, 1926.
- SAMPOGNARO, Virgílio. *Revista de estudos políticos: su causa, su celebracion, su fracaso*. **Revista de Estudos Políticos, La Rioja**, v. 25-26, n. 0, p. 183-201, jan. 1946.
- SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: terra onde o Brasil começa**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004.
- SÉRGIO, António. **Breve interpretação da História de Portugal**. 9. ed. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1979. 164 p.
- SOARES, José Carlos Macedo. **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- SOARES, Teixeira. **História das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973. 360 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck, **O Tratado de Methuen**. *Textos de História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1956

SOUTHEY, Robert. **La expedición de Ursúa y los crímenes de Aguirre**. Prólogo de Pere Gimferrer. Traducción de Soledad Martínez de Pinillos. Barcelona (Espanha): Reino de Redonda, 2010.

TANZI, Héctor José. O Tratado de Tordesilhas e sua projeção. **Revista de História**, [S.L.], v. 54, n. 108, p. 533, 30 dez. 1976.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert; 1877, Tomo Primeiro.

VIANA, Artur Otávio Nobre. As Fortificações da Amazônia. In: VIANA, Artur Otávio Nobre. **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Belém: Biblioteca Pública-Belém, 1905. Cap. 5. p. 227-302.

VIANNA, Hélio. **História Diplomática do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil: período colonial**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

VIANNA, Hélio. **História das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1948.